



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS-TO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E
DIREITOS HUMANOS**

MARCELA SANTA CRUZ MELO

**AUTOAVALIAÇÃO ESTRATÉGICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O MESTRADO
PROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E
DIREITOS HUMANOS**

Palmas/TO

2022

Marcela Santa Cruz Melo

AUTOAVALIAÇÃO ESTRATÉGICA: contribuições para o mestrado profissional e interdisciplinar em prestação jurisdicional e direitos humanos

Relatório técnico apresentado ao programa de pós-graduação *stricto sensu* mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, da Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, como parte das exigências para a obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e direitos humanos.

Projetos de Pesquisa: Acesso à Justiça, Gestão e Tecnologia; Educação em Direitos Humanos.

Identificação dos produtos: tecnologia social, curso para formação profissional, evento organizado, relatório técnico conclusivo – ferramenta gerencial elaborada, manual, apresentação de trabalho, desenvolvimento de produto, produção bibliográfica.

Orientadora: Dra. Patrícia Medina

Palmas/TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M528a Melo, Marcela Santa Cruz.

AUTOAVALIAÇÃO ESTRATÉGICA:: contribuições para o mestrado profissional e interdisciplinar em prestação jurisdicional e direitos humanos . / Marcela Santa Cruz Melo. – Palmas, TO, 2022.

177 f.

Relatório Técnico (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, 2022.

Orientadora : Patricia Medina

1. Mestrado profissional. 2. Produção técnico-científica. 3. Autoavaliação.
4. Impacto acadêmico-social. I. Título

CDD 342

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Marcela Santa Cruz Melo

AUTOAVALIAÇÃO ESTRATÉGICA: contribuições para o mestrado profissional e interdisciplinar em prestação jurisdicional e direitos humanos

Relatório técnico apresentado ao programa de pós-graduação *stricto sensu* mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, da Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, como parte das exigências para a obtenção do título de mestre e aprovado em sua forma final pela orientadora e banca examinadora.

Data de aprovação: 18 de abril de 2022.

Banca examinadora:

Professora Doutora Patrícia Medina (UFT)
Orientadora e presidente da Banca

Professor Doutor Paulo Sérgio Gomes Soares (UFT)
Membro avaliador interno

Professor Doutor Tarsis Barreto Oliveira (UFT)
Membro avaliador interno

Professora Doutora Karylleila dos Santos Andrade (UFT)
Membro avaliador externo

Professora Doutora Magda de Lima Lúcio (UnB)
Membro avaliador externo

Dedico este trabalho a minha mãe, Dalva Aparecida Santa Cruz Melo (*in memoriam*), pelo amor, exemplo e incentivo em toda a minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao universo holístico.

A professora Patrícia Medina, pelo acolhimento e orientação.

Aos professores que participaram das bancas de qualificação e defesa Paulo Sérgio Gomes Soares, Karylleila dos Santos Andrade, Magda de Lima Lúcio, Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira, Tarsis Barreto Oliveira. E demais professores do PPGPJDH, pelos ensinamentos.

Aos amigos de jornada acadêmica da turma 8, em especial, Laudyone Edmailton dos Santos Arruda, Liz Marina Regis Ribeiro, Célia Regina Regis, Heitor Alberto Stahnke, Thaynara Moura Monteiro, Jaqueline Heinrich e Rubens Leonardo Silva.

A minha comunidade fraternal e de apoio, Rodrigo Avelino de Paula, Elydia Leda Barros Monteiro, Amanda Santa Cruz Melo, Isbella Santa Cruz Melo, Eva Portugal de Sousa, Manuela Almeida Bittencourt, Rose Dayanne Santana Nogueira, Helenara Soares Santos, Gisele Pereira de Assunção Veronesi, Janete Monteiro Gomes, Laryssa Marcelino da Silva, Ricardo Gagliardi e Wegma Vaz Vieira.

Ao Tribunal de Justiça do Tocantins, Escola Superior da Magistratura Tocantinense e Universidade Federal do Tocantins, pela oportunidade de aprendizado.

Ao Diretor da Esmat, Desembargador Marco Villas Boas, pelo crescimento profissional e à equipe Esmat pelas vivências, em especial, Maria Ângela Barbosa Lopes, Débora Regina Honório Galan, Andréia Teixeira Marinho Barbosa, Cynthia Valéria Conceição Aires, Maria Luiza da Consolação Pedroso Nascimento, Ana Beatriz de Oliveira Pretto, Vanice Lunkes Gotz, Thelni Veloso de Sousa, Lilian Gama da Silva Póvoa, João Leno Tavares Rosa, Vinícius Fernandes Barboza, Lily Sany Silva Leite, Bruno Odate Tavares, Luciana Aires da Silva, Ednan Oliveira Cavalcanti e Francisco Erasmo Batista.

Aos mestrandos das turmas 1 a 6, por ressignificarem o sentido da visão sistêmica do programa.

A todas as pessoas que participaram direta e indiretamente na elaboração desse trabalho, minha gratidão!

Quando vemos o mundo como máquina, controle é a forma apropriada de administrá-lo. Mas ao considerarmos o mundo como um sistema vivo, que contém outros sistemas vivos, a melhor forma de nele conviver não é pela busca de seu controle, mas sim por participação, diálogo e cooperação.

Fritjof Capra

RESUMO

Este estudo trata-se de um relatório técnico que apresenta um modelo estratégico de autoavaliação para subsidiar a pós-graduação *stricto sensu* mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH), da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat). A questão norteadora desta pesquisa foi como implantar um modelo de autoavaliação no PPGPJDH que atenda às exigências da CAPES e ao mesmo tempo contemple a vertente profissional e interdisciplinar a partir dos produtos técnico-intelectuais gerados e que possam reverberar de forma sistêmica no âmbito acadêmico-social do entorno tocantinense e a Amazônia Legal. Dentre os objetivos, buscou-se, no geral, instaurar a sistemática de autoavaliação no PPGPJDH para vislumbrar e compreender a percepção de benefício do produto técnico produzido pelo egresso e seu impacto na sociedade. Já nos específicos, temos: analisar o potencial de transferência de resultados da produção intelectual dos trabalhos-produtos produzidos nas turmas 1 a 6, com vistas a gerar mudanças para a sociedade quanto aos objetivos específicos no referido programa e exame do discurso dos egressos, via questionário online; formar a Comissão de Autoavaliação (CAA) para colaborar no processo de sensibilização e dar continuidade ao processo autorreflexivo, com o desenvolvimento do processo de gestão (produto técnico); gerar elementos para dimensionar o impacto acadêmico-social auferido quanto aos trabalhos e trajetórias acadêmicas projetadas, concretizando o movimento de impacto real ou realizado e o potencial na prestação jurisdicional e nos Direitos Humanos. Para tanto, como abordagem metodológica utilizou-se a pesquisa-participante com a análise dos trabalhos depositados por egressos das turmas 1 a 6 do PPGPJDH no Repositório Institucional da UFT, realizando-se atividades voltadas à produção técnica, sendo elas: tecnologia social, curso para formação profissional, evento organizado, relatório técnico conclusivo – ferramenta gerencial elaborada, manual, apresentação de trabalho, desenvolvimento de produto, produção bibliográfica e ainda a aplicação de questionário de autoavaliação ao mesmo público. Os resultados indicaram que 80,2% dos egressos continuam trabalhando no mesmo local desde que cursaram o PPGPJDH; que há predominância do curso de Direito quanto à graduação; 68,1% dos egressos possuem interesse em participar de atividades de extensão; 67% considera que seu trabalho de conclusão de curso teve impacto potencial (não implementado); e ainda que 67% vislumbrou ser o TJTO a instituição beneficiada pelo trabalho.

Palavras-chave: Mestrado profissional; produção técnico-científica; autoavaliação; impacto acadêmico-social; PPGPJDH.

ABSTRACT

This study is a technical report that presents a strategic model of self-evaluation to support the postgraduate *stricto sensu* professional and interdisciplinary Master's Degree in Jurisdictional Provision and Human Rights (PPGPJDH), from the Federal University of Tocantins (UFT) in partnership with the Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat). The guiding question of this research was how to implement a self-assessment model in the PPGPJDH that meets the requirements of CAPES and at the same time contemplates the professional and interdisciplinary aspects from the technical-intellectual products generated and that these reverberate in a systemic way in the social-academic field of the Tocantins surroundings and the Legal Amazon. Among the objectives, it was sought, in general, to establish a self-assessment system in the PPGPJDH to glimpse and understand the perception of benefit of the technical product produced by the graduate and its impact on society. As for the specifics, we have: analyzing the potential for transferring the results of the intellectual production of the work-products produced in classes 1 to 6, with a view to generating changes for society regarding the specific objectives in said program and examining the speech of graduates, via online questionnaire; form the Self-Assessment Committee (CAA) to collaborate in the awareness-raising process and continue the self-reflection process, with the development of the management process (technical product); generate elements to measure the academic-social impact obtained in terms of the work and academic trajectories projected, materializing the movement of real or realized impact and the potential in the jurisdictional provision and in Human Rights. Therefore, as a methodological approach, the participant research was used with the analysis of the works deposited by graduates of classes 1 to 6 of the PPGPJDH in the UFT's Institutional Repository, carrying out activities aimed at technical production, namely: social technology, professional training course, organized event, conclusive technical report – elaborate management tool, manual, presentation of work, product development, bibliographic production and also the application of a self-assessment questionnaire to the same public. The results indicated that 80.2% of the graduates continue to work in the same place since they attended the PPGPJDH; that there is a predominance of the Law course in terms of graduation; 68.1% of graduates are interested in participating in extension activities; 67% consider that their final course work had a potential impact (not implemented); and also that 67% saw the TJTO as the institution benefiting from the work.

Keywords: Professional master's degree; technical-scientific production; self-evaluation; academic-social impact; PPGPJDH.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas de proposta metodológica de autoavaliação.....	54
Figura 2 - Instrumentos institucionais constituídos.....	58
Figura 3 - Processo adotado na autoavaliação PPGPJDH.....	62
Figura 4 - Site do PPGPJDH (14/11/2021)	65
Figura 5 - Reportagem no site da DPE sobre parceria com UFT e ESMAT.....	67
Figura 6 - Site DPE sobre parceria DPE, TRE, TJTO e UFT	68
Figura 7 - Notícia sobre parceria Esmat e Ministério Público	68
Figura 8 - Prazos para cadastro no Comitê de ética em pesquisa em seres humanos - UFT ..	71
Figura 9 - Lista de apreciações de projeto*.....	71
Figura 10 - Aviso de recesso - Comitê de ética da UFT*	72
Figura 11 - Dados do cadastro do projeto na Plataforma Brasil	73
Figura 12 - Dados do cadastro do projeto na Plataforma Brasil (atualização dez. 2021)	73
Figura 13 - Notícias sobre Comitê de Ética no Portal da UFT.....	74
Figura 14 - Página oficial do Comitê de Pesquisa da UFT	75
Figura 15 - Página de documentos da UFT (editais encerrados).....	75
Figura 16 - Comitê de pesquisa - Página de regulamentos	76
Figura 17 - Entrevistados que continuam atuando no mesmo local do PPGPJDH.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo dos autores do PPGPJDH.....	41
Gráfico 2 – Matriculados por Linhas de pesquisa no PPGPJDH	43
Gráfico 3 - Representatividades das linhas 1 e 2 no PPGPJDH.....	44
Gráfico 4 - Análise do currículo Lattes dos egressos <i>do</i> PPGPJDH - qualificação posterior ao programa e produção técnica.....	45
Gráfico 5 - Qualificação dos egressos do PPGPJDH a partir do currículo Lattes.....	46
Gráfico 6 - Produtos técnicos do PPGPJDH	48
Gráfico 7 - Respostas sobre o termo de livre consentimento sobre o questionário	77
Gráfico 8 - Relação de contatados para a pesquisa.....	78
Gráfico 9 - Relação dos ingressos nas turmas do PPGPJDH	79
Gráfico 10 - Relação de motivos para atraso na conclusão do mestrado	79
Gráfico 11 - Formação acadêmica dos egressos.....	80
Gráfico 12 - Motivação para escolha do PPGPJDH.....	81
Gráfico 13 - Notas atribuídas pelos egressos para o programa	82
Gráfico 14 - Sobre objetivos específicos do programa previstos no RI/PPGPJDH	82
Gráfico 15 - Contribuição do PPGPJDH para o desenvolvimento cultural e pessoal	84
Gráfico 16 - Atualização do Currículo Lattes em 2021.....	86
Gráfico 17 - Sobre produção acadêmica dos entrevistados	87
Gráfico 18 - Nome dos orientadores identificados pelos egressos	88
Gráfico 19 - Egressos dispostos a participar de atividades de extensão.....	88
Gráfico 20 - Percepção sobre o impacto do trabalho final de curso.....	89
Gráfico 21 - Cidades, estados e países beneficiados com os trabalhos finais de curso.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Metodologia de desenvolvimento do produto técnico	39
Quadro 2 - Palavras-chave recorrentes nas pesquisas	47
Quadro 3 - Membros da primeira CAA do PPGPJDH.....	50
Quadro 4 - Etapas de preparação da autoavaliação.....	55
Quadro 5 - Ações para sensibilizar os participantes na autoavaliação.....	56
Quadro 6 - Princípios da autoavaliação	57
Quadro 7 - Metas e objetivos estabelecidos na autoavaliação	59
Quadro 8 - Abordagens de avaliação na autoavaliação.....	59
Quadro 9 - Critérios de avaliação e níveis de escala da autoavaliação	60
Quadro 10 - Cronograma do processo de autoavaliação.....	62
Quadro 11 - Equipe de implementação da autoavaliação	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de alunos selecionados no PPGPJDH por ano	25
Tabela 2 - Formação continuada dos entrevistados	81
Tabela 3 - Impacto que o produto final desenvolvido no PPGPJDH ao meio, segundo percepção dos egressos	85
Tabela 4 - Respostas sobre a participação em atividades do PPGPJDH	85
Tabela 5 - Egressos e contatos com orientador	87
Tabela 6 - Instituições beneficiadas pelos trabalhos finais de curso	89
Tabela 7 - Relação dos países e estados impactados pelos trabalhos de conclusão de curso..	91
Tabela 8 - Comentários relevantes feitos pelos egressos para o programa	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APCN	Aplicativo de Propostas de Novos Cursos
CAA	Comissão de Autoavaliação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
DIRPOS	Diretoria de Pesquisa e Diretoria de Pós-graduação
ESMAT	Escola Superior da Magistratura Tocantinense
FEIO	Formulários Eletrônicos Integrados
FUB	Fundação Universidade de Brasília
IES	Instituições de Ensino Superior
MP	Mestrado Profissional
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNPG	Plano Nacional da Pós-Graduação
PPGPJDH	Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos
PROPESQ	Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
RI/PPGPJDH	Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
TO	Tocantins
TJTO	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Justificativa da pesquisa	18
1.2	A estrutura da pesquisa	20
2	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	22
2.1	Os procedimentos da pesquisa	23
2.2	<i>Lócus</i> da pesquisa e o público participante	24
2.3	Técnicas de coleta de dados	25
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	27
3.1	Evolução da pós-graduação no Brasil e na Universidade Federal do Tocantins.....	27
3.2	O PPGPJDH	32
4	METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO TÉCNICO	38
4.1	Bases para a elaboração e avaliação do produto técnico	40
4.2	Desenvolvimento da ferramenta gerencial	49
4.2.1	Da comissão de autoavaliação (CAA).....	50
5	MANUAL DE AUTOAVALIAÇÃO DO PPGPJDH.....	52
5.1	Apresentação do projeto de autoavaliação do PPGPJDH	52
5.2	Etapas da autoavaliação	54
5.3	Sugestões de melhoria.....	64
5.4	Cronograma de atividades	66
5.5	Diagnóstico	66
6	DO QUESTIONÁRIO	70
7	DO PRÊMIO MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO.....	93
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
	REFERÊNCIAS	98
	APÊNDICE A - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DO EGRESSO	108
	APÊNDICE B - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DO DISCENTE	114
	APÊNDICE C - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DOCENTE	116
	APÊNDICE D - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	119
	APÊNDICE E – CURSO DE CAPACITAÇÃO PLATAFORMA BRASIL.....	121
	APÊNDICE F - CURSO DE CAPACITAÇÃO APRENDENDO A ELABORAR QUESTIONÁRIOS ONLINE	123
	APÊNDICE G – CURSO DE CAPACITAÇÃO APRENDENDO A PREENCHER E ORGANIZAR O CURRÍCULO LATTES.....	125
	APÊNDICE H – CURSO DE CAPACITAÇÃO ANÁLISE DE CONTEÚDO DE BARDIN	127
	APÊNDICE I - PROJETO DO PRÊMIO CNJ MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO.....	129

APÊNDICE J – APRESENTAÇÃO DE TRABALHO.....	134
APÊNDICE K – ORGANIZAÇÃO DE EVENTO	140
APÊNDICE L – DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO.....	146
APÊNDICE M – FERRAMENTA GERENCIAL ELABORADA	152
APÊNDICE N – ORGANIZAÇÃO DE EVENTO	158
APÊNDICE O – ARTIGO PUBLICADO EM 2022.....	164
APÊNDICE P – ARTIGO PUBLICADO EM 2021	169
ANEXO 1 – DECLARAÇÃO DE REPRESENTANTE DISCENTE	174
ANEXO 2 – DECLARAÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO	175

1 INTRODUÇÃO

Este relatório técnico tem como finalidade apresentar um modelo de autoavaliação, entendido como instrumento de gestão estratégica, para subsidiar a pós-graduação *stricto sensu* mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH), promovido pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

O intuito desta proposta é contribuir para além de um instrumento que cumpre as exigências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), mas colaborar e efetivar, de forma processual, uma política de avaliação, autoavaliação e metaavaliação no PPGPJDH e aperfeiçoar a qualificação profissional local (Tocantins) e regional (Amazônia Legal), a partir dos produtos técnicos gerados pelo e no referido programa.

Esse procedimento de autoavaliação se dá pelas interseções da formação articuladas aos saberes no ato ou efeito de se constituir algo pela produção técnica-intelectual. Isto é, como uma contraprestação da instituição acadêmica às comunidades, reproduzindo então os esforços e comprometimento dos docentes, discentes e egressos do PPGPJDH, revertidos em impactos sociais pela atuação profissional. Para tanto, esse processo autorreflexivo deu-se pelo monitoramento, avaliação e validação dos produtos técnicos gerados pelos egressos do PPGPJDH.

O tema tratou de apresentar um modelo viável de autoavaliação, como instrumento de gestão estratégica no PPGPJDH, e teve como problematização a seguinte indagação: como implantar um modelo de autoavaliação no PPGPJDH que atendesse às exigências da CAPES e ao mesmo tempo contemplasse as vertentes profissionais e interdisciplinares, a partir dos produtos técnico-intelectuais gerados e que estes pudessem reverberar de forma sistêmica no âmbito acadêmico-social do entorno tocantinense e a Amazônia Legal?

A pesquisa teve como objetivo geral criar um modelo e instaurar a sistemática de autoavaliação no PPGPJDH. Para alcançá-lo estabeleceu-se como objetivos específicos: analisar o potencial de transferência dos resultados da produção intelectual dos trabalhos-produtos das turmas 1 a 6 (2013-2018), com vistas a gerar mudanças para a sociedade quanto aos objetivos específicos do PPGPJDH e exame de discurso dos egressos, via questionário online; formar a Comissão de Autoavaliação (CAA) para colaborar no processo de sensibilização e dar continuidade ao processo autorreflexivo, com o desenvolvimento do processo de gestão (produto técnico); gerar elementos para dimensionar o impacto acadêmico-

social auferido quanto aos trabalhos e trajetórias acadêmicas projetadas, concretizando o movimento de impacto real ou realizado e o potencial na prestação jurisdicional e direitos humanos; verificar em que medida de fato houve apropriação do conhecimento científico nos produtos gerados no referido programa; e gerar conhecimentos para aplicação prática e melhor gestão do Mestrado Profissional¹, a curto, médio e longo prazo.

Desse modo, projeta-se a autoavaliação enquanto um sistema de gestão de nível estratégico no âmbito do PPGPPJDH, à luz das orientações da CAPES, para constituir um instrumento de tomada de decisão visando contribuir com o programa e, conseqüentemente, impactar na vida econômica, social e cultural da comunidade do Tocantins e região norte do país.

Mesmo tendo todo o processo delineado neste estudo, é importante ressaltar que a pandemia da COVID-19² afetou negativamente a coleta dos dados, retardou o andamento da análise de conteúdo e algumas atividades tiveram que ser suprimidas. Todavia, não comprometeu o objetivo principal da pesquisa.

No aspecto pessoal, a pesquisadora foi acometida pela doença da COVID-19 e teve o enfrentamento de efeitos colaterais no aspecto cognitivo e físico, dificultando a conclusão do trabalho.

Outro elemento que dificultou a proposta idealizada no cronograma inicial foi a tramitação do projeto no Comitê de Ética e Pesquisa da UFT, que demonstraram as dificuldades e desafios para a pesquisa. Mesmo com todas as correções atendidas desde dezembro de 2021, a aprovação do projeto só ocorreu na véspera da banca de defesa, em abril de 2022, tendo sido o questionário aplicado posteriormente à banca. Os dados foram analisados e publicados na versão final do trabalho, após a aprovação pelos membros da banca.

1.1 Justificativa da pesquisa

¹ A Portaria nº 17, de 28 de dezembro de 2009 dispõe sobre o Mestrado Profissional no âmbito da CAPES, no sentido de estimular a formação de mestres, profissionais habilitados no desenvolvimento de atividades e trabalhos técnico-científicos em temas de interesse público, para que a prática profissional possa incorporar este conhecimento científico

² Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou sobre casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na República Popular da China, tratando de uma nova cepa de coronavírus. Em janeiro de 2020, foi declarado um surto do coronavírus como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), e em março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, que limitou e restringiu a circulação e ressignificou a convivência das pessoas em todo o mundo (HISTÓRICO..., [2020]).

A escolha pela temática autoavaliação deu-se em função de vários fatores, dentre eles: ser uma fonte de informação para melhoria da gestão do PPGPJDH, seja na perspectiva de fortalecimento do programa, de sua expansão a partir do aperfeiçoamento na prestação jurisdicional, como também na atuação no campo dos Direitos Humanos.

O egresso do PPGPJDH, entendido como sujeito de direito, é um cidadão empoderado, privilegiado social e culturalmente por estudar numa instituição pública, de qualidade e gratuita, sendo ele capaz de transformar as diretrizes, estratégias e metas propostas pelo programa em um real desenvolvimento estratégico-científico a nível local, regional e nacional. Acrescentamos, pois, que tal reflexão se baseia nos valores e experiência pessoal da pesquisadora, que concluiu a sua graduação em Direito na UFT.

Afinal, o propósito dos programas de pós-graduação não se limita à produção de conhecimento, mas também à formação discente, percepção que segue tendências internacionais quanto à autoavaliação, demonstrando uma gestão de qualidade do “processo [...] de construção e uso de parâmetros para comparar um determinado objetivo/meta e seu atingimento” (BRASIL, 2019a, p. 6), cujos resultados podem ser discutidos e utilizados para melhora das ações, abordagens e estratégias.

Outro fator que explica a escolha do tema é decorrente da vivência profissional da pesquisadora enquanto servidora efetiva do poder judiciário tocantinense, quando desenvolveu atividades laborais junto à secretaria do PPGPJDH, durante os anos de 2013 a 2018. Além disso, pela sua atuação no programa jovem, oriundo de parcerias que promoveram o desenvolvimento do sistema de justiça no Tocantins e na região norte do país (Amazônia Legal).

Além destas questões, chama atenção o empenho institucional da UFT e da ESMAT quanto ao aperfeiçoamento profissional com foco nos Direitos Humanos. Tal parceria despertou a necessidade de monitoramento (político, educacional, econômico e social) quanto aos indicadores na formação, objetivando-se desenvolver ferramentas avaliativas para mensurar o impacto das pesquisas às necessidades socioeconômicas, culturais, regionais e locais de projetos voltados ao efetivo cumprimento da produção científica. Para assim, ter a aplicabilidade em suas diferentes orientações epistemológicas e interdisciplinares, no desenvolvimento profissional na prestação jurisdicional e nos Direitos Humanos.

No modelo de gestão estratégica proposto neste estudo (autoavaliação), a estrutura da organização pode ser compreendida como o resultado da complexa interação entre os seus elementos administrativos, tecnológicos e seus aspectos sociais. Os atores organizacionais são

os discentes egressos contribuindo para a elaboração de um instrumento técnico a ser “desenvolvido pela organização para organização”, em um movimento endógeno (LÚCIO; DAROIT; BESSA; MADURO-ABREU, 2014).

Os desdobramentos deste modelo de autoavaliação proposto reverberam na escolha dos sujeitos sociais, seja na superação da violência e da desigualdade social, por exemplo, com a promoção dos Direitos Humanos através da formação de pesquisadores “pelo seu envolvimento em um dinamismo de reflexão, investigação e produção de conhecimento” (VALADARES, 2018, p. 32).

Assim, a referida pesquisa é relevante pois objetiva criar um modelo de autoavaliação no PPGJDH que possibilite aos envolvidos vislumbrarem os resultados de seus produtos técnicos quando executados pelo poder público, ou terem suas ideias dialogadas e articuladas nas pesquisas desenvolvidas.

Além disso, ao desenvolver o modelo de autoavaliação, respeitou-se a autonomia do Colegiado do PPGJDH, buscou-se melhorias ao programa e impactos positivos para o desenvolvimento regional. E ainda, espera-se, despertar o interesse de outros estudiosos a se debruçarem sobre o referido tema para a continuidade da pesquisa. A mensuração desses impactos foi demonstrada com a análise do questionário no deslinde deste trabalho.

1.2 A estrutura da pesquisa

Este relatório técnico está estruturado e ordenado da seguinte forma: a primeira seção contempla a **parte introdutória**, conta com a problemática da pesquisa, os interesses que sustentaram sua elaboração e execução e os objetivos delineados.

A segunda seção, intitulada **Percorso Metodológico da Pesquisa**, destina-se ao detalhamento do passo a passo do estudo proposto. O intuito foi esmiuçar como a pesquisa foi realizada permitindo a elaboração do produto técnico.

A terceira seção, chamada de **Fundamentação Teórica**, foi destinada ao debate teórico dos estudiosos da área da autoavaliação, destacando Volponi (2019), que apresenta uma proposta de acompanhamento, avaliação e melhoria dos programas de pós-graduação de uma universidade federal e Masetto (2004), que trouxe a reflexão da autoavaliação em cursos de pós-graduação. A proposta foi descrever o corpo do conhecimento a partir da análise crítica da literatura, na perspectiva de ajudar a pensar a problemática e os objetivos da

pesquisa.

A quarta seção, nomeada **Metodologia de desenvolvimento do produto técnico** foi reservada para apresentar como foi elaborado (etapas, mapeamento, prototipagem, aplicação, avaliação, etc.) e sistematizado o produto técnico segundo as orientações da CAPES. A meta foi mostrar que sua construção se configura como uma tarefa complexa, sistemática e que exige toda uma operação técnica e reflexiva a ser feita.

A quinta seção, designada **Manual da Autoavaliação do PPGPJDH**, foi atribuída ao detalhamento de como aplicar a autoavaliação no referido Programa, ou seja, a finalidade foi direcionar a aplicabilidade do produto técnico gerado.

Na sexta seção, objetivada **Do Questionário**, foi disponibilizada o instrumento e trazidas referências para análise da Comissão de Autoavaliação.

Na sétima seção, tratou-se da inscrição de projeto no **Prêmio Memória do Judiciário**, em que se busca promover o acesso ao patrimônio arquivístico, bibliográfico, museográfico, histórico e cultural do Poder Judiciário.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta seção apresenta o trajeto percorrido que permitiu a realização desta pesquisa, ou seja, foram descritos os métodos utilizados e os procedimentos adotados com base no relato de experiência da pesquisadora e identificação do problema, trazendo teorias e práticas que pudessem contribuir com questões.

Por pesquisa entende-se um “procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 155).

A sistematização da elaboração da pesquisa é fundamental, pois pressupõe:

a reflexão teórica, desde que combinada com propostas de ação prática. Ela diz respeito preferencialmente a uma prática que o aluno já conheça, ou então a um caso concreto cujas informações estejam acessíveis. Só assim será possível construir a ponte entre teoria jurídica e prática profissional. A prática é ao mesmo tempo o ponto de partida e o ponto de chegada da pesquisa, embora o segundo esteja situado em plano mais elevado do que o primeiro. O meio de elevação entre ambos é o percurso reflexivo do pesquisador, que toma consciência da prática que lhe é familiar, para então resgatar o seu embasamento teórico e torná-la mais qualificada sob o ponto de vista jurídico. O resultado final será o compartilhamento com a comunidade profissional e acadêmica, de uma prática mais consciente, refinada e fundamentada juridicamente. (PINTO JUNIOR, 2018, p. 30).

É fundamentada nessa perspectiva (reflexão teórica e prática) que este estudo foi desenvolvido e apresentar como resultado final um procedimento de autoavaliação do PPGPPJDH. É nesse sentido que a autoavaliação integrou, de acordo com Teixeira e Masetto (2004, p. 44) “dimensões quantitativas e qualitativas, ao analisar-se os processos, produtos, estatísticas, comparações e classificações; assim como mudanças e contextos históricos”.

A metodologia aqui utilizada foi a participativa, que como explica Thiollent (2014, p. 15), possui o “cunho democratizante, com participação ou cooperação das partes envolvidas e compartilhamento da visão de transformação social, podendo passar desde aplicações locais até o alcance internacional”.

A pesquisa se deu de forma participante como membro da Comissão de Autoavaliação (CAA), que acompanhou todo o processo de constituição e sistematização dos dados técnicos e o estabelecimento dos critérios que vão subsidiar o processo de autoavaliação do PPGPPJDH. Além de representar os discentes do programa no Colegiado, que é o órgão máximo deliberativo.

A pesquisa participante constitui um método de pesquisa, cuja observação acopla-se à ação, não se limita à pesquisa *stricto sensu*, mas abrange, por exemplo, a avaliação de

programas, pois, com o “planejamento participativo, as finalidades, objetivos e metas a serem alcançados e os critérios de avaliação vislumbram uma atividade planejada” (THIOLLENT, 2014, p. 19).

O procedimento metodológico seguiu as etapas de construção do processo autorreflexivo para entender a estrutura do PPGPJDH e sugerir melhorias.

Esta pesquisa se classificou, quanto à utilização dos resultados, como aplicada, pois, “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51). Isto é, a criação da autoavaliação do PPGPPJDH busca propor mudanças práticas ao referido programa, a curto, médio e longo prazo, visando dar maior autonomia. Esta pesquisa pode auxiliar numa maior autonomia deste programa, na legitimação da efetividade social que a mesma se propõe, numa política de acompanhamento dos egressos e outros.

No que tange aos fins, a pesquisa se classificou como exploratória e explicativa. A primeira tem como “finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 50-51). Essa fase deu-se na análise dos indicadores que se vinculam ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Tocantins (2021/2026) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da UFT (2021/2025).

Quanto à segunda classificação, também se caracteriza por explicativa, ou seja, aquela “quando o pesquisador procura explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 53), permitindo deste modo responder se a autoavaliação no PPGPJDH impacta o âmbito acadêmico-social.

2.1 Os procedimentos da pesquisa

A maneira como os dados foram obtidos deu-se pela pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica remete a todo o delineamento pelas fontes de material já elaborado como “livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

A pesquisa documental, por sua vez, foi realizada a “partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); [...], a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...]” (PÁDUA, 1997, p. 62). O material analisado para concretização deste estudo foi o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Tocantins (2021/2026), o PDI da UFT (2021/2025), os relatórios dos grupos de trabalho da CAPES, entre outros.

Para Lakatos e Marconi (2010), os documentos oficiais quase sempre se constituem como a fonte mais segura para a coleta de dados, mas os autores advertem que o pesquisador deve obrigatoriamente saber selecionar exatamente o que realmente lhe interessa, bem como interpretá-los de maneira que lhes sejam úteis à pesquisa.

Foram utilizados dados documentais disponíveis de fontes secundárias, dos relatórios dos grupos de trabalho (GT) da CAPES (2019), sendo este um “[...] documento de orientação que aborda a autoavaliação e apresenta questões, procedimentos e instrumentos que o programa pode, se quiser adotar ou modificar” (LEITE; VERHINE; DANTAS; BERTOLIN, 2020, p. 349).

Ainda, o levantamento bibliográfico foi feito por meio da utilização do campo de busca dos bancos de dados de literatura nacional no portal *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, no site de catálogos de teses e dissertações da CAPES e no portal do Repositório Institucional da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, da Universidade Federal do Tocantins. O recorte temporal foi o período de 2013 a 2020, a partir das seguintes palavras-chave: autoavaliação, avaliação, pós-graduação, direitos humanos e prestação jurisdicional.

Dos 148 trabalhos de conclusão de curso (TCC) depositados pelas turmas 1 a 6, então foram esquematizados para análise e sistematização dos dados.

2.2 Lócus da pesquisa e o público participante

O contexto da pesquisa expressou “[...] um palco de manifestação de intersubjetividades e interações entre o pesquisador e o grupo estudado, propiciando a criação de novos conhecimentos” (MINAYO, 2010, p. 54).

O *lócus* da pesquisa foi o PPGPJDH. A escolha por este programa deu-se a partir de alguns critérios: a) facilidade de acesso e de comunicação da pesquisadora; b) por ser um programa jovem (2013), que não possuía o procedimento de autoavaliação como um mecanismo de melhoria na qualidade de ensino da referida pós-graduação.

O PPGPJDH atendeu ao longo dos últimos anos um quantitativo de profissionais, da prestação jurisdicional e direitos humanos, distribuídos na tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Quantitativo de alunos selecionados no PPGPJDH por ano

Ano	Qt. alunos selecionados
2013	25
2014	25
2015	25
2016	25
2017	25
2018	25
2019	25
2020	25
2021	34
Total	234

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica..., 2021.

O público participante que compõe o universo da pesquisa foi formado por egressos das turmas 1 a 6 do PPGPJDH. A escolha por este universo deu-se de forma intencional e a partir de alguns critérios: a) está ligado ao referido programa; b) ter fácil acesso de contato; c) ter permanência no local da pesquisa; e d) ter disponibilidade em participar. Afinal, a definição dos critérios segundo os quais serão relacionados os sujeitos que vão compor o universo da investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à concepção mais ampla do problema delineado (DUARTE, 2002, p. 141).

É justamente este universo amostral que permite evidenciar a dimensão prática e intelectual da proposta aqui delineada.

A pesquisa de campo realizou-se após a banca de defesa, com a aplicação do questionário no período de 25 de abril a 11 de maio de 2022. A análise de dados ocorreu de 12 a 31 de maio de 2022.

2.3 Técnicas de coleta de dados

O levantamento dos dados foi imprescindível para o desenrolar investigativo. Para tanto, inicialmente seria aplicado as seguintes técnicas de coletas de dados: observação e questionário. A primeira “[...] desempenha importante papel no contexto da descoberta e

obriga o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 74). A observação foi construída por etapas: inicialmente nos anos de andamento das turmas estudadas (turmas 1 a 6), ocasião em que a pesquisadora atuava na secretaria desta pasta e estava atenta a vida acadêmica destes estudantes, anotando as particularidades que lhes chamava atenção em seu caderno de campo.

Posteriormente, participando da gestão acadêmica do PPGPJDH, como representante discente, eleita por seus pares (turma 8). Paralelamente, tornando-se membra da Comissão de Autoavaliação (CAA) e da coordenação do Cine Fórum Olhar Direitos (atividade de extensão do projeto de pesquisa EDUCADH). Toda esta trajetória de observação possibilitou conhecer de perto a realidade do programa estudado.

Assim, cada detalhe observado foi registrado no caderno de campo e, posteriormente, utilizado na fase de análise das observações, como orienta Gil (2008):

[...] em muitas situações é inconveniente tomar notas no local, pois com isso elementos significativos da situação podem ser perdidos pelo pesquisador, e a naturalidade da observação pode ser perturbada pela desconfiança das pessoas observadas. Por essa razão, é conveniente que o pesquisador seja dotado de boa memória e que se valha dos recursos mnemônicos disponíveis para melhorar seu desempenho. (GIL, 2008, p. 103).

Esse procedimento ajudou a compreender os dados dos respondentes no questionário elaborado para a pesquisa. O questionário é entendido como uma “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, [...] presente ou passado etc.” (GIL, 2019, p. 137) e composto por questões abertas e fechadas.

As questões elaboradas tiveram como referência os fatos, comportamentos e padrões de ação inerentes ao PPGPJDH. A linguagem por sua vez, foi simples e foram colocadas situações técnicas, bem como as explicações sobre as terminologias empregadas. Com o questionário almejou-se compreender o impacto acadêmico-social do egresso, o trazer à reflexão sobre o possível interesse em uma participação produtiva e ao final, a melhoria do indicador de qualidade do programa. Os elementos indicadores agregados puderam evidenciar a presença da universidade na sociedade, como complemento aos indicadores de performance acadêmica.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico foi tecido a partir da evolução da pós-graduação no Brasil e na Universidade Federal do Tocantins. Em seguida apresentou-se informações sobre o PPGPJDH, e por fim, enalteceu-se a temática da avaliação como estratégia do desenvolvimento no referido programa.

3.1 Evolução da pós-graduação no Brasil e na Universidade Federal do Tocantins

Historicamente, a pós-graduação brasileira tem seus primeiros registros nos anos 30, nas cátedras criadas pelas universidades, com a chegada de professores estrangeiros europeus, que trouxeram sua cultura junto às propostas educacionais, institucionalizadas na época na formação de um pequeno grupo de discípulos e um professor catedrático (VOLPONI, 2019).

Em 1931, criou-se o Estatuto das Universidades brasileiras, sendo a universidade o parâmetro do sistema de ensino superior voltado para pesquisas, assim sendo criadas a Universidade de São Paulo (USP), em 1934 e a Universidade de Brasília (UnB), em 1961 (VOLPONI, 2019).

Em 1940, utilizou-se o termo pós-graduação, conforme o Artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil³ e em 1950, firmaram-se convênios de intercâmbio entre o Brasil e Estados Unidos, visando favorecer estudantes, pesquisadores e professores.

Em 1951 foi instituída a CAPES, por meio do Decreto n.º 29.741, visando “[...] assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (BRASIL, 1951).

Em 1961, a Universidade de Brasília inovou sobre o ensino e a pesquisa, organizando os cursos por créditos, e trazendo o conceito de departamento como unidade mínima acadêmica, regime de trabalho em dedicação exclusiva e a pós-graduação como parte regular da atividade institucional (MORITZ; MORITZ; PEREIRA; MACCARI, 2011).

Em 1965, Newton Sucupira constou no Parecer n.º 977 que a instauração de cursos de pós-graduação teria por objetivo “formar professorado competente, preparar pesquisadores e treinar técnicos e trabalhadores intelectuais”, para:

³ Decreto n.º 21321 de 18 de junho de 1946 (BRASIL, 1946).

(i) atender a expansão do ensino superior e elevar seus níveis de qualidade, (ii) desenvolver a pesquisa científica e (iii) atender ao desenvolvimento nacional em todos setores da economia e da sociedade. Estabelecia que o controle do sistema poderia ser feito por reconhecimento (accreditation) com o objetivo de disciplinar o processo de implantação dos cursos tanto em nível de mestrado quanto de Doutorado (BRASIL, 1965 apud LEITE; VERHINE; DANTAS; BERTOLIN, 2020, p. 241).

Após a reforma universitária de 1968, período da ditadura militar, houve uma reestruturação no ensino superior, motivada por movimentos sociais e estudantis, criando-se o mestrado e doutorado semelhantes ao modelo americano. A ciência e pesquisa foram vistos por um novo olhar no desenvolvimento do país.

Ainda em 1968, foi implantado o Sistema Nacional de pós-graduação (SNPG), seguindo o modelo norte-americano de formação de pesquisadores e corpo docente, com a avaliação realizada pela Diretoria de Avaliação da CAPES e contando com a participação de consultores *ad hoc* (VOLPONI, 2019).

Dentre suas atividades, a CAPES busca a promoção da:

- avaliação da Pós-graduação *stricto sensu*;
- acesso e divulgação da produção científica;
- investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- promoção da cooperação científica internacional;
- indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância (SOBRE..., 2021, não paginado).

O Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) foi criado em 1975, sendo atualizado quanto às diretrizes, estratégias e metas, objetivando não apenas a produção de conhecimento, mas também a busca por um impacto acadêmico-social e produção do conhecimento, visando a promoção de mudanças na sociedade.

Em 1976, foi institucionalizado o sistema de avaliação pela CAPES, cujos programas foram enquadrados em áreas de concentração, consideradas especialidades acadêmicas, diante da necessidade de se reconhecer o crescimento do Estado e sua realidade de atuação, tendo foco na universidade, na ciência e na tecnologia (CESCO; MOREIRA; LIMA, 2014).

Em 1981, a CAPES buscou “elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior” (HISTÓRIA..., 2022, não paginado) e o processo de avaliação das pós-graduações, tendo a primeira experiência de autoavaliação em 1983, no Programa de Educação: Currículo, da PUC, de São Paulo. De 1983 a 1985, em um projeto financiado pelo CNPq, foi realizada a autoavaliação de todos os programas de mestrado e doutorado da

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. De 1987 a 1989, na UFMG, foi feita a autoavaliação buscando traçar o perfil dos cursos de mestrado e doutorado, sendo um instrumento de crítica e planejamento. Em 1989, a Universidade Federal do Ceará realizou sua autoavaliação e de 1994 a 1995 a Universidade Estadual de Campinas publicou trabalhos sobre o assunto. Neste período, a autoavaliação baseou-se em dados qualitativos, atribuindo uma nota aos dados dos relatórios (TEIXEIRA; MASETTO, 2004, p. 7-8).

Diante deste contexto histórico, foi detectada a necessidade de que se avaliasse o real desenvolvimento dos programas, em virtude do crescimento da pós-graduação *stricto sensu*, que compreende os cursos de mestrado e doutorado, podendo ser programas acadêmicos ou profissionais, diferenciando-se quanto ao desenvolvimento da pesquisa e público a que se destinam, sendo que “nos programas profissionais, por meio da experiência do gestor/pesquisador, podem-se identificar lacunas da teoria que não haviam sido detectadas” (ALMEIDA; FRANCESCONI; FERNANDES, 2019, p. 21-22). Por meio de relatos de problemas e oportunidades práticas, a produção se torna mais efetiva, ainda mais ao considerar o contexto interdisciplinar.

No que tange à Universidade Federal do Tocantins (UFT), esta foi instituída pela Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000. Está vinculada ao Ministério da Educação, destinando-se à promoção do ensino, pesquisa e extensão, sendo-lhe assegurada a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (BRASIL, 2000).

É a maior instituição pública de ensino superior do estado do Tocantins, quanto à dimensão e desempenho acadêmico, ofertando 53 cursos de graduação presenciais, 15 programas de mestrado acadêmico, 12 mestrados profissionais e cinco doutorados (UFT, 2021a, p. 30), primando por uma “[...] educação inovadora com excelência acadêmica; [...] inclusão social; [...] inovação; [...] transferência de tecnologia e empreendedorismo; [...] reconhecimento social;” tendo em vista os “[...] mecanismos de governança pública” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS [UFT], 2021, p. 8-9).

Dentre as Pró-Reitorias da UFT, destaca-se o papel da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ), cuja missão é de:

apoiar os processos inerentes à pesquisa e a pós-graduação, objetivando proporcionar a produção do conhecimento científico com base indutora das problemáticas regionais, em especial daquelas voltadas para a Amazônia, sem, contudo, a perda do caráter universal do conhecimento (UFT, [202-], não paginado).

A PROPESQ divide-se em Diretoria de Pesquisa e Diretoria de Pós-graduação

(DIRPOS). A DIRPOS é responsável pela orientação e apoio aos programas de pós-graduação, fazendo a intermediação entre eles e a CAPES. O Regimento da Pós-graduação foi regulamentado pela Resolução n.º 09, de 14 de março de 2018.

São objetivos da pós-graduação na UFT:

- Estabelecer uma política de integração (ensino, pesquisa, extensão e gestão) com as demais pró-reitorias, por meio de projetos, programas e eventos, objetivando elevar o conceito institucional;
- Implementar políticas que garantam o ingresso, acesso e permanência do estudante (vulnerável e de etnias) na pós-graduação (acesso à moradia, alimentação, saúde, acessibilidade);
- Consolidar uma política de internacionalização para os cursos da pós-graduação;
- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades dos cursos de pós-graduação (lato e stricto sensu) da UFT;
- Institucionalizar a extensão nos cursos de pós-graduação, por meio de cursos, projetos e disciplinas;
- Implementar políticas integradoras entre graduação e pós-graduação para fomento da pesquisa, a inovação e transferência tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural;
- Consolidar a política editorial para as coleções bibliográficas digitais da EdUFT;
- Otimizar e consolidar o Repositório Institucional e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFT (UFT, 2018, p. 104).

Eis a importância deste desenvolvimento regional quanto à visibilidade da existência de seu próprio potencial, ao reconhecer-se os atores integrantes do estado do Tocantins e Amazônica Legal, identificar suas individualidades, dar visibilidade às suas potencialidades e promover as suas participações efetivas no seio social (MENDES JÚNIOR; BARRETO, 2020, p. 16).

Dentre as políticas da UFT, há a de acompanhamento dos egressos da pós-graduação. Para a Universidade Federal do Tocantins, a pesquisa do perfil dos egressos representa a possibilidade de se analisar a formação acadêmica oferecida e se ela condiz com a proposta dos projetos pedagógicos dos cursos, de forma que estes profissionais atuem de forma comprometida e ética e contribuam para o desenvolvimento socioambiental do estado do Tocantins e Amazônia Legal (UFT, 2021a, p. 6).

A PROPESQ elaborou o instrumento de pesquisa do egresso, para construção de indicadores que contribuíssem para a qualidade dos cursos e da UFT e trouxessem impacto social, mediante a inserção dos egressos no mercado de trabalho. Os instrumentos de coleta fomentaram o processo de melhoria continuada e permitiram o levantamento de dados sobre a missão institucional, metas, valores e objetivos institucionais; atuação profissional dos egressos; acompanhamento socioeconômico; avaliação do percurso acadêmico e profissional do egresso; e a demanda por educação continuada (EGRESSOS..., [202-], não paginado).

São objetivos do programa institucional de acompanhamento de egressos, da UFT:

- Identificar os cursos de pós-graduação (especialização lato sensu, residências, mestrados, doutorados e pós-doutorados) pertinentes às necessidades que poderão contribuir com o aperfeiçoamento profissional dos egressos;
- Criar instrumentos de avaliação e modernização do projeto pedagógico;
- Propor linhas de desenvolvimento de estudos e pesquisas nas diversas áreas dos cursos, campos de conhecimento e atuação do profissional egresso desta Instituição;
- Construir banco de dados acerca da inserção profissional dos ex-alunos que venha a auxiliar na constatação de aspectos facilitadores ou que dificultam a vivência no mercado de trabalho;
- Promover um diálogo que dê subsídios para o desenvolvimento de ações que beneficiem tanto a atual comunidade acadêmica quanto os egressos;
- Sensibilizar os pós-graduandos sobre a importância de suas posteriores participações na política de egressos;
- Estabelecer e divulgar canais de comunicação contínuos e atualizados;
- Desenvolver ações de incentivo a uma participação ativa dos egressos, nas quais exista um engajamento da comunidade acadêmica para a inserção destes na vida da instituição;
- Possibilitar uma formação continuada através de cursos de extensão e pós-graduação, eventos e atividades de acordo com as necessidades do estudante;
- Identificar dados que colaborem com a avaliação dos projetos políticos pedagógicos dos cursos ofertados, incentivando a participação dos coordenadores e professores;
- Contribuir para a Avaliação Institucional como um todo (UFT, 2021c, p. 70-71).

A UFT implantou o Sistema de Formulários Eletrônicos Integrados (FEIO), ferramenta tecnológica aplicada ao contexto dos egressos, sendo

[...] a principal ferramenta tecnológica aplicada ao contexto dos egressos. Trata-se de um sistema de gestão de questionários, onde o criador do questionário tem acesso para realizar a gestão de formulários de coleta de dados por meio de pesquisas e visualização das informações para a realização de um acompanhamento das respostas. (UFT, 2021, p. 4).

Neste sistema FEIO, a coleta de dados pelos questionários permite que sejam criadas subquestões mediante a resposta em questão preenchida, sendo itens do questionário:

- A. Conhecendo o egresso;
- B. Eixo 1: avaliação da Universidade Federal do Tocantins pelo egresso;
- C. Eixo 2: avaliação do curso de pós-graduação;
- D. Eixo 3: avaliação dos docentes;
- E. Eixo 4: avaliação da inserção no mundo do trabalho;
- F. Eixo 5. Atividades complementares e produções técnicas e acadêmicas. (UFT, 2021, p. 5)⁴,

Assim, podemos constatar uma busca constante da universidade visando a melhoria contínua da qualidade dos cursos ofertados, com incentivo ao programa de acompanhamento

⁴ Idem.

dos cursos de pós-graduação, contribuindo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

3.2 O PPGPJDH

O estado do Tocantins foi criado em 1988 constituindo o 24º estado da República Federativa Brasileira. Em 1989, foram instalados os poderes estaduais (Executivo, Legislativo e Judiciário).

É justamente na constituição e estruturação do novo Estado, em 1990, que foi criada a Universidade do Tocantins (Unitins⁵) com forte influência do movimento procriação da Universidade do Tocantins ocasionando a criação da Fundação da Universidade do Tocantins, via Medida Provisória n.º 3/1990, responsável em instalar e manter a Unitins, por meio do Decreto n.º 252/1990 (MORETZ-SOHN, 2002). Mas, a gestão da Unitins só se efetivou dez anos depois com a instituição da Universidade Federal do Tocantins, conforme artigo 1º da Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000.

No ano seguinte iniciou-se o processo de transição da Unitins para UFT, não se dando de forma tranquila, nem por parte do MEC, nem de algumas instâncias da Unitins, muito menos pelo meio político tocaninense, considerando que a “proposta de uma universidade multiespacial [...] não foi plenamente absorvida pela comunidade local” (MAIA, 2009, p. 4).

Diante dos impasses gerados pelo descontentamento e o afastamento do reitor (Eurípedes Falcão), iniciou-se uma nova legislação, por meio do Decreto n.º 4.279, de 21 de junho de 2002, do Governo Federal, atribuindo à Fundação Universidade de Brasília (FUB), sob o cuidado legal do reitor professor Lauro Morhy, a responsabilidade de implantar a UFT.

Para tanto, várias ações foram executadas, dentre elas, a realização de concurso público para docentes⁶ “[...] e a nomeação para provimento de trezentos cargos de Professor, [...]: cem cargos de Professor Adjunto, com titulação de Doutor e duzentos cargos de Professor Assistente, com titulação de Mestre [...]” (MAIA, 2009, p. 6). Em janeiro de 2003, o concurso foi executado e a contratação dos docentes ocorreu no mês maio do mesmo ano.

Em 2003, foi instalada a Esmat pelo presidente do TJTO, desembargador Marco Villas Boas, após aprovação do seu regimento pelo Tribunal Pleno do TJTO. A Esmat é um órgão do TJTO e tem por objetivo “a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e servidores

⁵ Pelo decreto n.º 252, de 21 de fevereiro de 1990. (HISTÓRICO... [20--]).

⁶ Pela Portaria n. 234, de 7 de junho de 2002.

como elementos essenciais ao aprimoramento da prestação jurisdicional” (ESMAT, [2007], não paginado). Sempre direcionando ações estratégicas do judiciário, assumiu o compromisso de valorização do capital intelectual e fortalecimento institucional.

Em 2011, após reunião com o Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins (CEE), a Esmat foi credenciada e assim implantados os cursos de pós-graduação *lato sensu*. Em 2012, a Esmat, juntamente com a UFT, teve aprovada (com nota 3) a sua proposta de mestrado profissional, na Região Norte do Brasil, atendendo a todos os requisitos da área interdisciplinar (OLIVEIRA, 2020).

Para a CAPES, o mestrado profissional visa dotar o aluno de produção científica voltada ao conhecimento aplicado, de forma a contribuir para as suas práticas profissionais, para que se possa, novamente, autoavaliar seus processos de trabalho, visando desenvolver ou aperfeiçoar produtos e processos inovadores, sendo sempre interdisciplinar (TIMÓTEO, 2011).

[...] O mestrado profissional (MP) é um título terminal, que se distingue do acadêmico porque este último prepara um pesquisador, que deverá continuar sua carreira com o doutorado, enquanto no MP o que se pretende é imergir um pós-graduando na pesquisa, fazer que ele a conheça bem, mas não necessariamente que ele depois continue a pesquisar. O que importa é que ele **(1) conheça por experiência própria o que é pesquisar, (2) saiba onde localizar, no futuro, a pesquisa que interesse a sua profissão, (3) aprenda como incluir a pesquisa existente e a futura no seu trabalho profissional**. Nada disso é trivial. O terceiro ponto é, por sinal, razoavelmente difícil. Por isso, o MP não pode ser entendido como um mestrado facilitado. (MESTRADO... [2007], p. 1, grifo nosso).

A CAPES delineou o PPGPJDH⁷, por meio de seu Aplicativo de Propostas de Novos Cursos⁸ (APCN), integrando-o ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), na área interdisciplinar, cujo propósito baseia-se em “criar condições para o aprimoramento da capacitação científica no campo da Jurisdição, tendo em vista o aprimoramento dos juízes, servidores do Poder Judiciário e demais profissionais da área jurídica” (CAPES, 2012, p. 1). Por isso é fundamental observar a efetividade social fomentada por essa capacitação científica jurisdicional proporcionado pelo Programa e como este impacta efetivamente a Amazônia

⁷ Por meio da Portaria nº 268, de 1º de abril de 2013 do Ministério da Educação.

⁸ em seu artigo 4º, tem como objetivos: Capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; Transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local; Promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; Contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas.

Legal e o seu entorno.

A missão é um dos elementos centrais que expressam os princípios fundamentais de atuação do PPGPJDH, de forma coesa ao objetivo do programa e traduzidos em seu planejamento estratégico. O PPGPJDH, busca:

tornar-se um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural da Amazônia, a Universidade Federal do Tocantins e Esmat compromete-se diretamente com o desenvolvimento humano da Região Norte que se encontra em pleno processo de formação identitária (TOCANTINS, 2020, p. 7).

A existência do programa visa fomentar pesquisas conjuntas nas áreas dos Direitos Humanos com foco na interdisciplinaridade, numa perspectiva de qualificar os profissionais para o exercício da prática avançada e transformadora de procedimentos, de forma a atender às demandas sociais, organizacionais e do mercado de trabalho (TOCANTINS, 2020).

O PPGPJDH é proveniente desta cooperação entre a UFT e a Esmat, havendo um compromisso social de otimização do investimento na qualificação de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, membros e servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins, defensores e servidores da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, professores e servidores da Universidade Federal do Tocantins e profissionais atuantes no âmbito da Prestação Jurisdicional e dos Direitos Humanos, com vista ao exercício das atividades primordialmente no estado do Tocantins, em atividades que envolvam a melhoria da prestação jurisdicional e promoção dos Direitos Humanos nas instituições que integram o sistema de justiça.

O programa possui duração de 360 horas e 24 créditos, distribuídos em disciplinas obrigatórias, seminários de orientação e disciplinas optativas. As aulas são ministradas em Palmas, estado do Tocantins. Na proposta do curso, contempla-se a área de concentração em efetividade da jurisdição e direitos humanos e articula-se com as duas linhas de pesquisa, sendo: 1) efetividade das decisões judiciais e direitos humanos e 2) instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e direitos humanos.

O regimento interno do programa de pós-graduação *stricto sensu* em prestação jurisdicional e Direitos Humanos (RI/PPGPJDH), regulamentado pela Resolução n.º 2, de 1º de fevereiro de 2018, alterado pela Resolução n.º 001, de 05 de novembro de 2021, aduz possuir o nível de mestrado profissional e interdisciplinar, decorrente de uma demanda do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sendo realizado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat).

A UFT é a responsável pelo desenvolvimento do programa quanto às questões acadêmicas e gestão pedagógica do curso, já a Esmat é responsável pela realização das atividades e ônus financeiro⁹ (UFT, 2021b).

Uma vez que visa “atender à demanda do judiciário”, os artigos 3º e 4º do RI/PPGPJDH, objetivam, principalmente, a qualificação do aparato humano do judiciário do estado do Tocantins, mas, também, qualificar os profissionais integrantes do sistema de Justiça.

São seus objetivos específicos (artigo 5º, RI/PPGPJDH):

- a) Criar condições para o aprimoramento da capacitação científica no campo da Jurisdição e dos Direitos Humanos, tendo em vista o aprimoramento dos juízes, servidores do Poder Judiciário e demais profissionais da área jurídica e das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, integrantes do sistema de justiça;
- b) Incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa no campo da jurisprudência, patrocinando um trabalho crítico, no âmbito descritivo, textual e discursivo;
- c) Integrar o Programa na dinâmica das instituições, marcando sua presença crítica e transformadora da realidade brasileira e especificamente tocantinense;
- d) Manter contato e intercâmbio com as Escolas Superiores da Magistratura e Instituições de Ensino Superior, no Brasil e no exterior;
- e) Ampliar, aprofundar e aprimorar o processo de aperfeiçoamento do juiz para que possa efetivar a prática da jurisdição, na elaboração de decisões e sentenças em estreita harmonia com a jurisprudência e a doutrina;
- f) Desenvolver uma formação apoiada na apropriação de conhecimentos de pesquisas em Jurisdição;
- g) Contribuir para a apropriação, pelos Magistrados, servidores do Judiciário e profissionais da área jurídico-acadêmica, de novos paradigmas de produção científica, que respondam mais satisfatoriamente na solução dos casos concretos;
- h) Difundir conhecimentos relativos à judicialização dos direitos humanos e suas implicações, mantendo intercâmbios com centros nacionais e internacionais que desenvolvem pesquisas sobre Jurisdição e Direitos Humanos, em especial as Escolas da Magistratura e Universidades no Brasil e no exterior;
- i) Conferir, mediante as exigências acadêmicas do programa, o diploma de Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT, 2021b).

Logo, pode ser depreendido da missão do PPGJDH objetivos relacionados à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional. Dentro do contexto regional, a proposta busca ressaltar o compromisso com o desenvolvimento de pesquisas na região norte do país. E possui dentre seus objetivos:

- D) Capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais,

⁹ Desde a criação do programa, este possui sua estrutura física na Esmat, incluindo salas de aula, secretaria acadêmica, biblioteca, estúdio de gravação e ilha de edição. A primeira turma do Programa teve início em 2013 e de lá para cá são ofertados processos seletivos no PPGJDH.

- organizacionais ou profissionais ou do mercado de trabalho;
- II) Transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;
 - III) Promover a articulação integrada da qualificação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados;
 - IV) Contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas e organizações públicas e privadas. (TOCANTINS., 2020)

Conforme previsto no artigo 1º do RI/PPGPJDH, “à UFT cabe a responsabilidade pelo desenvolvimento do programa” (UFT, 2021b), e considerando o seu papel de universidade pública, além de ser uma instituição de ensino, produz novos conhecimentos e cria espaços de diálogo que viabilizam o exercício da cidadania. E esse diálogo favorece a construção de valores.

Diante do exercício desta função social, produz-se um contexto de fortalecimento regional, devido à sua importância intrínseca, com contribuições instrumentais e papel construtivo para criação de valores e normas ligadas ao desenvolvimento.

O direito ao desenvolvimento foi consolidado pela Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, de 1986 e posteriormente reforçado pelas Nações Unidas, com a Declaração e Programa de Ação de Viena, em 1993, que reconhecem o desenvolvimento como um direito humano de cunho internacional, não meramente tratando de capacidade de produção de bens e serviços¹⁰.

Trazendo à reflexão de que a universidade pública possui papel de construção da cidadania e traz condições para afirmação da soberania nacional, o aluno do PPGPJDH, agente transformador da prestação jurisdicional e direitos humanos, configura-se como um sujeito central do avanço local. Esse desenvolvimento relaciona-se à melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos, sendo estas capazes de expandir capacidades, pois a liberdade é o principal objetivo do desenvolvimento e requer a ruptura das fontes de privação da liberdade, como pobreza, tirania, etc.

Em meio ao convívio de problemas novos com os antigos, faz-se imperioso ter a liberdade individual, forma de expansão das capacidades e comprometimento social, pois “o

¹⁰ A ideia de desenvolvimento em sua formulação inicial esteve atrelada à capacidade de produção de bens e serviços (riqueza) que um país pudesse gerar, especialmente por meio de processos de industrialização que revelavam seu progresso a partir da evolução de indicadores econômicos, em especial o Produto Interno Bruto (PIB). Nestes termos, esta visão reduzida de desenvolvimento implicou a ideia de que estivesse relacionado apenas ao conceito de crescimento econômico, no qual, capital, trabalho e renda seriam os únicos componentes da análise. (AGUIAR, 2015, p. 380).

desenvolvimento consiste na eliminação de privação de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p. 12).

Assim, “a sociedade atua constantemente sobre o desenvolvimento do ser humano no intento de integrá-lo no modo de ser social vigente e de conduzi-lo a aceitar e buscar os fins coletivos” (VIEIRA PINTO, 1994, p. 30).

Porém, para que haja efetivamente este desenvolvimento são necessárias políticas pautadas em princípios democráticos, com a participação de todos envolvidos, em um conjunto de oportunidades e diálogo aberto. Neste estudo, o enfoque foram os egressos das turmas 1 a 6 e espera-se um ativismo dos participantes.

Repensar nos valores da cidadania, estimulando o egresso ao desenvolvimento de práticas que favoreçam diálogos com as comunidades internas e externas, como em atividades de extensão, podem trazer novas práticas de promoção ao desenvolvimento da região norte do Brasil.

4 METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO TÉCNICO

Quanto à natureza do método, a abordagem deste estudo é qualitativa, portanto, “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. [...]” (MINAYO, 2001, p. 14). Não há, desse modo, uma preocupação com dados mensuráveis e estatísticos, mas a qualidade (natureza e essência) do procedimento de autoavaliação no PPGPJDH.

Como adverte Martinelli (1999, p. 115) a pesquisa qualitativa se insere no “marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados. O desenho da pesquisa qualitativa deve nos dar uma visibilidade muito clara do objeto, objetivo e metodologia, de onde partimos e onde queremos chegar”.

A área de avaliação interdisciplinar¹¹ da CAPES normatizou no documento 45, para mestrados e doutorados profissionais, que as pesquisas desenvolvidas sejam realizadas com caráter inovador, tendo o foco na área profissional visando a solução de problemas (BRASIL, 2019b).

Deve haver um envolvimento do profissional com sua área de atuação, visando um caráter intervencionista, a partir de problemas identificados pela prática profissional, com foco no contexto de atuação deste profissional e pesquisador, abordando a metodologia de desenvolvimento, instrumentos de aplicação, orientações para análise, validação, descrição do público-alvo, forma de registro e disponibilização (CURI, 2022, p. 219).

Tratando-se de um mestrado profissional e interdisciplinar, cuja prática profissional incorpora o conhecimento científico ao duas ou mais disciplinas relacionarem seus conteúdos para aprofundar o conhecimento e levar dinâmica ao ensino, é importante que haja diálogo e socialização dos produtos, visando avaliar o alcance do impacto e limitações.

Rizzatti *et al.* (2020) enfatiza que deve haver a aplicação efetiva e replicabilidade destes produtos e essa intervenção na prática profissional, visando a resolução de problemas no campo de inserção social do egresso.

Em 2019, a CAPES direcionou que a avaliação qualitativa da produção técnica seja feita pela banca examinadora, no âmbito de doutorado e mestrado. Todavia, o que se tem visto é pouca avaliação desta produção pelas referidas bancas (RIZZATTI *et al.*, 2020). Por

¹¹ “Área 46, foi criada por meio da Portaria CAPES nº 83, em 6 de junho de 2011, sendo constituída, naquele momento, por 60 cursos *stricto sensu*, distribuídos em nove cursos de Mestrado Acadêmico, 19 cursos de Doutorado e 30 cursos de Mestrados Profissionais” (RIZZATTI *et al.*, 2020, p. 1).

isso, os programas de modalidade profissional “[...] entendem e valorizam esse tipo de produção técnica, e isso faz com que os programas de pós-graduação profissional não sejam totalmente reconhecidos (ou conhecidos) em suas especificidades e contribuições singulares” (ZIHLMANN; MAZZAIA, 2022, p. 6).

Para atender as orientações da CAPES é preciso que o produto técnico seja apresentado em duas partes: uma seção metodológica para a pesquisa desenvolvida e uma subseção destinada a metodologia desenvolvida pelo produto, explica Rizzatti *et al.* (2020).

[...]. Assim, as dissertações e teses deverão conter no corpo do texto uma seção ou capítulo, abordando a metodologia de desenvolvimento do produto, contendo: 1) descrição das etapas de delimitação do problema a ser abordado; 2) definições das etapas, idealização e elaboração do produto; 3) prototipagem (quando for o caso); 4) aplicação, avaliação, validação (1ª instância, mínimo recomendado para o MP), e; 5) análise à luz do referencial teórico e metodológico. Espera-se que os produtos resultantes dos MP atinjam plenamente a 1ª instância, o que não impede que o mesmo produto tenha a continuidade do desenvolvimento pelo egresso e docente nos grupos de pesquisa dos programas, assim resultando em produções bibliográficas diversas. (RIZZATTI *et al.*, 2020, p. 6).

Considerando tais orientações para o desenvolvimento do produto técnico, é importante destacar como foram tratadas neste estudo.

Quadro 1 - Metodologia de desenvolvimento do produto técnico

Etapas	Desenvolvimento
1ª: A descrição das etapas de delimitação do problema a ser abordado	Ocorreu na fase inicial da pesquisa, ou seja, nos primeiros procedimentos realizados.
2ª: As definições das etapas, idealização e elaboração do produto técnico	Deu-se na parte do delineamento da pesquisa.
3ª: A prototipagem	Elaboração do projeto de autoavaliação proposto.
4ª: A aplicação, avaliação e validação	Aplicação: instrumento questionário <i>on-line</i> ; Avaliação: banca de defesa do relatório técnico; Validação: aplicação do produto técnico e a avaliação da CAA.
5ª: A análise à luz do referencial teórico e metodológico	Ao longo do percurso da construção do produto técnico.

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica..., 2021.

O quadro 1 mostra o passo a passo do desenvolvimento do produto técnico aqui proposto. Mas, mesmo tendo essa especificidade na pós-graduação na modalidade profissional, ele não se resume em si, mas em um processo que proporcione a transformação do mestrando durante a elaboração do produto técnico, envolvendo-se no processo de

identificação do problema prático e desenvolvendo o referencial teórico-metodológico consistente e coerente com a proposição de encaminhamentos e soluções para o problema identificado. Posteriormente, aplica o seu produto técnico, retoma criticamente à primeira versão para acompanhar o texto dissertativo (RÔÇAS; MOREIRA; PEREIRA, 2018, p. 67).

Ou seja, esse processo de transformação do aluno ao longo da elaboração do seu produto técnico constitui efetivamente o produto de um mestrado profissional, que “[...] não apenas envolve a formação de profissionais qualificados, mas contribui efetivamente para a transformação de ideias e práticas que podem promover avanços efetivos da ciência e de seus campos de aplicação” (ZIHLMANN; MAZZAIA, 2022, p. 6).

Após esta breve apresentação acerca do desenvolvimento do produto técnico, será apresentada na seção 5 todo o processo de construção do manual de autoavaliação.

4.1 Bases para a elaboração e avaliação do produto técnico

As bases que sustentaram a elaboração e avaliação do produto técnico deram-se a partir do 1) Repositório Institucional da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFT; do 2) Currículo *lattes* dos participantes; e da 3) Observação e a elaboração do questionário *online*.

O Repositório Institucional da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFT é uma ferramenta online que permite “agrupar, armazenar, organizar e disseminar a produção científica e acadêmica produzida na UFT, fomentando a visibilidade da instituição em âmbito nacional e internacional, com acesso livre para toda comunidade” (REPOSITÓRIO... [2016], não paginado).

Assim como, atende ao enunciado no artigo 6º do Regimento Interno do PPGPJDH, que prevê:

[...] O Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos deverá organizar um banco de dados/repositório com os trabalhos e dissertações produzidos, resultando em acervo disponível para consulta de operadores do Direito de todo Brasil e do mundo, contribuindo para a Ciência Social Humana Aplicada. (BRASIL, 2021b, p. 5).

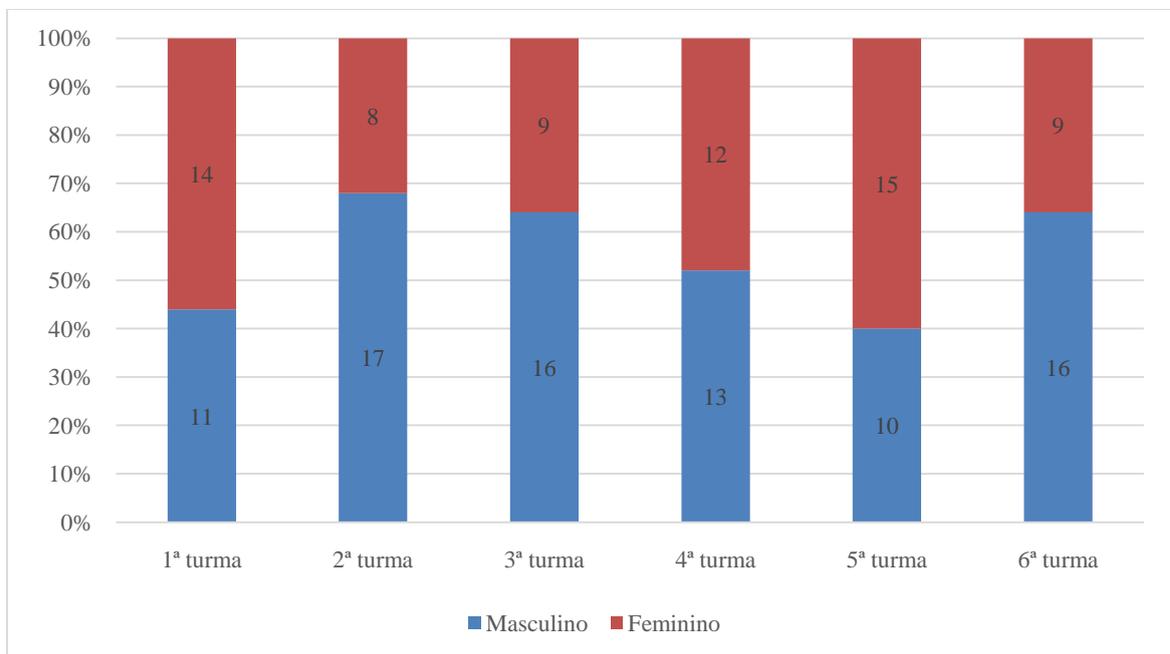
Nesta etapa, foi feito o levantamento dos trabalhos publicados no referido Repositório. No total foram localizadas 148 publicações dos discentes, da 1ª a 6ª turma do programa. Em seguida realizou-se a leitura integral dos trabalhos. Posteriormente, tabulou-se do material selecionado, que foi sistematizado e compilado em planilhas, assim analisadas.

Desta análise mapeou-se o sexo dos autores, selecionou-se as linhas de pesquisa com maior adesão pelos mestrados das turmas mencionadas, identificou-se a presença de coorientador nas pesquisas e elencou-se os tipos de produtos técnicos gerados no PPGPJDH.

Esse procedimento metodológico teve como finalidade compor um “banco de dados com as informações dos trabalhos, para que possam ser realizadas outras ações e utilizadas para outros fins diversos desta pesquisa” (TANAJURA; BEZERRA, 2015, p. 2).

Inicialmente, apresentou-se os sexos dos autores dos trabalhos publicados e defendidos pelo PPGPJDH, conforme o Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 - Sexo dos autores do PPGPJDH



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

O gráfico 1 observou-se a predominância do masculino sobre o feminino, considerando a totalidade do grupo pesquisado das turmas 1 a 6 do PPGPJDH.

Segundo a CAPES¹², em pesquisa realizada em 11 fevereiro de 2022, quando se comemora o dia internacional das mulheres e meninas na ciência, 54,2% dos 395.870 alunos matriculados em mestrados e doutorados no Brasil são formados por mulheres.

Até poucos anos atrás, as mulheres não estavam presentes na ciência, porque se dedicavam aos afazeres domésticos, a família e ao lar. Agora, agregam a estes fazeres uma presença marcante em diversas instâncias da ciência, como no PPGPJDH.

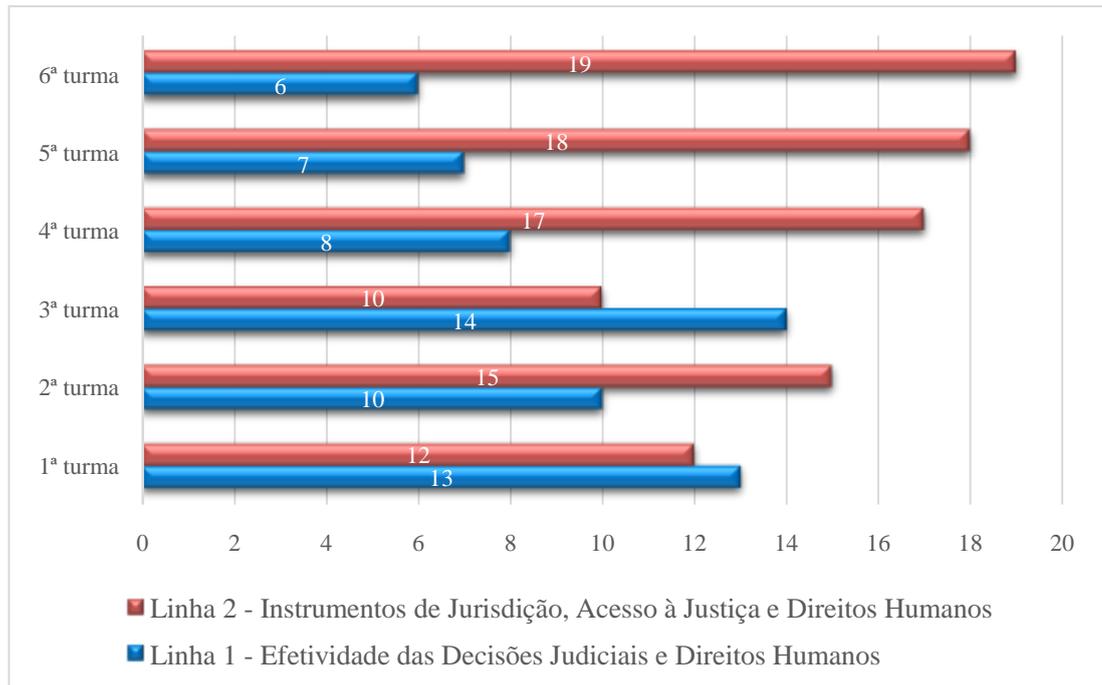
¹² Notícia publicada no portal da CAPES. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pos-graduacao-brasileira-tem-maioria-feminina>. Acesso em: 16 mar. 2022.

Mesmo com esta representatividade no PPGPJDH, faz-se necessária a adoção de políticas de discriminação positiva, como praticada na Índia e na África do Sul, e entendida como um mecanismo, por exemplo, de ação afirmativa que visa promover os grupos não privilegiados (PERES JÚNIOR *et al.*, 2018).

A partir da Resolução n.º 418, de 2021 (BRASIL, 2021c), o CNJ promoveu ações de incentivo à participação institucional feminina no poder judiciário, para que fossem criados repositórios online nos tribunais, com o cadastro de dados de mulheres juristas, com informações e trabalhos acadêmicos, visando viabilizar a participação destas em eventos e ações institucionais. Também a agenda 2030 da ONU orienta o fomento da participação ativa das mulheres nos ambientes de tomada de decisão. Seguindo esta tendência, sugere-se que seja criado um repositório com trabalhos das pesquisadoras mulheres no site da Esmat, para que se tenha maior visibilidade e incentivo à presença feminina na ciência.

Em relação às linhas de pesquisa¹³ do PPGPJDH, observou-se a prevalência da linha “*instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e direitos humanos*”, com exceção da 1ª e 3ª turmas. Este fato demonstra ser necessário verificar tal tendência nas próximas turmas e detectar os principais motivos para esta escolha, bem como pensar em políticas específicas para divulgar a outra linha de pesquisa, no intuito de fortalecê-la academicamente.

¹³ Linha de Pesquisa 1: Efetividade das decisões judiciais e direitos humanos – esta linha é destinada a pesquisas que abordem a inter-relação entre efetividade das decisões judiciais e Direitos Humanos, buscando explorar as formas de aperfeiçoamento da efetividade das decisões judiciais à luz da teoria contemporânea dos Direitos Humanos. Demarcando do território temático, pretende-se nesta linha articular a prática jurídica com a ação transformadora das condições da cidadania brasileira. Linhas de Pesquisa 2: Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e direitos humanos – esta linha de pesquisa pretende ancorar seus estudos e pesquisas à questão da jurisdição amplamente considerada, tendo em vista a necessidade de desenvolver mecanismos teóricos para aprofundá-la e aperfeiçoá-la dentro de uma gramática de direitos fundamentais coletivos, difusos e transindividuais. Pretende-se, por meio desta linha, intensificar a discussão teórica interdisciplinar acerca do acesso à justiça, sobretudo de acordo com o ponto de partida de que sua concretização está além da dimensão normativa, como bem indica simples análise empírica.

Gráfico 2 – Matriculados por Linhas de pesquisa no PPGPJDH

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica..., 2022.

O gráfico 2 foi representado pelas duas linhas de pesquisa do PPGPJDH, sendo Efetividade das Decisões Judiciais e Direitos Humanos e Instrumentos da Jurisdição, Acesso à Justiça e Direitos Humanos e as opções de escolha indicadas pelos egressos em seus trabalhos. Denota-se que houve maior produção advinda da linha de pesquisa 2 pelo público-alvo pesquisado, fundamentada em direitos fundamentais coletivos, difusos e transindividuais; desenvolvendo um conteúdo teórico-interdisciplinar sobre o acesso à justiça.

São palavras-chave desta linha: hermenêutica constitucional, acesso à justiça, garantias constitucionais do processo. No quadro 2 que se verá adiante comprovou a predominância da linha nos trabalhos finais de curso e elencou as palavras-chave mais utilizadas nos trabalhos, sendo direitos humanos e acesso à justiça.

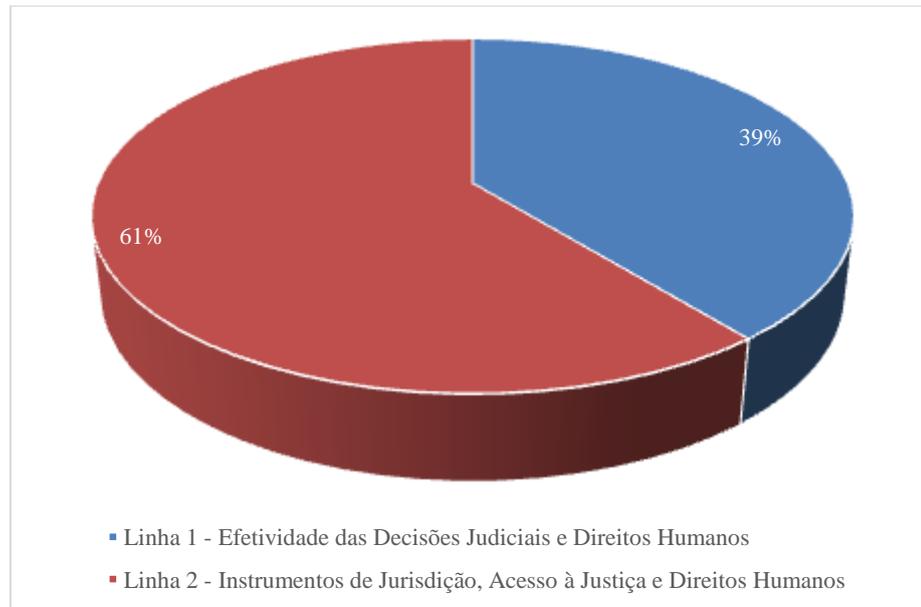
Considerando que a linha efetividade das decisões judiciais e direitos humanos, sugere-se o fortalecimento dos projetos nos grupos de pesquisa do programa, com a divulgação das atividades na página, que se encontra desatualizada.

O gráfico 3 demonstra como as atividades científicas do PPGPJDH foram distribuídas a partir das suas duas linhas de pesquisa. Isso é, as linhas de pesquisa se equipararam em relações as produções acadêmicas. Na 1ª turma, a linha dois correspondia a 52% de publicações; na 2ª turma, a linha 2 correspondia a 60% a mais que as publicações da linha 1. Já na 3ª turma esse número se inverteu, pois, a linha 1 foi o segmento com maior quantitativo

de trabalhos científicos. Na 4ª turma a linha 2 despontou e representava 68% das opções. Na 5ª e 6ª turma, a linha 2 demarcava as pesquisas defendidas e publicadas pelo programa.

Para elucidar a expressividade da linha 2 ao longo do período estudado apresenta-se o gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 - Representatividades das linhas 1 e 2 no PPGPJDH



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

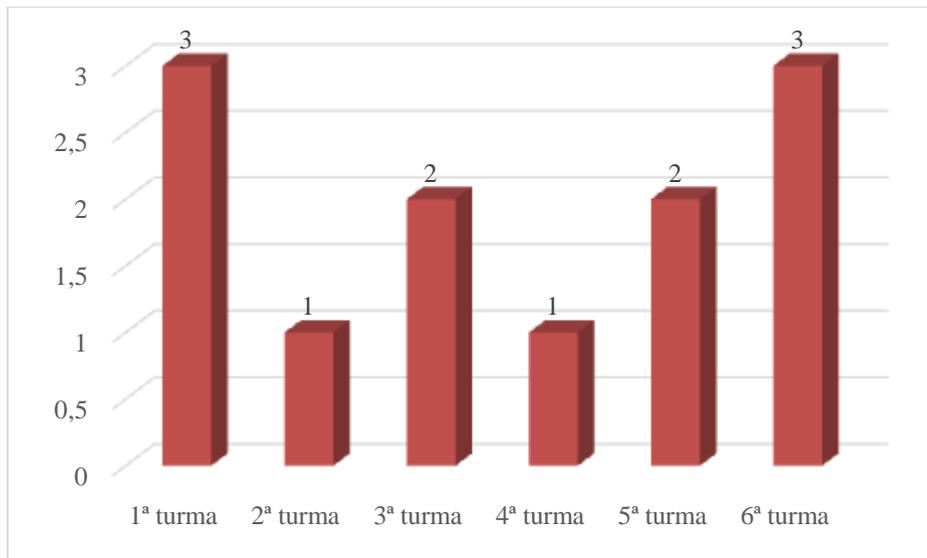
No Gráfico 3 observa-se que a maioria dos alunos optou pela linha de pesquisa “*instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos*”; perfazendo o total de 90 trabalhos (61%) no montante de 148 trabalhos pesquisados. Em segundo plano, a escolha é por “*efetividade das decisões judiciais e Direitos Humanos*”, perfazendo, 58 trabalhos (39%).

O Gráfico 3 demonstra que como as atividades científicas do PPGPJDH foram distribuídas a partir das suas duas Linhas de Pesquisa. Evidencia-se certo equilíbrio na 1ª turma em relação aos trabalhos publicados. Isso é, as Linhas de Pesquisa se equipararam em relação às produções acadêmicas. Na 2ª turma a Linha 2 correspondia 60% a mais que as publicações da Linha 1. Na 3ª turma esse número se inverteu a Linha 1 foi o segmento com maior quantitativo de trabalhos científicos. Na 4ª turma a Linha 2 despontou e representava 68% da área de concentração do Mestrado. Nas 5ª e 6ª turmas a Linha 2 demarcava as pesquisas defendidas e publicadas pelo Programa.

Dando sequência à análise proposta, outro elemento investigado foi o currículo Lattes dos egressos do PPGPJDH. Para tanto, verificou-se o currículo Lattes dos egressos,

atualizados até o dia 16 de abril de 2021, considerando os seguintes indicadores: conclusão da formação no PPGJDH, qualificação posterior ao programa e produção técnica, conforme se observa no gráfico 4, abaixo.

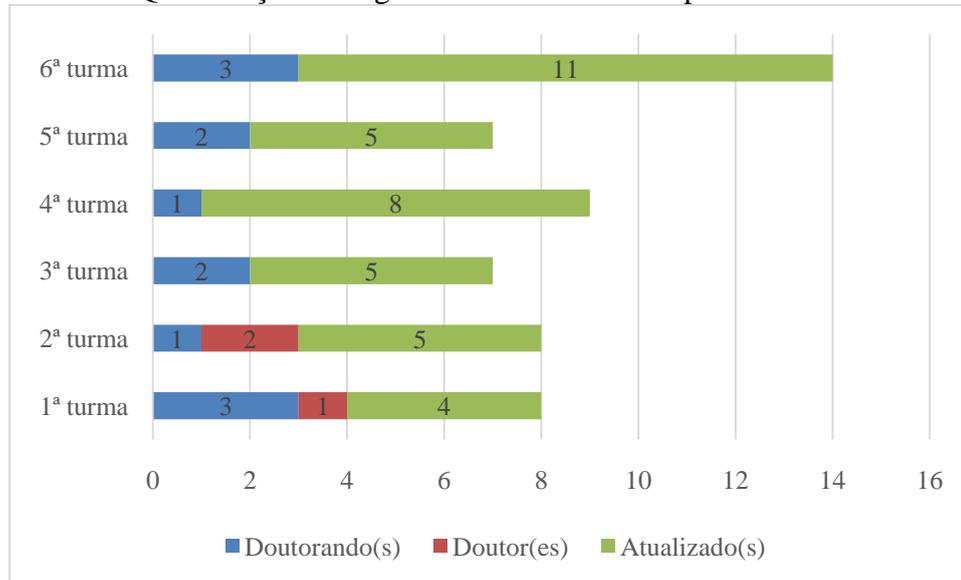
Gráfico 4 - Análise do currículo Lattes dos egressos do PPGJDH - qualificação posterior ao programa e produção técnica



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Observou-se que a atualização do currículo na Plataforma *Lattes* por parte dos egressos das turmas observadas não seria uma prática recorrente: na turma 1 apenas quatro (16%) alunos tinham seus currículos atualizados; nas turmas 2, 3 e 5 esse número correspondia a 20%, ou seja, cinco alunos. Na turma 4 esse quantitativo equivalia a 32%, isto é, oito alunos mantinham sua vida acadêmica em dias na referida plataforma e a turma 6, correspondia a 44% da amostra, ou seja, 11 alunos conservavam suas produções acadêmicas atualizadas.

Verificou-se ainda nestes currículos atualizados que os egressos estão se qualificando após o PPGJDH, como detalha o gráfico a seguir.

Gráfico 5 - Qualificação dos egressos PPGPJDH do a partir do currículo *Lattes*

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Além da continuidade na formação (no doutorado), observou-se ainda que da 1ª turma há um egresso doutor, atuando como professor vinculado ao PPGPJDH.

No que tange à visibilidade da produção técnica elaborada no PPGPJDH, constatou-se nos currículos analisados uma defasagem quanto ao indicativo da produção técnica desenvolvida no programa. Tal dado remete a três hipóteses: a) alguns alunos não inseriram a informação após a conclusão do PPGPJDH; b) outros, o currículo apenas possui informações básicas, solicitadas no edital, quando do ingresso do programa, não mais tendo sido atualizado quanto à produção no programa; e c) àqueles que deram continuidade às atividades de pesquisa, seja como doutorandos ou na docência, mantém o currículo atualizado, mas sem mencionar a produção técnica produzida no PPGPJDH.

Em relação aos “títulos dos trabalhos” que normalmente exprime a temática específica da pesquisa, observou-se nas 148 publicações analisadas que: a) alguns não traduzem o conteúdo do trabalho apresentado e mostram-se desconexos com o conteúdo da pesquisa no corpo do texto; b) há ainda títulos sem o recorte espacial pesquisado, dificultando a compreensão sobre o impacto (local, regional, nacional, etc.) pesquisado.

Em relação às “palavras-chave” entende-se como aquela “palavra representativa do conteúdo do documento, escolhida, preferentemente, em vocabulário controlado” (ABNT, 2021 p. 1), com recomendações nos trabalhos acadêmicos o uso de três a cinco palavras-chave. Elas possibilitam a indexação do TCC nos sistemas de busca online. Estas devem ser

grafadas em minúsculo, separadas ponto-e-vírgula (;) e finalizada por ponto (.)¹⁴.

Para esta etapa, condensou-se as palavras compostas para simples. Buscou-se obter o máximo de informações e pertinência, a partir dos nomes lançados nas palavras-chave e a frequência da ocorrência, como detalha o quadro 2, abaixo.

Quadro 2 - Palavras-chave recorrentes nas pesquisas do PPGPJDH

Turmas	Palavras-chave	Palavras recorrentes
1	112	Direitos humanos; acesso à justiça; contraditório; execução penal; justiça.
2	108	Direitos humanos; acesso à justiça; direito à saúde; execução penal; judicialização; ressocialização; sistema prisional.
3	103	Direitos humanos; educação; acesso à justiça; conciliação; estado do Tocantins; execução penal; justiça restaurativa.
4	101	Direitos humanos; acesso à justiça; eficiência; celeridade.
5	111	Direitos humanos; <i>accountability</i> ; acesso à justiça; educação; poder judiciário; povos indígenas; ressocialização.
6	107	Direitos humanos; direito à saúde; acesso à justiça; eficiência; judicialização; prestação jurisdicional; resolução consensual de conflitos.

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

O quadro 2 mostra que as palavras mais utilizadas nas seis turmas analisadas foram direitos humanos e acesso à justiça, cujas ocorrências se deram 43 e 14 vezes, respectivamente. Sugere-se que haja uma orientação no sentido de fortalecimento do contexto local e regional, possibilitando a visibilidade das pesquisas por buscas avançadas.

Da análise dos “orientadores”, ou seja, docentes permanentes no PPGPJDH ¹⁵” (turmas 1 a 6), infere-se que com a desvinculação de alguns professores do programa, reduziu-se a produção técnica dos egressos no PPGPJDH, conforme pode ser inferido dos dados obtidos no *lattes*.

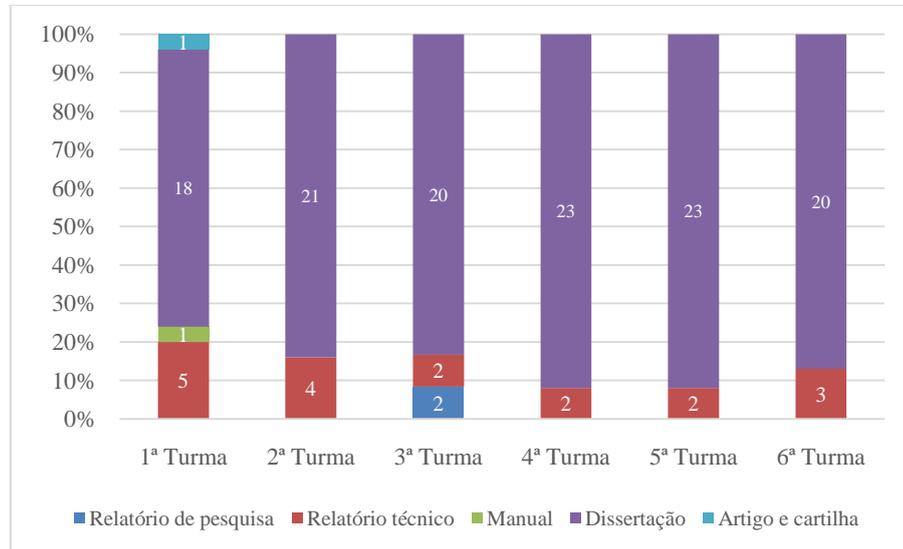
O produto final de curso mais produzido foi a dissertação, conforme se observa no gráfico adiante. Quanto à produção técnica, importante produção num mestrado profissional, esta não se destacou e observa-se que este poderia ter maior visibilidade, se vinculadas como apêndices destes trabalhos. Espera-se que tal lacuna possa ser preenchida com a autoavaliação aqui proposta.

¹⁴ NBR 6028 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2021 [ABNT]).

¹⁵ Alex Pizzio, Aline Sueli Salles Santos, Aloísio Alencar Bolwerk, Ana Lúcia Pereira, Ângela Issa Haonat, Carlos Mendes Rosa, David Nadler Prata, George Lauro Ribeiro de Brito, Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira, João Aparecido Bazolli, José Damião Trindade Rocha, José Wilson Rodrigues de Melo, Kathia Nemeth Perez, Kherlley Caixas Batista Barbosa, Oneide Perius, Patrícia Medina, Paulo Fernando de Melo Martins, Paulo Sérgio Gomes Soares, Renata Rodrigues de Castro Rocha, Shirley Silveira Andrade, Suyene Monteiro da Rocha, Tarsis Barreto Oliveira, Vinícius Pinheiro Marques.

Da análise do “produto técnico”, observa-se, como já mencionado, que a maioria dos produtos no PPGPJDH se refere à dissertação, ou seja, produto bibliográfico, conforme dados demonstrados.

Gráfico 6 - Produtos técnicos do PPGPJDH



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

O Gráfico 7 deixa claro que na Turma 1 os trabalhos defendidos foram 72% dissertação, 20% relatório técnico, 4% artigo e cartilha e 4% manual; na Turma 2 foram 84% dissertação, 16% relatório técnico; na Turma 3, 88% dissertação, 8% relatório de pesquisa e 4% relatório técnico; na Turma 4, 92% dissertação e 8% relatório técnico; na Turma 5, 92% dissertação, 4% estudo de caso e 4% relatório técnico; e na Turma 6 foram 88% dissertação e 13% relatório técnico.

Houve um predomínio de dissertações, porém, com conteúdos que podem ser transformadas nas produções técnicas previstas na Portaria n.º 17, de 2009, da CAPES.

Da análise da “execução”, observa-se que alguns trabalhos não comprovam os produtos desenvolvidos, apenas relatam o intento de criação de produção técnica, gerando incerteza quanto à confirmação do resultado. Um fato importante observado é que em alguns trabalhos, o produto técnico foi relatado no conteúdo do texto do produto final. Em outros, mencionado no apêndice. E em outros, disposto no anexo. Percebeu-se certa confusão dos alunos no que seria apêndice¹⁶ e anexo¹⁷. O produto técnico deve ter um destaque no mestrado profissional e a visibilidade é um requisito essencial, inclusive para facilitar o acesso online e

¹⁶ São os documentos formulados pelo próprio autor do trabalho com o objetivo de informar/ampliar o assunto.

¹⁷ São documentos elaborados por terceiros e que ajudam na validação da argumentação da pesquisa.

poder ser difundido. Em comparação, fez-se a leitura dos trabalhos da turma 7 depositados no repositório e observou-se a disposição dessas informações quanto à produção, servindo como indicador de melhoria.

Como melhoria, sugere-se a criação de oficinas visando tratar de assuntos correlatos ao ensino de formatação de trabalhos acadêmicos no programa.

4.2 Desenvolvimento da ferramenta gerencial

O desenvolvimento da ferramenta gerencial se materializou na elaboração do relatório técnico constituído pelo demonstrativo analítico de todos os produtos de final de curso do PPGPJDH.

Esse demonstrativo ocorreu mediante a criação de uma planilha Excel que facilitou os dados e a leitura de categorias¹⁸, e após organizadas, constituíram o primeiro movimento de autoavaliação do programa, com a mensuração do impacto social de suas respectivas produções. A transcrição das categorias foi fiel ao disposto nos trabalhos.

O instrumento de autoavaliação busca informar de forma eficiente a pesquisa realizada, podendo ser convertida em banco de dados. A função diagnóstica é potencialmente relevante para implementar melhorias internas da gestão e aumentar a efetividade do programa. Além disso, possui alto nível de impacto real para solução de problemas previamente identificados, com resultados nas áreas de produção científica e de aprendizagem.

Com a ferramenta de autoavaliação busca-se dimensionar o impacto acadêmico-social das pesquisas alinhadas ao atendimento das necessidades socioeconômicas, culturais, regionais e locais de projetos voltados ao efetivo cumprimento da produção científica, com aplicabilidade em suas diferentes orientações epistemológicas interdisciplinares, no desenvolvimento profissional na prestação jurisdicional e nos Direitos Humanos.

Para tanto, exigiu-se a criação da Comissão de Autoavaliação (CAA), assunto discutido na seção 4.2.1.

¹⁸ autor, link de acesso ao lattes, título do tcc, link do trabalho depositado no repositório, palavras-chave, orientador, proposta, produto, execução.

4.2.1 Da comissão de autoavaliação (CAA)

A formação da comissão de autoavaliação (CAA) é um dos objetivos desta pesquisa. Sua constituição ocorreu na reunião do colegiado do PPGPJDH, no dia 12 de março de 2021, de forma virtual, momento que foram eleitos os membros da CAA, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 3 - Membros da primeira CAA do PPGPJDH

Função	Membros
Docente e Coordenador do PPGPJDH	Gustavo Paschoal Teixeira de Castro
Docente e Vice coordenadora do PPGPJDH	Patrícia Medina
Discente vinculada ao PPGPJDH	Marcela Santa Cruz Melo
Discente egressa do PPGPJDH	Rayka Oliveira Soares Valadares
Equipe técnica ¹⁹ do PPGPJDH	Eugênia Paula Meireles Machado

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

As principais funções deste grupo permanente que compõe a CAA são:

- Definição dos temas e problemas prioritários a serem investigados;
- Elaboração da problemática na qual serão tratados os problemas e as correspondentes hipóteses de pesquisa;
- Coordenação de atividades em sintonia com o trabalho dos outros grupos e com as ações de formação;
- Centralização de informações provenientes de diversas fontes;
- Interpretação dos resultados;
- Busca de soluções e propostas de ação;
- Acompanhamento de ações implementadas e avaliação de resultados;
- Divulgação de resultados pelos canais apropriados.

Por meio do mapeamento de percepções na (autoavali)ação do programa perante o discente, a CAPES entende que o programa poderá traçar as diretrizes e parâmetros de mensuração da qualidade e melhoria dos próprios programas, com o foco principal na

¹⁹ Posteriormente, o membro da equipe técnica foi alterada para Sônia Cláudia Bezerra. Alteração regulamentada na Reunião de Colegiado, de 12 de novembro de 2021.

formação e aprendizagem. Sendo planejada, conduzida, implementada e analisada pelos próprios alunos, estes terão a possibilidade de refletir sobre o contexto e a políticas adotadas, além da sistematização dos dados que os levaram à tomada da decisão (CAPES, 2019).

Assim, com elementos de descrição analítica, inferência, linguística e análise documental, incorpora procedimentos e objetivos para descrição de conteúdo das mensagens.

Busca-se uma avaliação que experimente processos autônomos, formativos e com ampla participação da comunidade acadêmica, não meramente *rankings* que enumerem resultados de produtivismo por quantidade, ao invés de qualidade acadêmica. Assim, permitirá um amadurecimento de pesquisadores e egressos no sentido de corresponsabilização, colaboração e engajamento na melhoria do *stricto sensu* (LEITE; VERHINE; DANTAS; BERTOLIN, 2020).

5 MANUAL DE AUTOAVALIAÇÃO DO PPGPJDH

5.1 Apresentação do projeto de autoavaliação do PPGPJDH

Volponi (2019) assevera que a avaliação é uma ferramenta orientadora de gestão e decisão na pós-graduação. De acordo com Leite (2006, p. 466), ela pode ser compreendida como “um processo de autoanálise realizado pela comunidade envolvida, destacando pontos fortes e pontos fracos de suas realizações com vistas à melhoria da qualidade do seu fazer institucional, com vistas à superação de fragilidades e dificuldades diagnosticadas”.

A produção deste conhecimento é uma responsabilidade social, profissional e pública do programa ou da instituição que o oferta (LEITE; VERHINE; DANTAS; BERTOLIN, 2020). Isto é, “[...] o ato de conhecer é, uma responsabilidade social, profissional e pública de um programa ou instituição. A veracidade, a honestidade e a transparência fazem parte do rol de princípios éticos que permitirão dar relevo à AA [autoavaliação]” (LEITE; VERHINE; DANTAS; BERTOLIN, p. 343), levando a mudanças e tomadas de decisão.

A autoavaliação é utilizada em experiências internacionais cujos resultados indicam o favorecimento da “construção da identidade, heterogeneidade e envolvimento dos programas avaliados [...], desenvolvida de forma sistemática e contínua[...], assegura a proximidade entre avaliador e avaliado e permite aprofundamentos de natureza qualitativa e contextualizada” (BRASIL, 2019a, p. 5).

Com este mesmo foco, a CAPES instituiu, por meio da Portaria n.º 149, de 4 de julho de 2018, um grupo de trabalho (GT) para “implantar uma sistemática de autoavaliação no âmbito dos programas de pós-graduação, que possa também ser componente relevante para a avaliação realizada pela CAPES”, buscando a qualidade e excelência de resultados dos programas.

Por vezes também é chamada avaliação interna ou avaliação institucional, quando referida às organizações e utiliza como diretrizes: “a) o contexto e políticas adotadas; b) contando com a sistematização dos dados para tomada de decisões; c) participando os docentes, discentes, egressos, técnicos e outros; cujo foco será definido pelos mesmos” (BRASIL, 2019a, p. 7).

A compreensão da avaliação como “estratégia de solução de problemas e aperfeiçoamento das ações é elemento comum entre avaliação educacional e avaliação de políticas e de instituições” (BELLONI; MAGALHÃES; SOUSA, 2001, p. 19).

Constitui-se como um dos instrumentos de aperfeiçoamento da gestão do estado que

visa o desenvolvimento de ações eficientes e eficazes em face das necessidades da população, sendo “um instrumento fundamental para conhecer, compreender, aperfeiçoar e orientar as ações de indivíduos e grupos. É uma forma de olhar o passado e o presente sempre com vistas ao futuro”, esclarecem Belloni, Magalhães e Sousa (2001, p. 14). Assim, o grupo ao refletir sobre sua prática, poderá encontrar respostas e promover ações concretas de melhoria.

Deste modo, a avaliação é:

um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas, que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações com vistas a estimular o aperfeiçoamento. [...] contempla [...] os processos de formulação e desenvolvimento, as ações implementadas ou os fatos ocorridos, assim como os resultados alcançados, histórica e socialmente contextualizados; (BELLONI; MAGALHÃES; SOUSA, 2001, p. 15).

Na visão do GT da CAPES (2019a, p. 9-11), “a autoavaliação constitui o relato detalhado, por parte do Programa, sobre seus procedimentos e instrumentos de autoavaliação”, refletindo a importância de se pensar na prática e derivar ações concretas de autonomia responsável.

Na pós-graduação, a autoavaliação, na prática, implica colocar “em ação o elementar processo de detectar pontos fortes e potencialidades, tanto quanto discriminar pontos fracos dos programas e prever oportunidades e metas de futuro”, explica Leite, Verhine, Dantas, Bertolin (2020, p. 343).

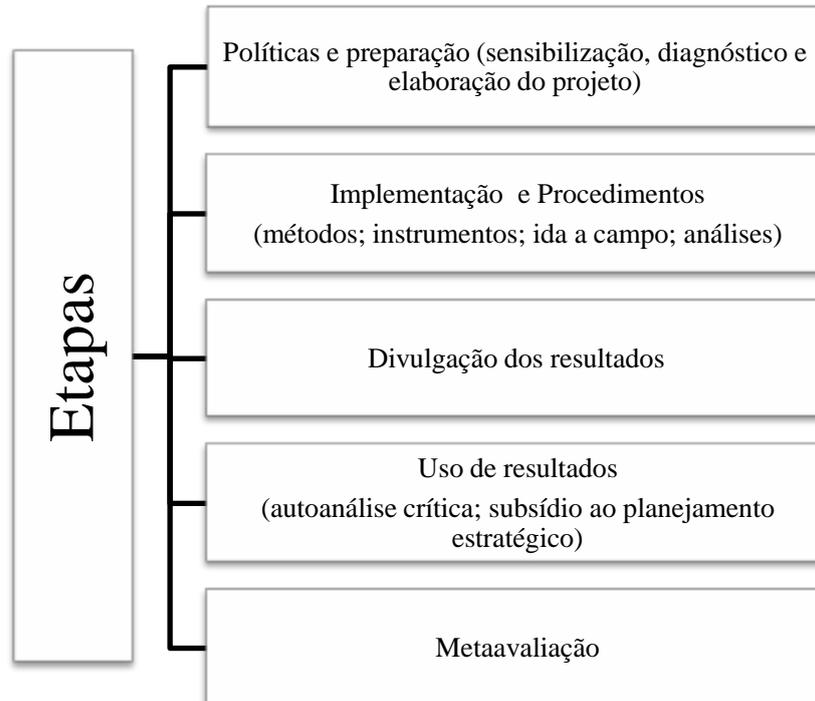
Dentre os modelos de autoavaliação, optou-se pela escolha de Souza e Gatti (2015), visando a autonomia responsável dos participantes na construção da autoavaliação, por meio das formas: monitoramento da qualidade do programa, seu processo formativo, produção de conhecimento, atuação e impacto político, educacional, econômico e social; foco na formação discente pós-graduada na perspectiva da inserção social e/ou científica e/ou tecnológica e/ou profissional, presencial e/ou a distância do programa.

Ao contemplar a história do programa numa escala temporal de no mínimo cinco anos, os dados de autoavaliação do programa são incorporados e aproveita-se melhor os “itens abertos” da ficha de avaliação, possibilitando que a agregação de novos componentes que podem ser revistos ano a ano (GATTI; ANDRE; FAVERO; CANDAU, 2003, p. 139).

5.2 Etapas da autoavaliação

Elaborar um modelo de autoavaliação para um programa de pós-graduação não é uma tarefa fácil, pelo contrário, exige seguir todo um protocolo estabelecido pela Agência Reguladora da área (a CAPES) que orienta e sugere as seguintes etapas:

Figura 1 - Etapas de proposta metodológica de autoavaliação



Fonte: elaborado pela autora, adaptado de CAPES (2019a).

A figura 1 mostra as etapas que contemplam o desenvolvimento da autoavaliação de um programa de pós-graduação. Nesse processo, é fundamental respeitar a “dimensão histórica, valorizando os contextos diversos do programa e sua evolução, para que se possa visualizar o desenvolvimento em uma dimensão prospectiva” (TEIXEIRA; MASETTO, 2004, p. 44).

Considerando as particularidades do PPGPJDH, detalha-se a seguir como se deu a etapa de preparação da autoavaliação (quadro 4).

Quadro 4 - Etapas de preparação da autoavaliação

Data	Ação
Março/2021	Constituição da equipe de coordenação e instauração das reuniões da CAA (CAA20) do PPGPJDH, cujos nomes foram aprovados em Colegiado. A CAA é composta por dois docentes, um representante discente, um representante técnico e um representante discente egresso.
Agosto/2021	Calendário de reuniões semanais às terças-feiras. Apontamentos sobre o questionário a ser submetido aos egressos, elaborado pela pesquisadora deste relatório juntamente com sua orientadora.
Setembro- Outubro/2021	Produção do Manual de Autoavaliação. Submissão do questionário aprovado pela CAA ao Comitê de Ética.
Novembro/2021	Reunião Ordinária de Colegiado do PPGPJDH: aprovada a substituição do representante técnico, assumindo Sônia Cláudia Bezerra Sales.
	Constituição dos participantes internos e indicação de representante externo (<i>ad doc</i> encontra-se pendente de nomeação). Expedição de dois convites a cientistas de renome para comporem a CAA.
	Organização das rotinas e elaboração do instrumento. Repasse de diagnósticos aos membros da CAA, visando aprimoramentos e melhorias.
Abril-Maio/2022	Aplicação do questionário aos egressos (das turmas 1 a 6), para coleta de dados de informações que possam subsidiar o instrumento da CAA.
Setembro/2022	Publicação dos resultados.
Outubro/2022	Resultados subsidiam decisões da CAA.

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022

Ainda na etapa da preparação é necessário, segundo as orientações da CAPES, a sensibilização para participação de todos nos processos. Segundo Teixeira e Masetto (2004, p. 45), esse momento pode ser entendido como um “conjunto de atividades de discussão sobre o próprio processo de avaliação – seu sentido, sua relevância, seus princípios, suas características”.

Nesse processo é preciso a cooperação e envolvimento dos participantes (CAA, docentes, discentes, egressos e técnicos administrativos) do programa. Desse modo, esmiúça-se no quadro 5 as ações realizadas nesta etapa.

²⁰ O objetivo da CAA é mediar o processo de autoavaliação, em uma perspectiva democrática, com o incentivo e motivação para execução do processo avaliativo, com análise de dados de forma integrada.

Quadro 5 - Ações para sensibilizar os participantes na autoavaliação

Participantes envolvidos	Ações
CAA	Planejar e encaminhar as etapas dos procedimentos; Elaborar os instrumentos; Definir procedimentos e organizar relatórios a serem submetidos ao Colegiado.
Egressos	Destacar a necessidade de engajamento deste público; Encaminhar questionário, tendo como recorte as percepções sobre a qualidade do programa no aspecto: a) das disciplinas ofertadas (bom ou ruim, pontos fortes e fracos); b) adequação dos produtos finais apresentados ao Planejamento Estratégico (2021/2025) do TJTO e PDI (2021/2025) da UFT; c) indicador: contemplado ou não contemplado; Orientar sobre o preenchimento do currículo <i>lattes</i> ; Realizar rodas de conversa online; Organizar cursos de capacitação, voltados à atividade científica.
Docentes	Apontar as expectativas de melhoria quanto ao programa, disciplinas ministradas, orientações e ementa de disciplinas; Disponibilizar um questionário online para mensurar o processo de avaliação das disciplinas e as expectativas do processo.
Discentes	Assinar termo de compromisso para preenchimento semestral dos itens relacionados às necessidades de melhoria elencados pela CAA; Solicitar a atualização semestral do currículo <i>lattes</i> ; Enviar convite para participação da pesquisa por <i>e-mail</i> ; Conversar com discentes no primeiro dia de aula – explicar como vão contribuir (métodos: questionários, entrevistas com docentes, análise dos produtos finais ou cada produto produzido após o término de cada disciplina).
Técnico Administrativo	Organizar registros de atas e pauta de reuniões (via <i>Google Meet</i>); Fornecer registros (egressos, discentes e docentes) para execução dos atos.

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

O quadro 5 detalha as ações que serão realizadas para a mobilização de todos os participantes do PPGPJDH. Para tanto, serão ofertados: seminários, cursos de formação, rodas de conversa online, grupos de estudos, produção e divulgação de documentos institucionais, organização e participação de eventos acadêmicos.

Para a segunda etapa, estão previstos o planejamento (aspectos políticos da autoavaliação), que pode ser entendida como a fase de desenvolver o caráter diagnóstico, respeitando as especificidades do programa, e se chegando a uma avaliação emancipadora, para que medidas orientem a consolidação e recuperação do programa quanto à qualificação na CAPES. A valorização da avaliação continuada em uma sociedade democrática depende de seus pares, mas sobretudo do retorno construtivo de seus resultados (GATTI; ANDRE;

FAVERO; CANDAU, 2003).

Quadro 6 - Princípios da autoavaliação

Princípios adotados	Aspectos políticos da autoavaliação
Participação social	O envolvimento de diferentes atores do programa possibilita: a) identificar problemas e possíveis soluções e b) estabelecer a corresponsabilidade no processo de planejamento, implementação e avaliação.
Sustentabilidade	Favorecer a continuidade das ações, considerando diferentes dimensões (política, econômica e social).
Qualidade	Beneficiar o acompanhamento contínuo e permanente acerca da qualificação das ações executadas.
Desenvolvimento	Comprometer-se com um esforço contínuo, revendo metas de aperfeiçoamento.
Transparência	Agilizar a comunicação e divulgação dos resultados.
Conscientização	Enaltecer o papel da autoavaliação para o programa, destacando o papel dos envolvidos neste processo.

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022

Após os aspectos políticos de autoavaliação, a CAPES sugere definir os aspectos que representem a qualidade do programa, tendo como indicador principal a qualidade.

A qualidade é um requisito indispensável na formação, na produção técnica e científica, na prestação de bens e serviços à população. Neste sentido, é essencial que sejam atendidas as necessidades de demanda do TJTO (órgão fomentador do Programa), realização pela UFT (instituição de IES contratada) e execução da Esmat (instituição de apoio). Para tanto, enumerou-se os principais indicadores de qualidade:

- Origem do programa (levantamento histórico e situação atual);
- Participação expressiva de discentes e egressos;
- Caráter profissional e interdisciplinar dos produtos técnicos gerados;
- Mapeamento e análise técnico-científica dos itens que caracterizam os aspectos profissional e interdisciplinar dos produtos de conclusão de curso;
- Verificação dos destinatários das produções (órgãos, municípios, entidades, etc.), ou seja, os setores impactados pelos produtos técnicos gerados;
- Avaliação externa por parte dos destinatários indicados;
- Atender aos interesses da UFT, Esmat e TJTO;
- Identificar talentos com características e particularidades que potencializem a imagem do programa;

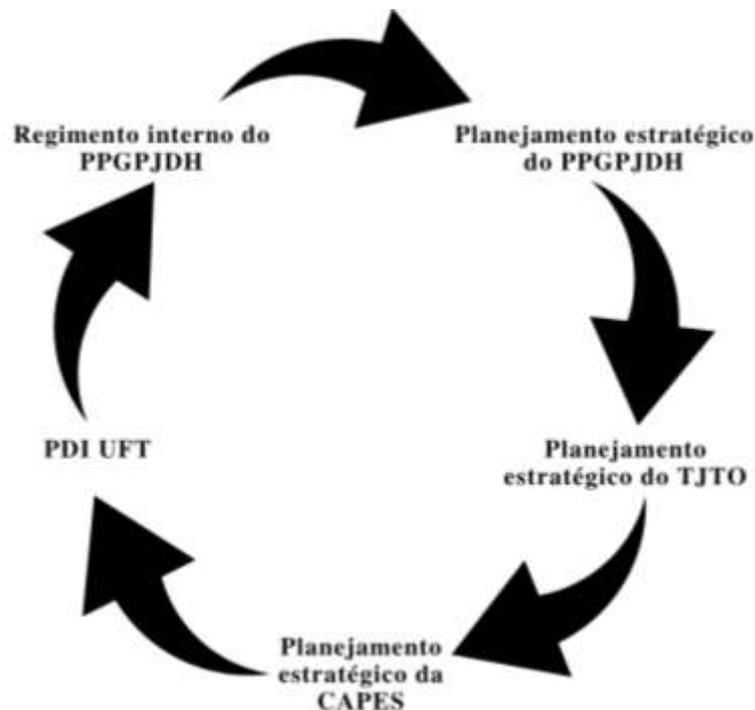
- Metaavaliação;
- Dimensões: Social, política e técnica: (i) do volume e qualidade das publicações; (ii) nível de satisfação da comunidade acadêmica; e (iii) produção técnica.

Outro item exigido pela CAPES é a definição da missão e planejamento estratégico (metas e objetivos a médio e longo prazos) e a identidade do programa.

A missão do programa é tornar-se um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural da Amazônia, da UFT e Esmat, comprometendo-se diretamente com o desenvolvimento humano da Região Norte que se encontra em pleno processo de formação identitária, reforçando a importância de concretização de políticas públicas (TOCANTINS, 2019).

Já no planejamento institucional, verifica-se a partir dos seguintes instrumentos constituídos.

Figura 2 - Instrumentos institucionais constituídos



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022

No que se refere às metas e objetivos estabelecidos a curto, médio e longo prazos, destacam-se:

Quadro 7 - Metas e objetivos estabelecidos na autoavaliação

Período	Metas e objetivos
Curto prazo	Aumentar a nota do programa na avaliação da CAPES para 4; Promover o resgate dos egressos quanto à participação das atividades do programa; Conhecer a situação dos alunos vinculados ao programa.
Médio prazo	Aumentar a qualidade da produção técnica-intelectual de discente e docente; Melhorar a inserção social, com atividades de extensão para os egressos; Elaborar um modelo de declaração de impacto para depósito em repositório; Propor uma classificação dos impactos para servir de guia para as áreas de avaliação; Produzir glossário dos termos.
Longo prazo	Potencializar os produtos já depositados; Aumentar a produção técnica do programa; Promover o intercâmbio, visando a internacionalização do programa; Ampliar a avaliação do público-alvo destinatário das ações do programa.

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Outro elemento a ser considerado, segundo a CAPES, é a definição das abordagens de avaliação, detalhadas no quadro 8.

Quadro 8 - Abordagens de avaliação na autoavaliação

Foco	Abordagens de avaliação
Discente	Possibilitar uma formação continuada ²¹ (cursos de extensão, eventos etc.); Estimular a produção e publicação científica.
Egresso	Destacar sua atuação na pesquisa, ensino, empresas, organizações.
Docente	Articular com as graduações da UFT, ações e atividades de extensão.
Corpo Técnico	Estabelecer e divulgar canais de comunicação contínuos e atualizados (avanço das tecnologias e domínio de algoritmos, inteligência artificial etc.).
Seminários periódicos de avaliação	Criar instrumentos de avaliação e modernização do projeto pedagógico; Propor linhas de desenvolvimento de estudos e pesquisas nas linhas de pesquisa e projetos de pesquisa do PPGPJDH; Contribuir para avaliação institucional (UFT); Reforçar parcerias institucionais ²² , visando a cooperação internacional (Indicadores: pesquisa, ensino, empregabilidade, empreendedorismo e internacionalização) Ampliar a rede de cooperação e articulação com outras IES (envolvimento com programas mais qualificados nos conceitos da CAPES).

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

²¹ Formação após a inicial (licenciatura e bacharelado)

²² De acordo com a planilha de acordos vigentes (DOCUMENTOS... 2022).

Feito o delineamento das abordagens de avaliação (quadro 8), define-se a seguir os critérios de avaliação e níveis da escala (quadro 9), no total de três.

Quadro 9 - Critérios de avaliação e níveis de escala da autoavaliação

Critérios	Escala adotada
Ruim	Não houve resultado do produto.
Satisfatório	Houve aplicação do resultado do produto.
Bom	Houve aplicação do resultado do produto e produção técnica complementar e sequencial.

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Definido os critérios de avaliação, apresenta-se a seguir a definição do uso dos resultados:

- Subsidiar dados para a comissão de autoavaliação do PPGPJDH, visando alcançar resultados na formação e impactos na sociedade;
- Subsidiar pesquisa da mestranda Marcela Santa Cruz Melo (2019/2022), membro da comissão de autoavaliação;
- Desenvolver indicadores para a melhora da produção técnica do programa;
- Fomentar o Planejamento Estratégico do Programa.

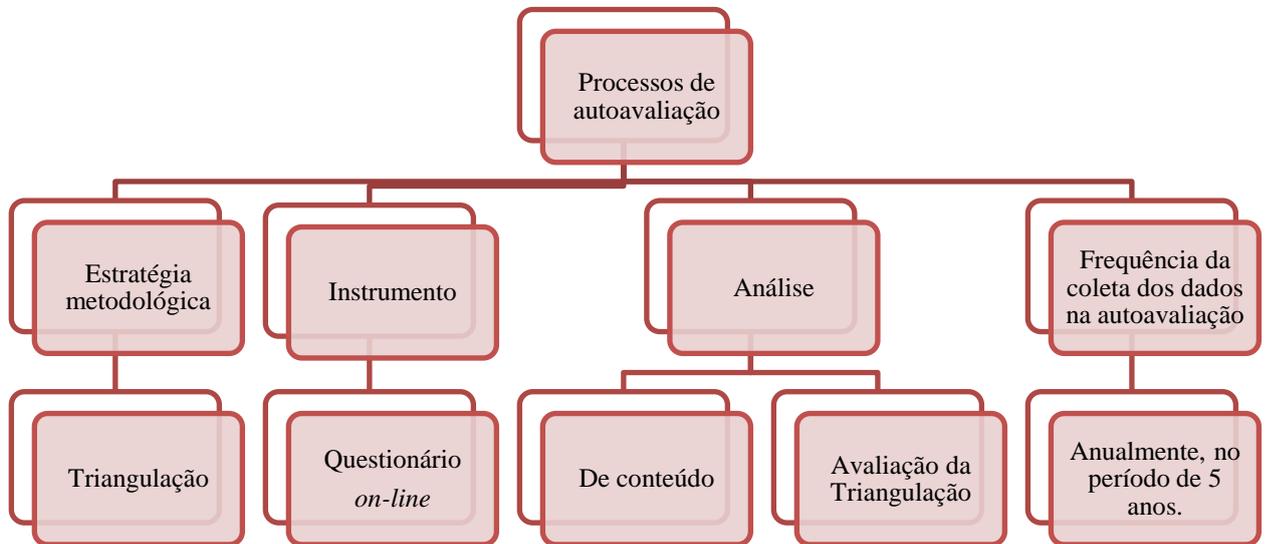
Em relação à periodicidade da coleta dos dados, define-se a seguinte série temporal, a ser desempenhada pela CAA.

- A frequência de coleta dos dados do questionário ocorrerá a cada 2 anos para os egressos;
- A frequência de coleta de dados ocorrerá anualmente para os discentes e será coletado pelo CAA;
- A frequência de coleta de dados ocorrerá a cada 6 meses para docentes e equipe técnica;
- Após delineado os aspectos mais “políticos” avaliativos a adotar, parte-se para as questões mais técnicas, ou seja, a elaboração do projeto de autoavaliação. Primeiramente elege-se os objetivos:
- Contribuir com o aperfeiçoamento profissional dos egressos.

- Valorizar o processo de formação, que envolve atividades em sala de aula e a relação entre orientador-orientando.
- Criar instrumentos de avaliação e modernização do projeto pedagógico.
- Propor linhas de desenvolvimento de estudos e pesquisas nas diversas áreas dos cursos, campos de conhecimento e atuação do profissional egresso desta Instituição.
- Construir banco de dados acerca da inserção profissional dos ex-alunos que venha a auxiliar na constatação de aspectos facilitadores ou que dificultam a vivência no mercado de trabalho.
- Promover um diálogo que dê subsídios para o desenvolvimento de ações que beneficiem tanto a atual comunidade acadêmica quanto os egressos.
- Sensibilizar os pós-graduandos sobre a importância de suas posteriores participações na política de egressos.
- Estabelecer e divulgar canais de comunicação contínuos e atualizados.
- Desenvolver ações de incentivo a uma participação ativa dos egressos, nas quais exista um engajamento da comunidade acadêmica para a inserção destes na vida da instituição.
- Possibilitar uma formação continuada através de cursos de extensão e pós-graduação, eventos e atividades de acordo com as necessidades do estudante.
- Identificar dados que colaborem com a avaliação do projeto político pedagógico do PPGPJDH, incentivando a participação dos coordenadores e professores.
- Contribuir para a Avaliação Institucional como um todo.

Em relação as estratégias utilizadas destacam-se: i) condecorar os egressos que se destacam na atividade profissional, desde que vinculados aos resultados do programa e ii) promover cursos de capacitação para os egressos (tutoria, docência e outros).

Outro elemento constituinte deste projeto é o método da autoavaliação, ou seja, técnicas, instrumentos, formas de análise, frequência de coleta de dados que serão utilizados, como ilustra a figura 3, a seguir.

Figura 3 - Processo adotado na autoavaliação do PPGPJDH

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

A figura 3 apresenta como o processo de autoavaliação seria feito e/ou executado ao longo do processo. Considerando nesse processo que a triangulação dos dados “refere-se ao uso de dois ou mais métodos para verificar se os resultados obtidos são semelhantes, com vistas a reforçar a validade interna dos resultados” (MINAYO, 2005, p. 44).

Em relação ao cronograma do processo de autoavaliação, ele ocorrerá ao longo do semestre letivo, como mostra o quadro 10 a seguir.

Quadro 10 - Cronograma do processo de autoavaliação

Público-alvo	1º semestre	2º semestre
Docentes	x	
Técnico-administrativo		x
Discentes		x

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Os egressos serão submetidos a autoavaliação a cada dois anos, considerando a data da sua banca de defesa.

Em relação aos recursos deste projeto, os mesmos serão custeados pela pesquisadora, pois se limitam aos gastos com acesso a internet e programas da Microsoft.

No que tange à equipe de implementação, foi implantado pelo grupo detalhado no quadro 11 abaixo.

Quadro 11 - Equipe de implementação da autoavaliação

Responsável	Função
Marcela Santa Cruz Melo e Patrícia Medina	Elaboração do questionário online.
Marcela Santa Cruz Melo	Envio dos questionários; Tabulação dos resultados.
Patrícia Medina	Revisão dos dados.

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados da autoavaliação serão divulgados nos sites da UFT e da Esmat, encaminhados aos e-mails dos alunos egressos e professores do programa e também em seminários, com a participação de alunos no Congresso Internacional com apresentação dos trabalhos e no canal do *YouTube* de egressos PPGPJDH (a ser criado).

O monitoramento dos resultados da autoavaliação ocorrerá em dois momentos: a cada seis meses, com elaboração de relatório final e criação de projeto a ser submetido ao Colegiado do PPGJDH; a cada um ano da autoavaliação, a partir de um documento que possa fazer a triagem dos trabalhos depositados no repositório do programa.

A implementação da autoavaliação dar-se-á mediante o projeto delineado acima. O monitoramento foi pautado com a criação de projetos internos para garantir o bom desempenho da avaliação externa (CAPES). Para tanto, algumas medidas serão consideradas: articular a avaliação com a tomada de decisões do programa; diminuir a rotatividade de docentes do programa; trazer o egresso às atividades do programa; e formação continuada de professores.

Em relação à divulgação do uso dos resultados, será feito mediante o envio de e-mail aos pesquisados e a todos os envolvidos no processo de autoavaliação do Programa.

Para delinear e avaliar o referido processo de autoavaliação proposto neste estudo, elaborou-se perguntas norteadoras (APÊNDICES A, B, C e D) que contemplam os discentes, egressos, discentes, docentes e técnicos administrativos.

Na autoavaliação, espera-se que na análise das percepções dos egressos possa ser traçado um parâmetro; pelo mapeamento, acompanhamento e avaliação, auferidos desde o ingresso enquanto aluno, tendo na gestão dos resultados, o reflexo do impacto dos investimentos do poder público e os resultados reais da aplicabilidade dos trabalhos

desenvolvidos no curso. Além de analisar o envolvimento dos orientadores, os objetivos do curso, os conteúdos dos trabalhos produzidos e a atuação do egresso.

No sistema multidimensional de avaliação, o foco está centrado na justificativa fundamentada da relevância econômica e social do programa e no registro do impacto dos seus produtos e não na tentativa de quantificação. Neste sentido, são objetivos: considerar a pesquisa em contexto, aceitar a visão multidimensional da qualidade, e ser sistemático e empírico sobre a coleta de evidências e sua apreciação. Deverão ser respondidas as perguntas quanto à formulação, implementação e obtenção de resultados.

No tipo de impacto, buscar-se-á analisar se o impacto foi potencial ou real/realizado, assim explicado:

Pesquisas que possam apresentar resultados importantes e que venham a gerar impactos expressivos na sociedade, assim denominando o impacto potencial e quando o produto é efetivamente utilizado pelo público-alvo, na forma de produtos e serviços, quando o impacto é real. (BRASIL, 2019b, p. 12).

Na avaliação multidimensional, os programas de pós-graduação são avaliados em cinco dimensões: 1) ensino e aprendizagem; 2) internacionalização; 3) produção científica; 4) inovação e transferência de conhecimento; e 5) impacto e relevância econômica e social (CAPES, 2019c).

O impacto de um produto na sociedade depende da perspectiva pautada pela defesa e a garantia dos direitos sociais constituídos legalmente, por isso analisou-se os produtos resultantes das pesquisas aplicadas pelos mestrandos egressos na prerrogativa de vislumbrar ou mensurar os indicativos resultantes.

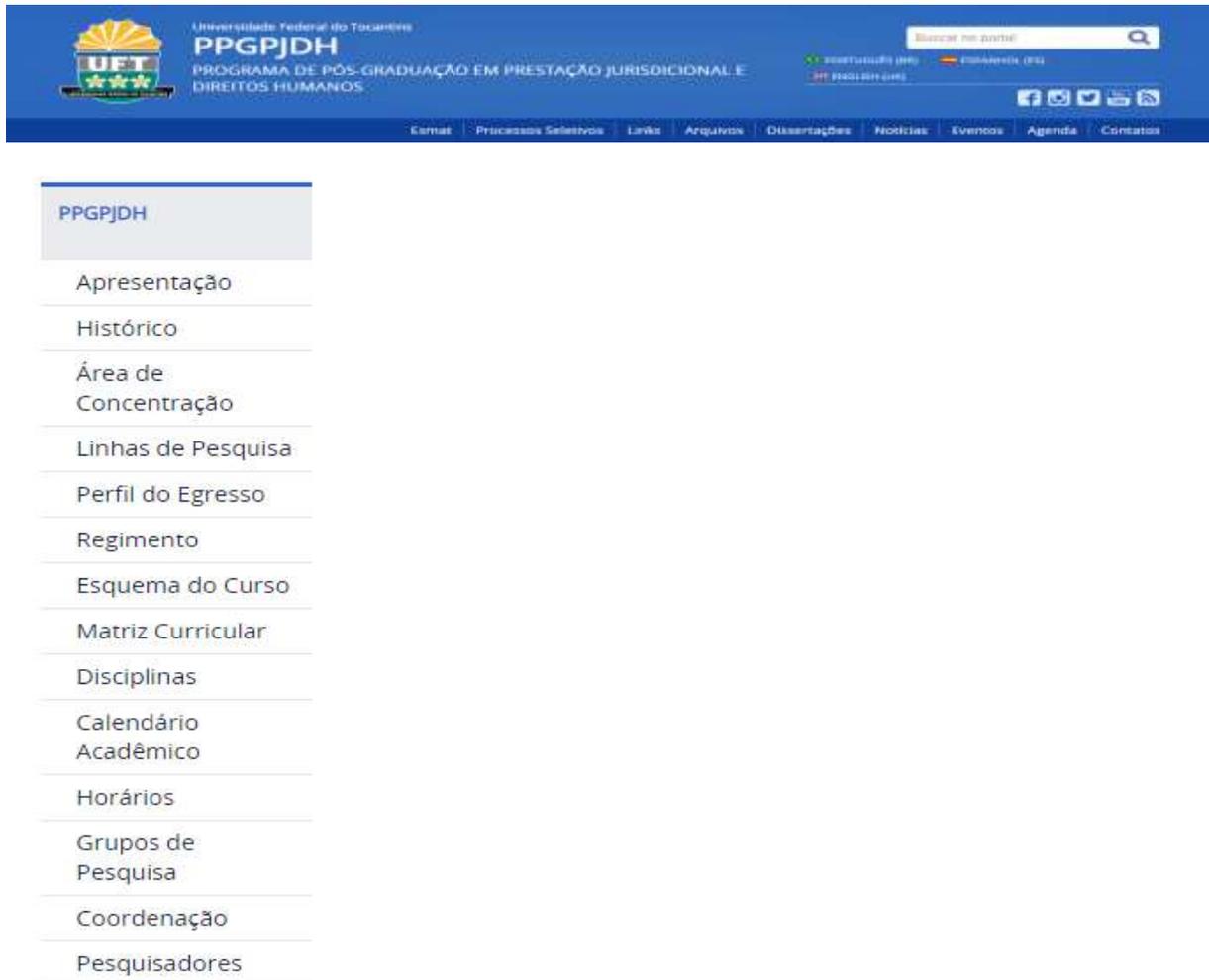
Além disso, é importante que se possa auferir os indicadores (econômicos e sociais), uma vez que na literatura há dificuldade na mensuração de uma escala absoluta para avaliação de impacto. O primeiro indicador refere-se aos geradores de riqueza sob a forma de renda; o segundo são aqueles que podem gerar renda, mas abrangem primordialmente outras dimensões (políticas, organizacionais, ambientais, culturais, simbólicas, sanitárias, educacionais) (CAPES, 2019d).

5.3 Sugestões de melhoria

Uma das sugestões de melhoria do PPGPJDH é a criação de uma aba de autoavaliação em seu site, divulgando as informações de todos os processos de autoavaliação, bem como suas respectivas atualizações.

Esse fato surge em função deste procedimento não ter sido realizado até o 14 de novembro de 2021, como detalha a imagem (aba da página do programa) a seguir.

Figura 4 - Site do PPGPJDH (14/11/2021)



Fonte: site do Programa (2021).

Outra sugestão é a criação de cursos de capacitação (de longa e média duração), de forma a orientar os mestrandos na condução de suas respectivas pesquisas, o primeiro voltado para o preenchimento dos dados na base de registros de pesquisas Plataforma Brasil (APÊNDICE E). Ou seja, uma formação voltada a capacitar os mestrandos do programa para a submissão de projetos e orientação acerca da Resolução n.º 466, de 2012 do CONEP, que regulamenta as pesquisas em seres humanos no Brasil.

O segundo curso proposto vem a orientar o mestrando na elaboração de questionários online (APÊNDICE F), orientando-o quanto ao manuseio das ferramentas tecnológicas, na aplicabilidade da técnica de questionário e compilação dos resultados dos dados coletados.

O terceiro curso sugerido é ensinar o mestrando a preencher e organizar o currículo

lattes (APÊNDICE H), com dados gerais e específicos que a plataforma exige.

O quarto curso a ser ofertado visa ensinar o mestrando a utilizar metodologicamente a análise de conteúdo, de Bardin (APÊNDICE G) nas pesquisas qualitativas.

Outro curso seria no formato de roda de conversas online (projeto de curso a ser desenvolvido pela CAA) com egressos do PPGPJDH. O objetivo é divulgar o conhecimento apreendido, as pesquisas científicas e técnicas elaboradas.

Recomenda-se ainda, curso para gerenciamento dos sistemas de biblioteca (UFT e Esmat) e editora Esmat, ambos fundamentais para a pesquisa científica.

Os cursos sugeridos são para melhorar todos os procedimentos de pesquisa, bem como contribuir para a autoavaliação, compreendida como um instrumento de gestão estratégico do PPGPJDH.

5.4 Cronograma de atividades

Atividades Mensais	2020												2021												2022								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Cursar disciplinas		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x																						
Pesquisa Documental (Leitura e tabulação dos trabalhos do Repositório UFT)		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x																					
Reescrita do projeto , com base na interdisciplinaridade e método de pesquisa		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x																
Elaboração de Questionário													x	x	x	x																	
Pesquisa Bibliográfica		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x																						
Comissão de Autoavaliação																x	x	x	x	x	x	x											
Qualificação																																	
Comitê de Ética (questionário)																																	
Ajustes da Qualificação																																	
Pesquisa de Campo (Aplicação do Questionário)																																	
Tabulação de Questionários																																	
Defesa																																	
Correções indicadas pela banca de defesa																																	
Entrega do relatório técnico																																	x

5.5 Diagnóstico

Considerando ser a avaliação um ato que interfere na vida dos avaliados (pessoas,

processos, cursos, instituições, programas ou políticas públicas), espera-se que esta produção tenha alcançado de forma positiva sua proposta, qual seja, dar resposta às demandas elencadas pelos egressos quando da elaboração dos objetivos de seus projetos de pesquisa, de forma a se assegurar o impacto acadêmico-social almejado.

Sugere-se a associação com outros cursos de pós-graduação da UFT, para a participação em projetos conjuntos e desenvolvimento em experiências consolidadas para o Tocantins e região norte do Brasil.

Assim como a continuidade de parcerias com outras instituições, como Defensoria Pública, Ministério Público do Estado do Tocantins, Tribunal Regional Eleitoral e Poder Executivo, espera-se que suas atividades possam ter continuamente às inicialmente fomentadas pelo TJTO, em parceria com a UFT e o PPGPJDH, e que contemple a missão almejada em tornar-se um diferencial na educação e desenvolvimento de pesquisas.

Figura 5 – Reportagem no site da DPE sobre parceria com UFT e ESMAT

DPE-TO firma parceria com a Esmat e UFT para a oferta de mestrado para defensores públicos

Publicado em 04/02/2019 10:55

Autor(a): Marcus Mesquita / Ascom DPE-TO



Assinatura do Termo foi realizada na quinta-feira, 31, na sede da Esmat - Foto: Marcus Mesquita / Ascom DPE-TO

Fonte: Site da DPE-TO, 2019.

Figura 6 - Site DPE sobre parceria DPE, TRE, TJTO e UFT

DPE, TRE, TJTO e UFT firmam parceria para pós-graduação em Prestação Jurisdicional

Publicado em 24/11/2021 16:00

Autor(a): Cinthia Abreu/ Comunicação DPE-TO



Grigãos assinaram Termo de Compromisso durante encontro na Esmat - Foto: Laise Maria/Comunicação DPE-TO

Fonte: Site da DPE, 2021.

Figura 7 - Notícia sobre parceria Esmat e Ministério Público

Esmat e Ministério Público celebram convênio para realização de mestrado pela UFT

08 FEVEREIRO 2019



Fonte: ESMAT... 2019.

STRICTO SENSU

Mestrado profissional em Prestação Jurídica e Direitos Humanos lança vagas para o Executivo Estadual

Fonte: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/28928-mestrado-profissional-em-prestacao-juridica-e-direitos-humanos-lanca-vagas-para-o-executivo-estadual>

6 DO QUESTIONÁRIO

Em dezembro de 2019 foi realizada reunião do projeto de pesquisa do PPGPJDH, Educação em Direitos Humanos (EDUCADH) e em um dos materiais compartilhados e analisados foi sugerido o texto *A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa* (MANZATO; SANTOS, [2012]), para direcionamento das análises pelos alunos-membros do grupo. A partir deste material foi solicitado a entrega de um questionário na reunião seguinte, agendada para 14 de janeiro de 2020.

Considerando o objetivo tratado nesta pesquisa, a pesquisadora elaborou o instrumento e o submeteu ao grupo, que fez apontamentos e sugestões de melhoria, assim acatados. No encontro também foi mencionado sobre a necessidade de submissão do instrumento ao Comitê de Ética e foram compartilhadas informações pelos membros do grupo.

Realizados os ajustes indicados, a pesquisadora enviou-o a sua orientadora e cadastrou o projeto no sistema Plataforma Brasil²³. Porém, em virtude da pandemia do COVID-19, houve um momento de incerteza e interrupção das atividades presenciais. Então, a orientadora da pesquisadora sugeriu que aguardasse a conclusão da disciplina Seminário Interdisciplinar II, ofertada em novembro de 2020, e posteriormente, marcasse a banca de qualificação e na sequência, submetesse o projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFT. A orientação foi atendida e aguardou-se a conclusão da disciplina, porém, a banca foi realizada apenas em 1º de julho de 2021.

Neste período, de novembro de 2020 a julho de 2021, a pesquisadora então elaborou o manual de autoavaliação, citado anteriormente no capítulo 5. Também foi confeccionada a ferramenta de gestão elaborada no período de julho de 2020 a abril de 2021, tratando-se de planilha do Excel, que subsidiou o preenchimento do Coleta Capes em 2021 com informações sobre as pesquisas dos trabalhos e alunos das turmas 1 a 6, de 2013 a 2018 (MELO; MEDINA, 2020).

Após a realização da banca de qualificação, a pesquisadora iniciou as correções indicadas pelos membros, assim como, submeteu o questionário à CAA em reuniões consecutivas, em que foram indicadas novas abordagens que viessem a agregar informações ao questionário. Inclusive, atendeu à orientação de que a escolha do Comitê de Ética deveria priorizar o da UFT, pois a pesquisa estaria sendo desenvolvida para esta instituição.

²³ Base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/plataforma-brasil-conep?view=default>

As informações estavam ajustadas em agosto de 2021, porém, o Comitê de Ética da UFT entrou em recesso com previsão de retorno em setembro de 2021, quando então registrou-se o projeto, tendo o CAAE sob o n.º 53933321.4.0000.5519.

Figura 8 - Prazos para cadastro no Comitê de ética em pesquisa em seres humanos - UFT

2. **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFT entra em recesso a partir de segunda-feira (16)**

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFT (CEP) informa que, no período de 16 de agosto a 13 de setembro, não estará em funcionamento, devido ao recesso institucional. Na data, portanto, ...

Registrado em: Notícias
Criado em 13 Agosto 2021

Fonte: Site da UFT, 2021.

Foi encaminhado em outubro de 2021 um e-mail para cep_uft@uft.edu.br, solicitando informações sobre a tramitação, pois apresentava desde 29/9/2021, a fase "Em Recepção e Validação Documental". Também foram feitas tentativas ineficazes de contato telefônico.

Diante da perspectiva de continuidade da pesquisa, foi realizado o monitoramento diário no sítio Plataforma Brasil, na expectativa da tramitação. Algumas correções foram solicitadas e após atendidas, o projeto foi admitido e alterou sua fase para "Em apreciação ética", em 15 de dezembro de 2021.

Figura 9 - Lista de apreciações de projeto*

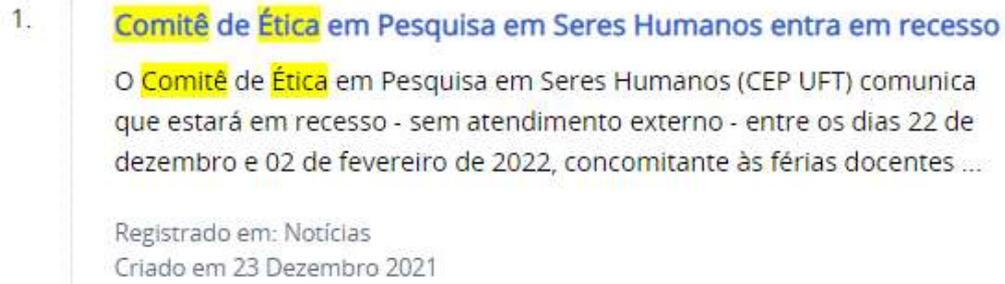
LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO							
Apreciação	Pesquisador Responsável	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord.	Ações
PO	MARCELA SANTA CRUZ MELO	2	15/12/2021	09/03/2022	Em Apreciação Ética	Não	 

Fonte: Dados da autora (2021).

*Retirado da Plataforma Brasil.

Mais uma vez, o Comitê entrou de recesso, de dezembro de 2021 a fevereiro de 2022, conforme pode ser observado em informações obtidas no portal da UFT.

Figura 10 - Aviso de recesso - Comitê de ética da UFT*



Fonte: Dados da autora.

*Retirado do site da UFT.

A pesquisadora então enviou novamente e-mail ao Comitê de Ética da UFT em fevereiro de 2022, após o período indicado de recesso, e foi informada que no mês não haveria reunião, pois os docentes estariam retornando de férias e o processo permanecia com o relator.

Novamente foi tentado contato por e-mail, em que foram solicitadas informações do prazo para conclusão da avaliação pelo relator. Ainda, se haveria substitutos dos membros em períodos de férias ou afastamentos e qual seria a média de tempo de tramitação de um processo no Comitê de Ética. Assim, não foi obtida resposta.

Então, seguindo a instruções de sua orientadora, a pesquisadora entrou em contato pelos e-mails conep@saude.gov.br e conep.denuncias@saude.gov.br com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e seu órgão de denúncia (CONEP – DENÚNCIA), visando a movimentação processual e conclusão das atividades, pois, a pesquisadora já encontrava-se utilizando seu período de prorrogação de curso, previsto regimentalmente e deferido pelo Colegiado do PPGPJDH.

A CONEP confirmou o registro da denúncia em 24 de fevereiro de 2022 e seu órgão de denúncia em 29 de março de 2022, e o processo teve então a aceitação pelo relator no Comitê, assim sendo elaborado o parecer, que apontou novas pendências de correções.

Figura 11 - Dados do cadastro do projeto na Plataforma Brasil

- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO							
Apreciação [†]	Pesquisador Responsável [‡]	Versão [‡]	Submissão [‡]	Modificação [‡]	Situação [‡]	Exclusiva do Centro Coord. [‡]	Ações
PO	MARCELA SANTA CRUZ MELO	2	15/12/2021	09/03/2022	Em Apreciação Ética	Não	 

- HISTÓRICO DE TRÂMITES							
Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	09/03/2022 09:23:37	Parecer do relator emitido	2	Membro do CEP	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Fundação Universidade Federal do Tocantins	
PO	09/03/2022 00:32:43	Aceitação de Elaboração de Relatório	2	Membro do CEP	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Fundação Universidade Federal do Tocantins	
PO	30/12/2021 10:46:15	Confirmação de Indicação de Relatório	2	Coordenador	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Fundação Universidade Federal do Tocantins	

Fonte: Dados da autora*

*Retirados da Plataforma Brasil, 2021.

Porém, diante da necessidade de conclusão de curso e utilização do prazo de prorrogação, conforme informado anteriormente, as pesquisadoras, juntamente com sua orientadora, não vislumbraram a viabilidade de aguardar a aplicação do questionário para concluir a pesquisa.

Figura 12 - Dados do cadastro do projeto na Plataforma Brasil (atualização dez. 2021)

- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO							
Apreciação [†]	Pesquisador Responsável [‡]	Versão [‡]	Submissão [‡]	Modificação [‡]	Situação [‡]	Exclusiva do Centro Coord. [‡]	Ações
PO	MARCELA SANTA CRUZ MELO	2	15/12/2021	15/03/2022	Pendência Emitida pelo CEP	Não	  

- HISTÓRICO DE TRÂMITES							
Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	15/03/2022 09:07:36	Parecer liberado	2	Coordenador	Fundação Universidade Federal do Tocantins	PESQUISADOR	
PO	14/03/2022 11:54:14	Parecer do colegiado emitido	2	Coordenador	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Fundação Universidade Federal do Tocantins	

Fonte: dados da autora – retirados da Plataforma Brasil (2021)

Sugere-se que o Comitê de Ética da UFT atualize suas informações no site da UFT. Como exemplo, em busca livre no campo “*buscar no portal*”, no período em que a pesquisadora ingressou no PPGPJDH, foram localizadas apenas quatro notícias, sendo que duas tratam de recesso ou atendimento do setor.

Figura 13 - Notícias sobre Comitê de Ética no Portal da UFT

1. **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos entra em recesso**
 O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP UFT) comunica que estará em recesso - sem atendimento externo - entre os dias 22 de dezembro e 02 de fevereiro de 2022, concomitante às férias docentes ...
 Registrado em: Notícias
 Criado em 23 Dezembro 2021

2. **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFT entra em recesso a partir de segunda-feira (16)**
 O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFT (CEP) informa que, no período de 16 de agosto a 13 de setembro, não estará em funcionamento, devido ao recesso institucional. Na data, portanto, ...
 Registrado em: Notícias
 Criado em 13 Agosto 2021

3. **Comitê de Ética no Uso de Animais (Ceua)**
 O Comitê de Ética no Uso de Animais (Ceua) da UFT é um órgão colegiado, de natureza técnico-científica, interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender ...
 Registrado em: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propeq)
 Criado em 18 Agosto 2020

4. **Comitê de Ética em Pesquisas Humanas (CEP)**
 O Comitê de Ética em Pesquisas Humanas (CEP) é um colegiado multi transdisciplinar, independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil, criado ...
 Registrado em: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propeq)
 Criado em 18 Agosto 2020

Fonte: Dados da autora, retirados do site da UFT (2022)

Ao acessar a página inicial, de pesquisa, comitês científicos e comitê de ética em pesquisas humanas, observou-se que se encontram desatualizadas, com as últimas informações datadas de 2019.

Figura 14 - Página oficial do Comitê de Pesquisa da UFT



Fonte: Site da UFT (2022)

Os editais encerrados datam como mais recente, com pasta de arquivo do ano de 2018.

Figura 15 - Página de documentos da UFT (editais encerrados)



Fonte: Site oficial da UFT (2022)

Não há qualquer conteúdo tratando sobre a Regulamentação do Comitê de Ética na *minihome* do Comitê.

Figura 16 - Comitê de pesquisa - Página de regulamentos



Fonte: UFT (2022).

Segundo a Resolução n.º 466, de 2012, das Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Vivos:

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, com “múnus público”, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos de pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos (BRASIL, 2012).

É de suma importância que haja transparência das informações para que o pesquisador se sinta motivado para a submissão de seu projeto e possa conduzir sua pesquisa sob os princípios éticos. Ressaltando-se que procedimentos falham.

Após agendamento da banca de defesa desta pesquisadora para 18 de abril de 2022, inesperadamente o projeto foi aprovado em 13 de abril de 2022. Porém, já sem tempo hábil para aplicar o questionário, analisar o conteúdo e divulgar resultados à banca.

Os membros da banca fizeram questionamentos, cujas hipóteses ainda não haviam sido confirmadas pelo instrumento. Porém, após a realização da banca, a pesquisadora aplicou e analisou o questionário visando trazer elementos para a pesquisa. O resultado final foi então encaminhado novamente à banca, contendo as correções indicadas e assim foram aprovadas.

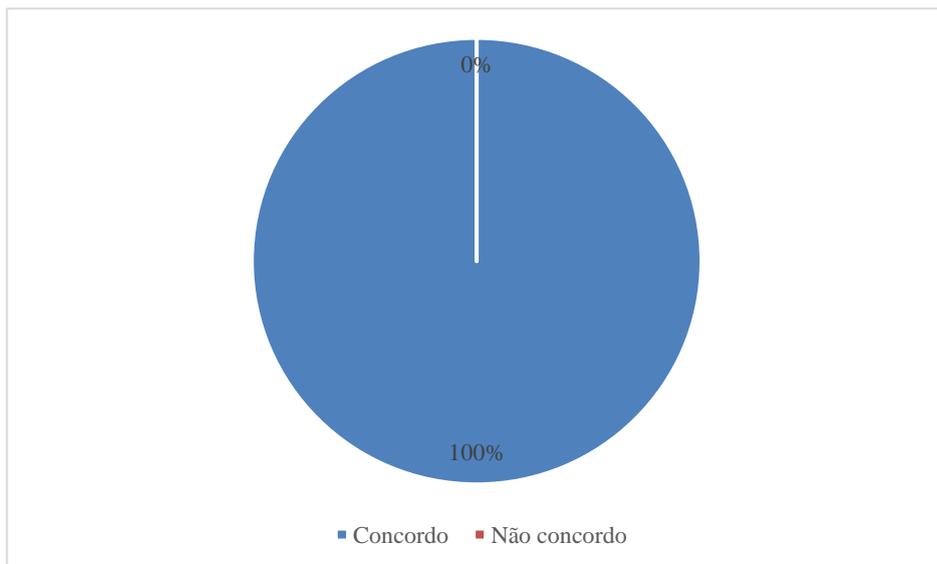
Sobre as etapas da aplicação do questionário, considerou-se:

A população da pesquisa foi representada pelos alunos egressos das turmas 1 a 6 do PGPJDH. Nas turmas indicadas, ingressaram 150 alunos, porém, dois foram desvinculados e um faleceu no decorrer da pesquisa, em virtude da COVID-19²⁴.

Conforme mencionado anteriormente, foi elaborado um questionário online do *Google Forms*. A lista de e-mail da população foi obtida da CAA. A lista de contatos do *WhatsApp* era de uso pessoal da pesquisadora, desde o período em que trabalhou como secretária no PGPJDH, tendo alguns contatos desatualizados ou sem acesso.

Inicialmente, a participação foi voluntária e antes da disposição das perguntas foi editado o termo de consentimento livre e esclarecido, em que 100% concordou em participar da pesquisa. Dois alunos, via mensagem de *WhatsApp*, informalmente comunicaram não se sentirem confortáveis para o envio das respostas e não registraram esta opção. Também foram apresentados no início do instrumento: a) resumo da pesquisa, b) objetivos, justificativas e procedimentos, c) benefícios, d) riscos, providências e cautelas, e) custos, ressarcimento, indenização e assistência, resultados, f) consentimento, sigilo e privacidade, g) garantia de esclarecimento, acompanhamento e informações a qualquer tempo. Foram informados que para finalizar a participação na pesquisa seria necessário enviar as respostas, das quais nem todas as respostas foram de cunho obrigatório.

Gráfico 7 - Respostas sobre o termo de livre consentimento sobre o questionário

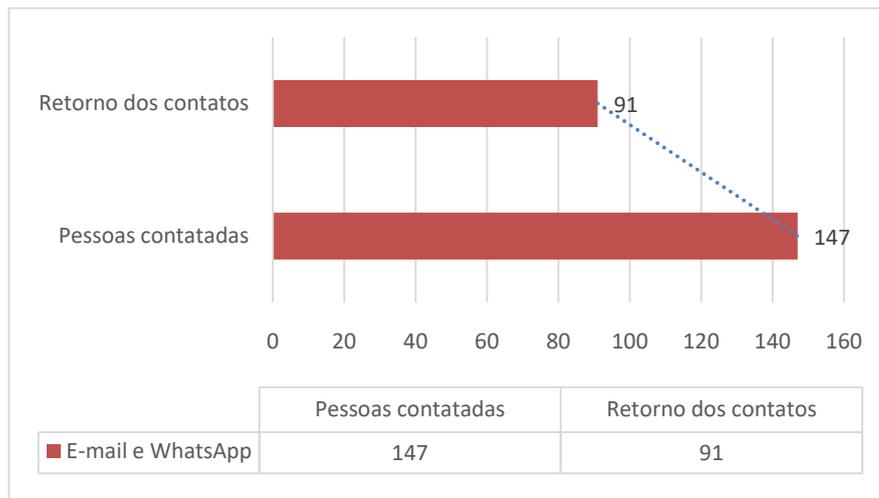


Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

²⁴ ESCRIVÃO... 2021.

A taxa de resposta esperada era de que 40 a 50% dos pesquisados respondesse à pesquisa, em virtude do lapso temporal existente entre o período de envio e resposta do questionário, de 25/04/2022 a 11/05/2022. Foram enviadas mensagens de e-mail e/ou *WhatsApp* a 147 alunos, e obtidas 91 respostas, totalizando o percentual de 61,90%.

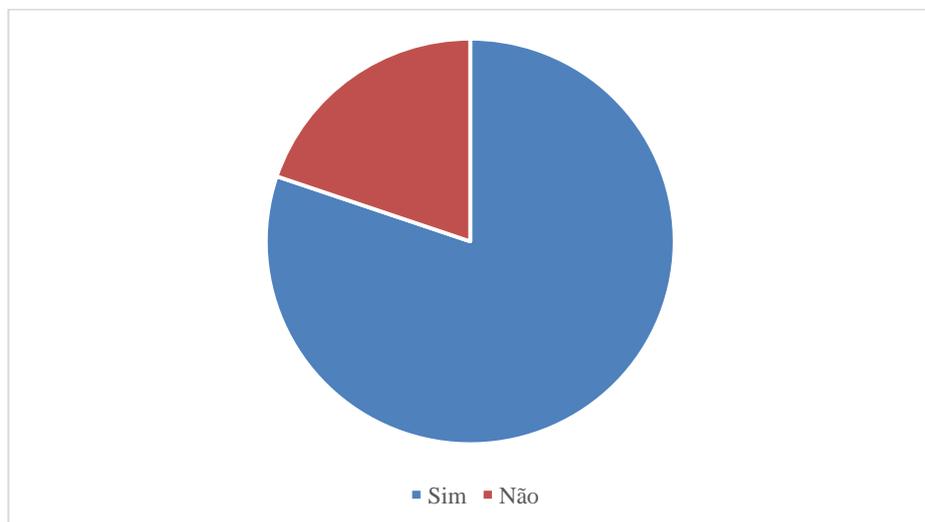
Gráfico 8 - Relação de contatados para a pesquisa



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022..

Respeitando o anonimato e confidencialidade, os pesquisados foram identificados de E1 a E90, de forma a se respeitar o sigilo das identidades. Quanto à formação acadêmica, perguntados se continuam trabalhando no mesmo local em que cursaram o PPGPJDH, 80,2% disseram que sim e 19,8% disseram que não.

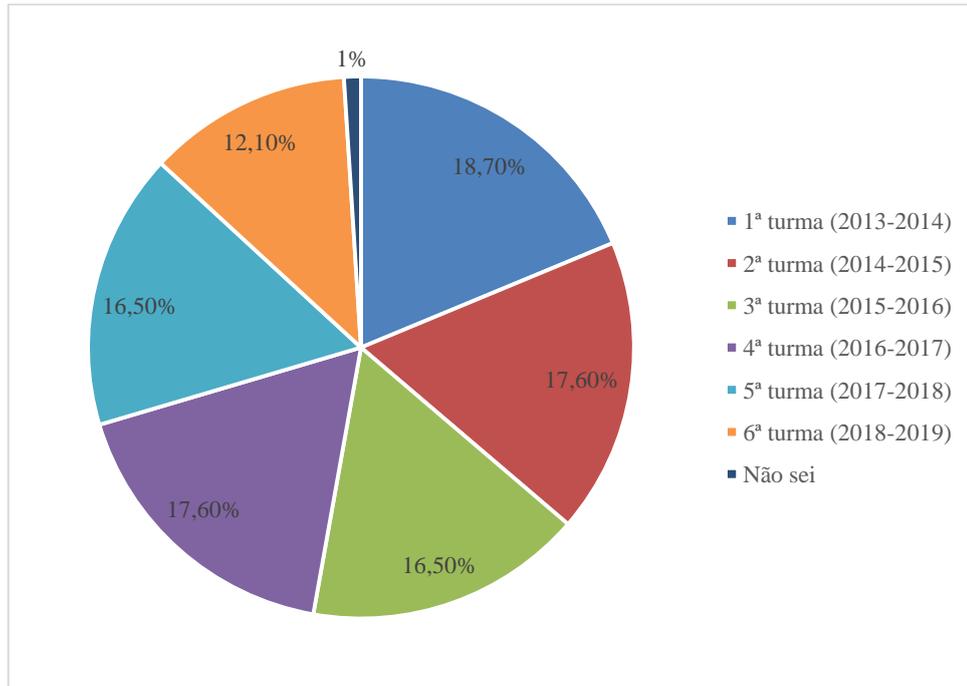
Figura 17 - Entrevistados que continuam atuando no mesmo local do PPGPJDH



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Quanto ao ingresso e distribuição de respostas por turmas, observou-se que a maioria dos respondentes foram da turma 1.

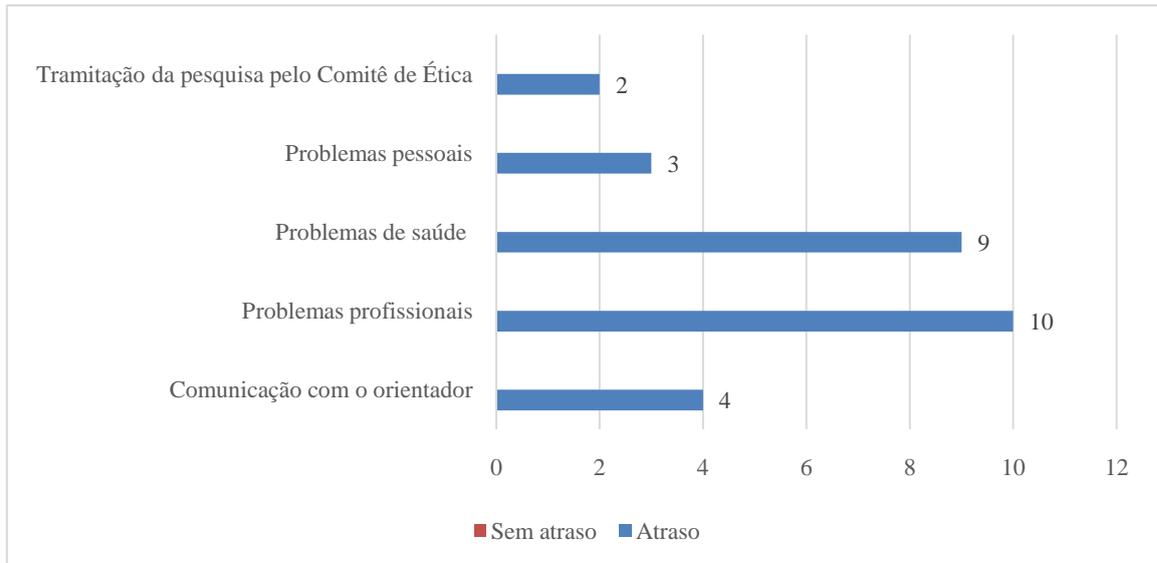
Gráfico 9 - Relação dos ingressos nas turmas do PPGPJDH



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Quanto ao atraso na saída do curso, 70 responderam não ter havido e 21 ter havido, sendo motivados, em alguns casos por dois indicadores, sendo: comunicação com o orientador (4), problemas profissionais (10), problemas de saúde (9), problemas pessoais (3) e tramitação da pesquisa pelo Comitê de Ética (2).

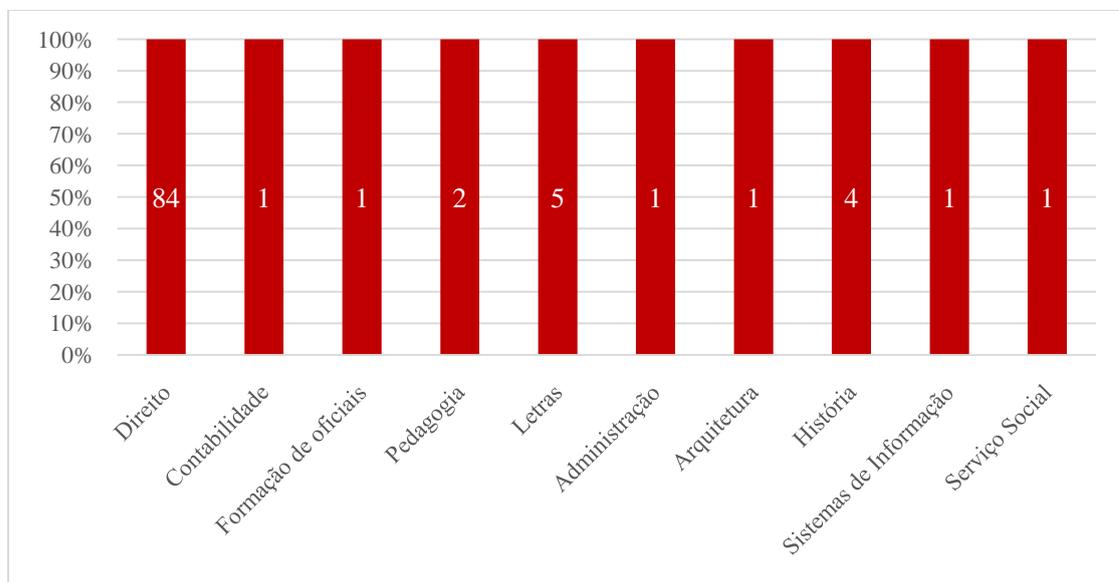
Gráfico 10 - Relação de motivos para atraso na conclusão do mestrado



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Quanto à formação superior inicial quando do ingresso no PPGPJDH, a pesquisadora tinha como hipótese ser o curso de Direito, assim confirmado na pesquisa. Conforme gráfico 11.

Gráfico 11 - Formação acadêmica dos egressos



Fontes: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Do total de entrevistados, 12 possuem dois cursos de graduação e quando houve apenas uma graduação, quatro não tem direito (um já iniciou). A pergunta deu margem para duas respostas de pós-graduação, em que se considerou a graduação mais elevada antes do ingresso no programa.

Quanto à formação continuada após a conclusão do mestrado (graduação, pós-graduação, licenciatura, capacitação, aperfeiçoamento, outro curso de curta duração relacionado ou não com o mestrado, etc.): pós-graduação *stricto sensu* - doutorado (17), nenhuma (8), pós-doutorado (1), pós-graduação *lato sensu* (19), cursos de capacitação e aperfeiçoamento (36), graduação (3) e pós-graduação *stricto sensu* - mestrado (1).

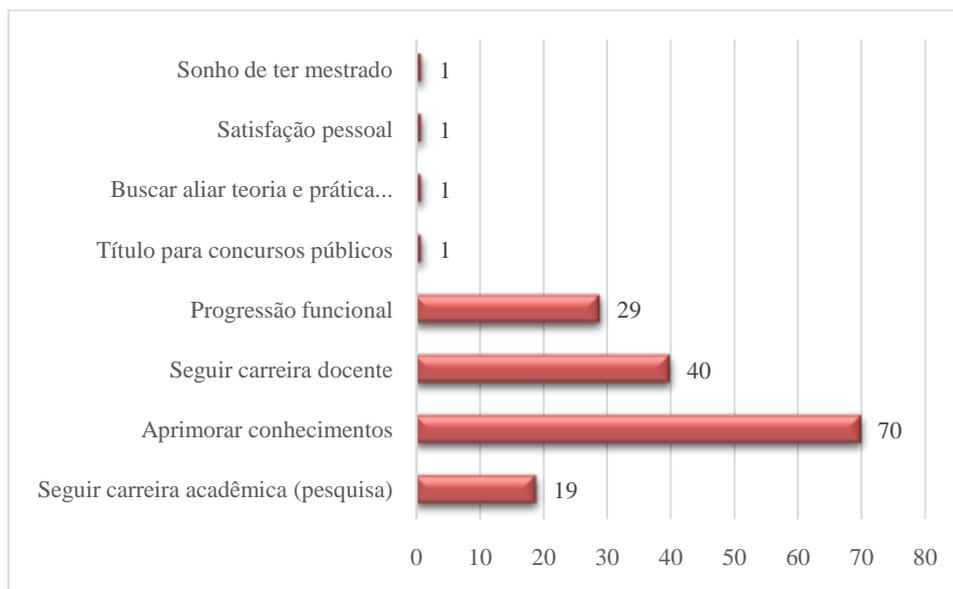
Tabela 2 - Formação continuada dos entrevistados

Formação continuada mestrandos e egressos do PPGPJDH						
<i>Stricto Sensu</i>						
Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Pós-graduação <i>Lato sensu</i>	Cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento	Graduação	Nenhuma
1	17	1	19	36	3	8

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Sobre o programa, quanto à escolha do PPGPJDH, houve um predomínio da opção por aprimorar conhecimentos. Dentre as opções: seguir carreira acadêmica (pesquisa), aprimorar conhecimentos, seguir carreira docente, progressão funcional e outros, que podem ser conferidos no gráfico 12.

Gráfico 12 - Motivação para escolha do PPGPJDH

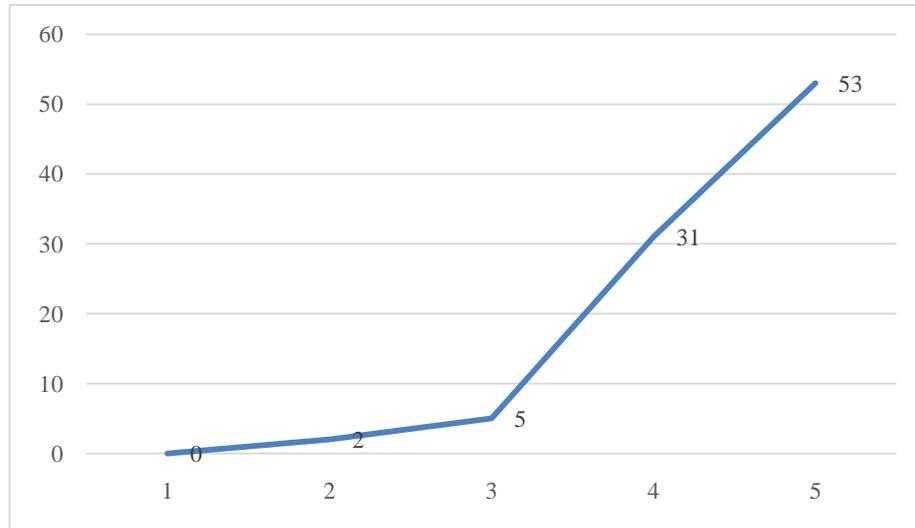


Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Quanto ao processo formativo, do ingresso à conclusão, atribuindo-se uma nota ao

programa, sendo avaliado com nota 5 no percentual de 58,2% dos participantes.

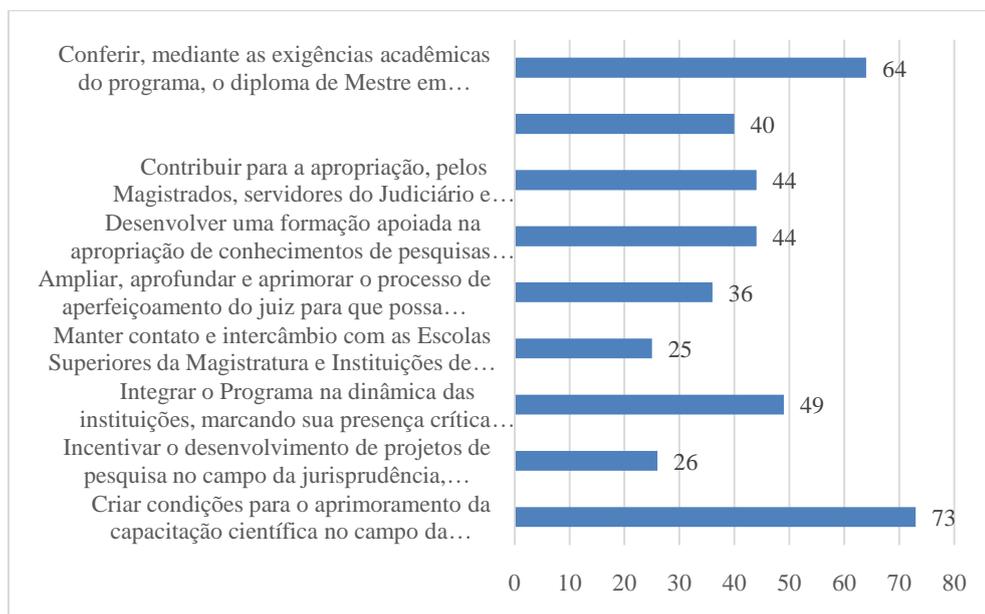
Gráfico 13 - Notas atribuídas pelos egressos para o programa



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Dentre os objetivos específicos do programa, previstos RI/PPGPJDH, artigo 5º, a maioria dos pesquisados considerou terem sido atendidos: Criar condições para o aprimoramento da capacitação científica no campo da Jurisdição e dos Direitos Humanos, tendo em vista o aprimoramento dos juízes e servidores do Poder Judiciário e demais profissionais da área jurídica e das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, integrantes do sistema de justiça (80,2%) e conferir, mediante as exigências acadêmicas do programa, o diploma de Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (70,3%).

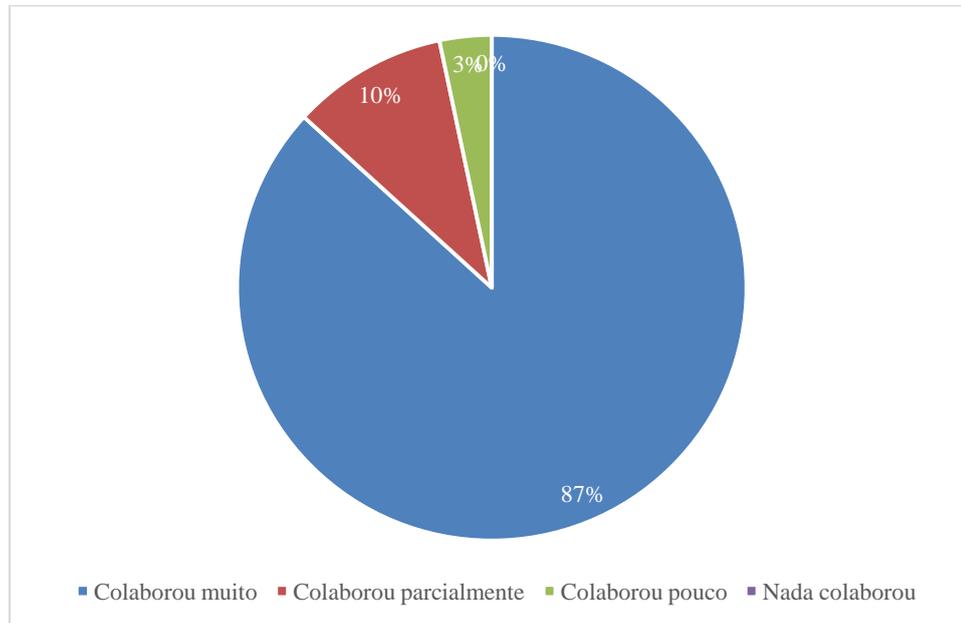
Gráfico 14 - Sobre objetivos específicos do programa previstos no RI/PPGPJDH



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Quanto à colaboração para o desenvolvimento cultural e pessoal, o PPGPJDH, em sua maioria, colaborou muito para os egressos.

Gráfico 15 – Contribuição do PPGJDH para o desenvolvimento cultural e pessoal



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

O impacto relaciona-se com mudanças causadas pela introdução do produto técnico no ambiente social (CAPES, 2019e, p. 22). Assim, sobre o produto final de curso, foi perguntado se foi percebido algum impacto que este tenha causado ao meio. E se sim, que fossem especificados, podendo ter mais de uma opção se: impacto social²⁵, impacto político²⁶, impacto educacional²⁷, impacto econômico²⁸ e/ou impacto tecnológico. A pesquisadora considerou em sua hipótese, diante da leitura dos trabalhos depositados no Repositório da UFT que a maioria dos trabalhos não demonstrou o impacto, muitas vezes por ausência de apêndices, porém, segundo as respostas ao questionário, os entrevistados destacaram:

²⁵ Impacto social: efeito ou benefício de um produto passível de apreensão derivada dos Produtos de um PPG sob a forma de contribuições ao bem-estar social e à qualidade de vida de indivíduos ou coletividades (BRASIL, 2019d, p. 44)

²⁶ Impacto político: efeito ou benefício de um produto passível de apreensão derivada dos Produtos de um PPG sob a forma de contribuições à produção de marcos legais, jurisprudência, tecnologias de gestão, elaboração de políticas públicas (BRASIL, 2019d, p. 44)

²⁷ Impacto educacional: efeito ou benefício de um produto passível de apreensão derivada dos Produtos de um PPG sob a forma de contribuições ao funcionamento dos diversos níveis dos sistemas de ensino, sob a forma de instrumentos e tecnologias sociais para melhoria da qualidade e quantidade da oferta de serviços destinados ao ensino e à aprendizagem de novos conhecimentos (BRASIL, 2019d, p. 45).

²⁸ Impacto econômico: efeito ou benefício de um produto passível de apreensão derivada dos Produtos de um PPG sob a forma de geração de riqueza, seja por aumento ou por diminuição de desigualdades da renda (BRASIL, 2019d, p. 44)

Tabela 3 - Impacto que o produto final desenvolvido no PPGPJDH ao meio, segundo percepção dos egressos

Tipo de impacto	Retorno dos questionários
Impacto social	25
Impacto político	3
Impacto educacional	15
Impacto econômico	1
Impacto tecnológico	3
Não houve impacto	36
Outro – Impacto jurisdicional/institucional	15

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Alguns trabalhos foram assinalados com mais de um impacto quanto à produção. Ao perguntar se o produto final foi implementado, 51,6% afirmaram que não, as demais respostas basearam-se no não implemento ou parcial implemento.

Perguntados sobre quais produtos técnicos foram apresentados além do trabalho final de curso, houve a predominância de produção bibliográfica, e na sequência, produto de editoração e desenvolvimento de material didático:

- (a) Produto bibliográfico (artigo publicado em revista técnica, artigo em jornal ou revista de divulgação, resenha ou crítica artística, texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo) - 53%;
- (b) Produto de editoração (livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada, revista e anais) – 26,4%;
- (c) Desenvolvimento de material didático – 23,1%;

Questionados se ainda há a participação em atividades do PPGPJDH, como congresso internacional, reunião de projetos de pesquisa, escrita científica com colegas e orientador, observou-se que a maioria das participações ocorrem como ouvintes nos congressos internacionais.

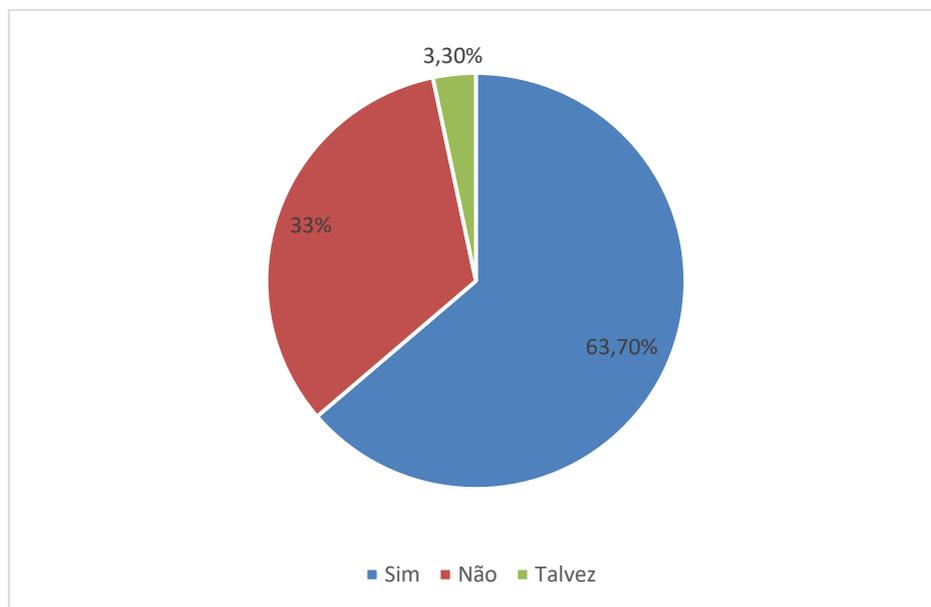
Tabela 4 - Respostas sobre a participação em atividades do PPGPJDH

Participação em atividades do PPGPJDH	
SIM	NÃO
31	35

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

O questionário também indagou sobre a atualização do currículo *lattes* em 2021. A data considerou que o questionário seria aplicado em 2021. Porém, feita a análise pela pesquisadora em 16 de abril de 2021, foram apresentados os dados da tabela 5 divergindo do atual resultado obtido pela análise do questionário, em que 63,7% afirmou ter atualizado, 33% não atualizou e 3,3% talvez tenha atualizado. Tal alteração soa positiva quando do preenchimento do Coleta Capes.

Gráfico 16 - Atualização do Currículo Lattes em 2021



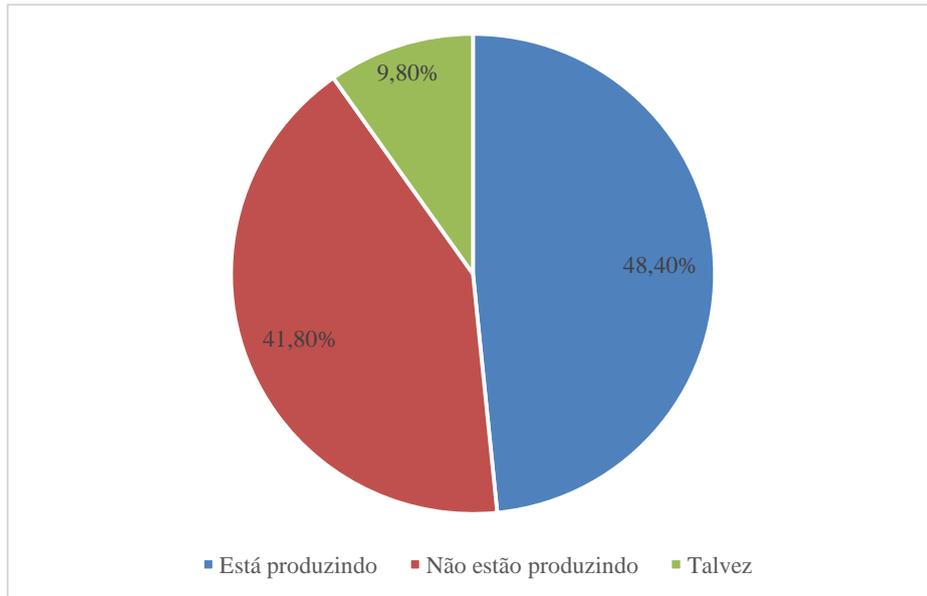
Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Depreendeu-se que a maioria dos cursos mais procurados pelos egressos após a conclusão do PPGPJDH, são ofertados pela Esmat, porém, os que não possuem vínculo institucional não conseguem participar e mesmo demonstrando interesse, não conseguem ser contemplados. Sugere-se que nos editais haja previsão de vagas para os egressos no público-alvo dos cursos.

Conforme demonstrado no gráfico 17, os egressos foram indagados sobre a realização de algum tipo de produção acadêmica (ex.: publicação de artigos, etc.) e 48,4% afirmou estarem produzindo, 41,8% negaram e 9,8% disseram que talvez. Comparando com a análise de dados realizada no currículo *lattes* em 16 de abril de 2021, tal situação não ficou explícita nos dados lançados, e então, reforça-se a necessidade de que haja um preenchimento correto dos dados no campo de produção, pois, conforme dados analisados, está havendo produção

científica pelos egressos, porém, sem a indicação no currículo lattes e é importante que se tenha visibilidade, pois dentro dos critérios de avaliação da CAPES, este é um indicador de qualidade do programa.

Gráfico 17 - Sobre a produção acadêmica dos entrevistados



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

A relação do orientando com orientador é de suma importância, pois interfere diretamente na produção científica do PPGPJDH e a CAPES utiliza como critério de avaliação, indicadores quantitativos da produção discente, tempo médio de titulação, quantidade de alunos por professores, percentuais de titulação e desistências. Segundo os autores, “a fase da elaboração da dissertação ou tese é uma das mais difíceis para os alunos” e seriam escassas as pesquisas que evidenciem o relacionamento orientando-orientador (LEITE FILHO; MARTINS, 2006).

Foi questionado se o egresso ainda mantém contato com o orientador do PPGPJDH, e os dados obtidos relataram resultados próximos.

Tabela 5 - Egressos e contatos com orientador

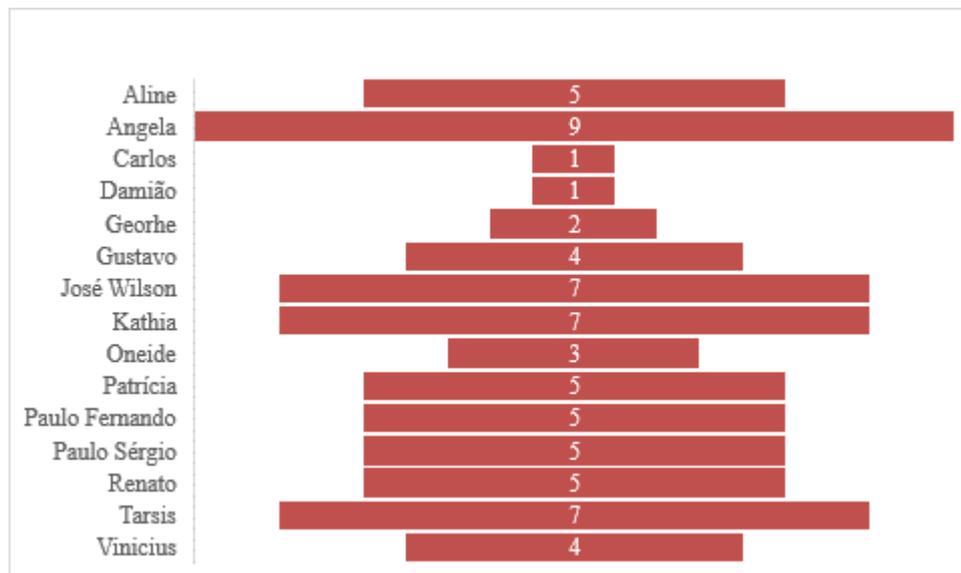
Contato	Egressos
---------	----------

Não	46
Sim	45

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Em continuidade, perguntou-se o nome do orientador e 76,92% (70 egressos) identificaram seus orientadores. Conforme infere-se da relação atual dos docentes/orientadores do PPGPJDH²⁹, oito desvincularam-se e sete encontram-se vinculados ao programa. Desvinculando, exclui-se a participação em projetos de pesquisa e orientação dos discentes. O percentual de 23,08% não se lembra e/ou não tem contato com o orientador.

Gráfico 18 - Nome dos orientadores identificados pelos egressos

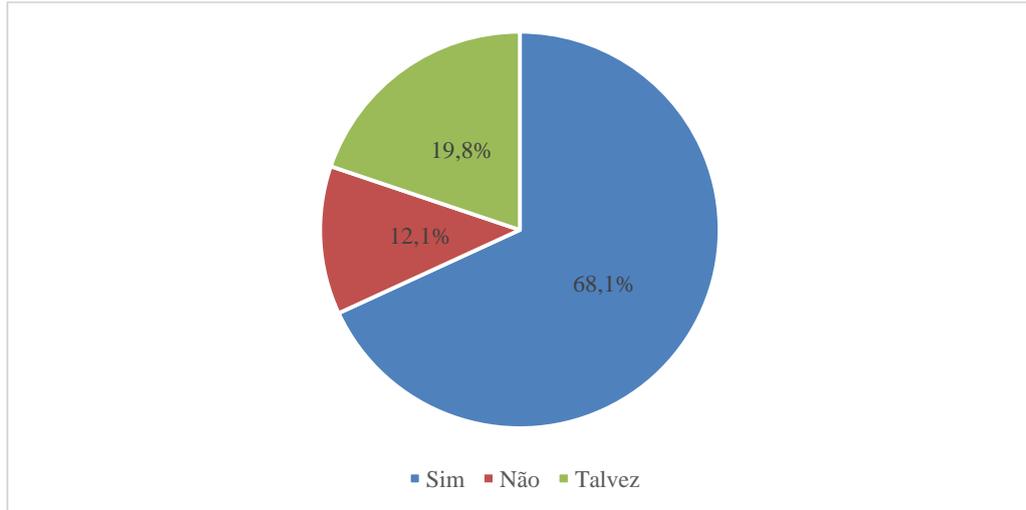


Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Os egressos foram indagados se estariam dispostos a participar de atividades de extensão, tendo como exemplos, rodas de conversa online, cine fóruns, pílulas para o *Youtube*, programas de rádio, etc., e foram obtidas as respostas abaixo, que de uma forma otimista, destaca-se para que sejam desenvolvidas estratégias de desenvolvimento do conhecimento científico.

Gráfico 19 - Egressos dispostos a participar de atividades de extensão

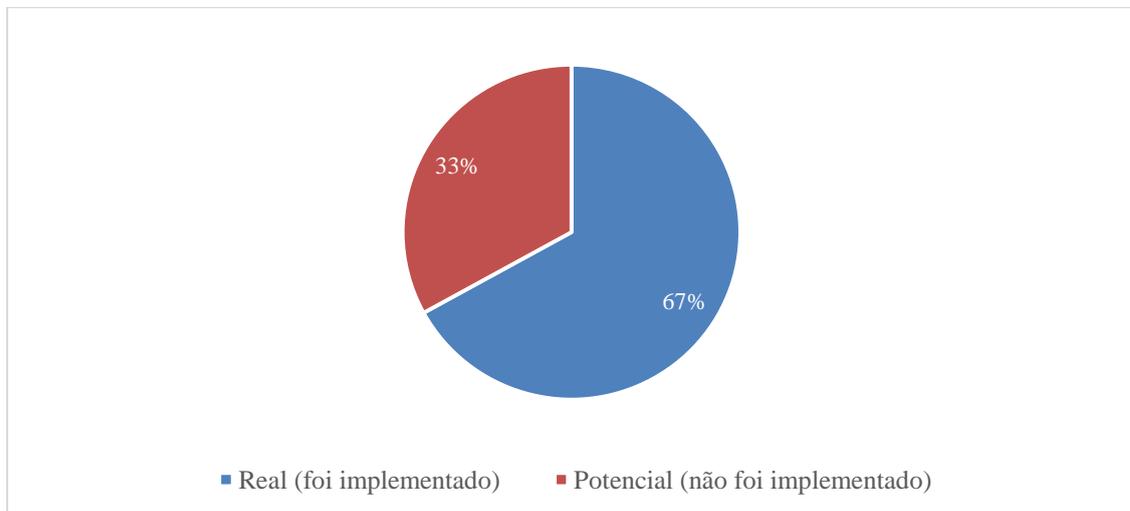
²⁹ <https://docs.uft.edu.br/share/s/OzfTTaB4Q7OsBkFGHQEsGQ>



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Indagados sobre a percepção de impacto do seu trabalho final de curso, 67% respondeu ser potencial e 33% que real. A pergunta teve resposta obrigatória e 100% dos pesquisados a responderam.

Gráfico 20 - Percepção sobre o impacto do trabalho final de curso



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Quanto às instituições beneficiadas pelo trabalho final de curso, os dados coletados estão apresentados na tabela 6.

Tabela 6 - Instituições beneficiadas pelos trabalhos finais de curso

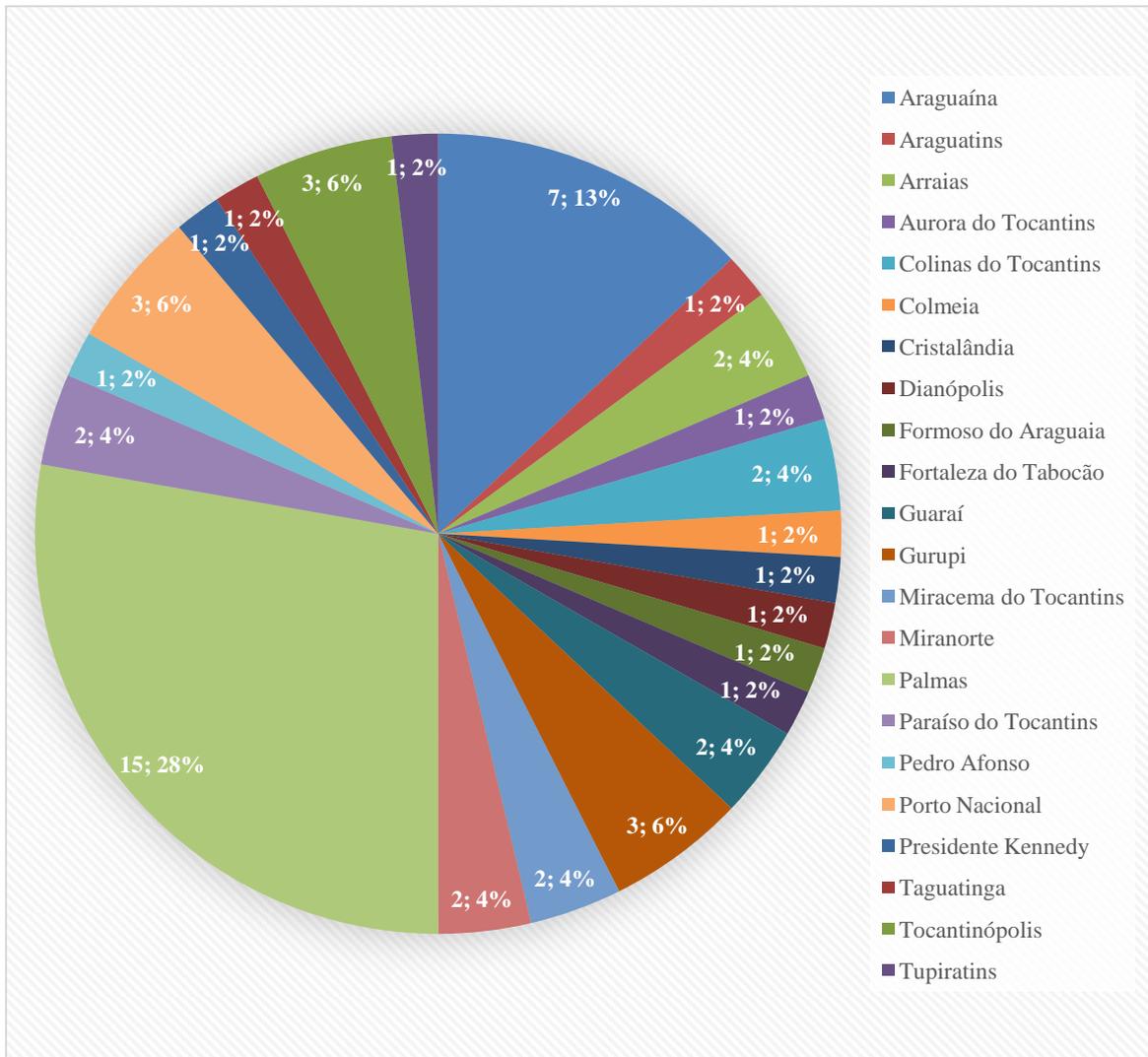
Instituições	%
TJTO	67%
Comunidade	61,5%
DPE (TO)	28,6%
UFT	26,4%
MPE (TO)	23,1%
OAB	22%
TCE (TO)	3,3%
PGE (TO)	6,6%
Justiça Federal (TO)	3,3%
Delegacia de Polícia	1,1%
TRE (TO)	1,1%
Corpo de Bombeiros Militar (TO)	1,1%
TRE (TO)	1,1%
Escolas/Faculdades	2,2%
AGU	1,1%
Sistema Penitenciário	1,1%
Justiça do Trabalho	1,1%
Médicos	1,1%

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Indagados sobre quais cidades, estados e países foram beneficiados com o trabalho final de curso, houve destaque³⁰ dentre as cidades, Palmas (28%), Araguaína (13%), Tocantinópolis (6%), Porto Nacional (6%) e Gurupi (6%).

³⁰ Alguns egressos tiveram mais de uma abrangência quanto ao impacto do seu TCC.

Gráfico 21 – Cidades beneficiadas com os trabalhos finais de curso



Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Tabela 7 - Relação dos países e estados impactados pelos trabalhos de conclusão de curso

(continua)

Relação dos países e estados impactados pelos trabalhos de conclusão de curso				
País		Estados		Nenhum/não implementado/ não sei/ não identificado
Brasil	Mundo	Nome	Qtidade	
14	2	Acre	2	10
		Amapá	2	
		Bahia	2	
		Distrito Federal	2	
		Goiás	2	
		Maranhão	3	

Tabela 7 - Relação dos países, estados e cidades impactados pelos trabalhos de conclusão de curso

(conclusão)

Relação dos países, estados e cidades impactados pelos trabalhos de conclusão de curso				
País		Estados		Nenhum/não implementado/ não sei/ não identificado
Brasil	Mundo	Nome	Qtidade	
		Mato Grosso	2	
		Minas Gerais	3	
		Pará	3	
		Paraná	2	
		Piauí	2	
		Rio de Janeiro	2	
		Rondônia	2	
		Roraima	2	
		São Paulo	2	
		Tocantins	20	
14	2		53	10

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Foi solicitado, ainda, que o egresso, caso quisesse, apresentasse comentário que julgasse relevante, dentre os quais destacou-se:

Tabela 8 - Comentários relevantes feitos pelos egressos para o programa

Atividade	Descrição
1	Criar um banco de dados, a partir de plataforma, que possa ser desenvolvido com os resultados dos produtos do mestrado e atualizado pelos egressos
2	Contar com uma maior participação da gestão quanto às implementações dos trabalhos finais;
3	Implementar os trabalhos produzidos pelo PPPGJDH, para que haja o desenvolvimento profissional e regional;
4	Impulsionar a visibilidade dos trabalhos com maiores oportunidades de participação e criação de espaços de fala para os egressos;
5	Redimensionar as disciplinas ofertadas, para que se fortaleçam em práticas.

Fonte: MELO, Marcela. Pesquisa Autoavaliação Estratégica, 2022.

Em suma, a partir da análise do questionário, confirmou-se os dados levantados a partir da análise dos trabalhos inicialmente pesquisados no repositório.

7 DO PRÊMIO MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO

A reunião de 28 de abril de 2020, do projeto de pesquisa EDUCADH, tratou sobre a importância de cine debates e citou o trabalho de Galan (2017), com o título Cine debate como instrumento do projeto de pesquisa Educação em Direitos Humanos; sensibilizando a pesquisadora juntamente com Liz Marina Regis Ribeiro a elaborarem o projeto Cine Fórum Olhar Direitos. Esta pesquisadora buscou através do cine fórum promover a participação dos egressos, logo após as análises de impacto de seus trabalhos, com o desenvolvimento da ferramenta de gestão elaborada.

A pesquisa social para coleta de dados deu-se em fontes documentais secundárias, obtidas em banco de dados, sendo então repositórios das bibliotecas da Esmat e UFT, onde foram publicizados os trabalhos finais de curso. No cine fórum, participaram discentes do grupo de pesquisa do PPGPJDH, EducaDH³¹. Contou com a colaboração das instituições Defensoria Pública do Estado do Tocantins, representada pelo servidor Paulo André de Sousa Gratão (DPE-TO/UFT) e colaboração da Esmat, pelos servidores Débora Regina Honório Galan (TJ-TO), também egressa do PPGPJDH, ainda Francisco Erasmo Batista (TJ-TO) e Jadir Alves Oliveira (TJ-TO), egresso do PPGPJDH.

Em novembro de 2021, foi lançado edital para o “Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário”, instituído pela Resolução CNJ n° 429, de 20 de outubro de 2021 e regulamentado pela Portaria CNJ n.º 305, de 25 de novembro de 2021.

Contempla ação, atividade, experiência, projeto, programa, produção científica ou trabalho acadêmico que contribua para a preservação, valorização e difusão dos bens culturais materiais e imateriais do Poder Judiciário, integrantes do patrimônio cultural brasileiro, e para a promoção dos direitos humanos. (BRASIL, 2021, não paginado).

Sendo servidora do quadro do TJTO, esta pesquisadora foi indicada pela ESMAT a inscrever-se no prêmio, na Categoria do Prêmio II – Difusão cultural e Direitos Humanos, pois a atividade assume como premissa a avaliação como estratégia de desenvolvimento e instauração da cultura dos Direitos Humanos e acesso à justiça, sendo uma das atividades mais relevantes do programa.

O projeto não foi contemplado na premiação, porém, trouxe reflexões quanto a importância de se buscar a difusão e divulgação do conteúdo do acervo do repositório, de

³¹ Liz Marina Regis Ribeiro (DPE-TO), Célia Regina Regis (TJ-TO) e Laudyone Edmailtom dos Santos Arruda (TRE-TO).

forma a permitir que a comunidade conheça os conteúdos dos trabalhos depositados, incluindo tanto os usuários internos quanto os externos ao PPGPJDH.

As difusões de arquivos soam positivamente ao patrimônio cultural brasileiro e de expansão da pesquisa científica na região norte, pois referem-se ao resultado de experiências e memórias, coletivas ou individuais. Geram um pertencimento no âmbito regional e sustentação de identidade regional, nacional e internacional, pois, a memória compreende a capacidade de armazenamento de informações, alcançadas por experiências e contato com novos conhecimentos, tornando-se possível recuperá-las quando necessário.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema escolhido é de suma importância para o bom funcionamento do PPGPJDH, considerando a importância das atividades avaliativas e processos reflexivos em seu teor, fazendo com que a produção local possa ter impacto regional.

Os projetos de pesquisa vinculados ao projeto foram Acesso à Justiça, Gestão e Tecnologia e Educação em Direitos Humanos. No primeiro, observou-se o atingimento de resultados na forma de produtos técnico-científicos que puderam e podem vir a melhorar a eficiência e efetividade do PPGPJDH, TJTO e UFT. Quanto ao segundo, foram promovidas ações de promoção e desenvolvimento dos direitos humanos na promoção da cultura da paz. Sugere-se o fortalecimento dos projetos de pesquisa do programa, com reuniões periódicas, de forma que haja um maior contato dos pesquisadores quanto aos temas tratados e construção de uma sólida rede de pesquisadores, conectando graduação, pós-graduação e comunidades.

A produção é relevante, pois proporcionou uma análise dos trabalhos produzidos e indicadores, que podem agregar a projetos institucionais da UFT e Esmat. Possibilitou repensar os processos, com auxílio da pesquisa científica, que muitas vezes trazem resistência quanto às ações, pois teve um olhar endógeno, encontrando acertos e erros que podem vir a refletir em condições de melhoria.

A fundamentação teórica trouxe a análise crítica da literatura, apresentando a evolução da pós-graduação no Brasil assim como do mestrado profissional. Também, o histórico de criação da UFT e do PPGPJDH, de forma a destacar a criação do estado do Tocantins e Unitins. Ainda, o histórico de criação da Esmat e o credenciamento dos cursos de pós-graduação, trazendo a avaliação como estratégia de desenvolvimento do PPGPJDH, sendo ele um direito humano de cunho internacional.

Quanto aos objetivos, os mesmos foram alcançados: foi formada e instituída a Comissão de Autoavaliação (CAA) do PPGPJDH e criados instrumentos para o processo de gestão; analisado o potencial de transferência dos trabalhos, com a leitura integral e estudo de seus conteúdos, elaborado quadro contendo indicadores, fomentando o Coleta Capes do PPGPJDH em 2021 e subsidiando atividades desenvolvidas pela pesquisadora, como Cine Fórum Olhar Direitos e Projeto do Prêmio CNJ Memória do Judiciário. Foram identificados, ainda, os desdobramentos das pesquisas e criados projetos de curso formais visando auxiliar os alunos a se tornarem pesquisadores ao ingressarem no programa.

O cerne participante da pesquisa trouxe experiências auferidas de forma satisfatória, com a representatividade discente no colegiado acadêmico, organização e participação nas

atividades do cine fórum, desenvolvimento do projeto do prêmio CNJ, participação na CAA, dentre outros que puderam ter sido verificados no trabalho. E foi possível aplicar o questionário após a banca, para que pudessem ser trazidas informações que confirmassem as hipóteses levantadas pela pesquisadora.

A pesquisadora matriculou-se na maioria das disciplinas da matriz curricular do PPGPJDH, participou de congressos e eventos vinculados ao programa e teve suas ações voltadas a se tornar pesquisadora. Mesmo sofrendo os efeitos da COVID-19, acredita-se ter tido um bom desempenho, pois concluir o trabalho em meio à pandemia foi desafiador.

Dos conteúdos apreendidos, essenciais ao mestrando, sugere-se como melhorias e direcionamentos futuros, o desenvolvimento dos cursos sobre análise de conteúdo, preenchimento do currículo lattes, elaboração de questionário online, pesquisa em base de dados científica, Plataforma Brasil, elaboração de planilhas e tabelas e formatação científica.

Nas atividades desenvolvidas verificou-se a hipótese que deu ensejo ao projeto, de que a participação dos egressos nas atividades promove o desenvolvimento do programa, fortalece as instituições parceiras, Esmat e UFT e abrilhanta o universo científico na região norte do Brasil. E tendo sido confirmadas as participações nas atividades da CAA, acredita-se poder atingir ao objetivo proposto.

Em resposta à problematização, foi implantada a Comissão de Autoavaliação, criado um modelo, de forma a atender às exigências da CAPES e ao mesmo tempo contemplar as vertentes profissional e interdisciplinar. Assim, poderá estar incorporada na prática profissional, o conhecimento científico, na união da formação com a aprendizagem.

Sobre os instrumentos de coleta de dados utilizados, foi de suma importância analisar a pesquisa dos trabalhos finais de curso no repositório da UFT e posteriormente, aplicar o questionário, pois verificou-se melhoria e maior visibilidade dos resultados.

Quanto ao *benchlearning*, como forma de integração das boas práticas de instituições ou cursos, este pode vir a trazer benefícios ao programa em um sistema de operação em rede, com atuações solidárias que consolidem o programa. A coautoria em artigos publicados e participações de coorientadores em bancas seriam sugestões para criação desta rede. Visando a internacionalização, sugere-se a oferta de cursos das línguas inglês e espanhol instrumental, seminários e atividades acadêmicas em inglês e outras línguas ou grupos de pesquisa brasileiros e do exterior visando desenvolver pesquisa colaborativa.

Outra situação vislumbrada, com base na experiência deste trabalho, é que os orientadores estimulem aos discentes, a submeter seus trabalhos ao Comitê de Ética, como ação prioritária, desde o ingresso do aluno, para que a submissão ocorra logo no início do

curso, buscando uma tramitação mais célere do processo e resultados mais efetivos.

No processo de análise dos impactos, considerou-se que será bastante importante manter uma boa comunicação entre a CAA e os egressos, pois essa cooperação é fundamental para que haja princípios de negociação e concessões mútuas, além de que sejam respeitadas as diretrizes éticas na condução das ações.

A finalidade deste relatório foi de contribuir com o PPGPJDH, tendo como público investigado os alunos egressos das turmas 1 a 6, o qual espera-se que possa destacar a potencialidade do PPGPJDH, melhorar a pós-graduação e trazer novas iniciativas. E que a metaavaliação aumente a credibilidade dos resultados finais, pois a autoavaliação é uma força útil para melhoria do programa, dos órgãos vinculados, das comunidades dentro de suas instituições e de si mesma, e quando realizada possui potencial de mudanças de práticas e políticas.

A melhoria observada por este trabalho foi a de poder utilizar a experiência profissional para identificar lacunas e trazer à reflexão que a avaliação é uma estratégia para desenvolver e fortalecer o PPGPJDH.

Ainda, as pesquisas nos acervos devem ser incentivadas para que haja a difusão cultural (divulgação e compartilhamento) dos trabalhos para preservação da memória institucional do judiciário, englobando diversos sujeitos.

Com a análise de dados foi possível vislumbrar a re(autoavaliação) dos processos de trabalho realizados pelos egressos e detectar o interesse em aperfeiçoar os produtos e processos desenvolvidos no PPGPJDH.

Também é importante que se supere os desafios contidos no PDI da UFT, quanto à gestão, ensino, pesquisa e extensão, promovendo quanto à educação inovadora com excelência acadêmica, a melhoria dos conceitos de avaliação dos cursos de pós-graduação. Quanto à inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo, o fortalecimento das atividades de pesquisa e inovação, ampliando a produção acadêmica e tecnológica da universidade. E ao final, o reconhecimento social, com a elevação da inserção e reconhecimento social da UFT no estado do Tocantins.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cinthia. DPE, TRE, TJTO e UFT firmam parceria para pós-graduação em Prestação Judicial. **Defensoria TO**. Palmas, TO, 21 nov. 2021. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/50457-dpe-tre-tjto-e-uft-firmam-parceria-para-pos-graduacao-em-prestacao-jurisdicional>

AGUIAR, Marcus Pinto. Direitos sociais: entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humanos. *In*: HOLANDA, Ana Paula Araújo de. **Direitos humanos: histórico e contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2015, p. 367-388.

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de; FRANCESCONI, Milton; FERNANDES, Priscila Pereira. **Manual para desenvolvimento de pesquisa profissional**. São Paulo: Atlas, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [ABNT]. **ABNT BNR 6028: Informação e documentação — Resumo, resenha e resensão — Apresentação**. 2. ed. São Paulo: ABNT, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1977.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES] **Autoavaliação de programas de pós-graduação: grupo de trabalho**. Brasília, DF: 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

CAPES. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. **Ficha de Recomendação – APCN: Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos** Brasília, DF: Capes, 2012. Disponível em: <https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Resolução nº 418, de 20 de setembro de 2021**. Altera a Resolução CNJ no 255/2018, que institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. Brasília, DF: CNJ, 2021c. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original17072320210921614a114b9447c.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Portaria nº 305 de 25 de novembro de 2021**. Regulamenta o “Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário”, instituído pela Resolução CNJ no 429/2021, e estabelece as regras e os prazos de sua primeira edição para outorga em 2022. Brasília, DF: CNJ, 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4261>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946. Aprova o estatuto da Universidade do Brasil. **Diário oficial da União:** seção 1, Rio de Janeiro, p. 9256, 20 jun. 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21321-18-junho-1946-326230-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Aprova%20o%20Estatuto%20da%20Universidade,com%20o%20disposto%20do%20art.> Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Diário Oficial da União:** seção 1, Rio de Janeiro, p. 10425, 13 jul. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110032.htm#:~:text=L10032&text=LEI%20No%2010.032%2C%20DE%2023%20DE%20OUTUBRO%20DE%202000.&text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20a%20instituir%20a%20Funda%20C3%A7%C3%A3o%20Universidade%20Federal%20do%20Tocantins. Acesso em: 7 jul. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 268, de 1º de abril de 2013.** Propostas de novos cursos. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Avaliação multidimensional de programas de Pós-graduação.** Brasília, DF: Capes, 2019c. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23072020-dav-multi-pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de Área:** área 45: interdisciplinar. Brasília, DF: MEC, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/INTERDISCIPLINAR.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **GT impacto e relevância econômica e social.** 2019d. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-impacto-e-relevancia-economica-e-social-pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Produção técnica:** grupo de trabalho. [Brasília, DF]: Capes, 2019e. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Relatório Técnico da DAV:** egressos da Pós-graduação: áreas estratégicas. Brasília, DF: CAPES, 2018. Disponível em: http://www.prppg.ufpr.br/site/wp-content/uploads/2020/07/19122018_cartilha-dav-egressos.pdf. Acesso em: 30 out. 2020

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário. **CNJ**. Brasília, DF, [out. 2021]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/gestao-documental-e-memoria-proname/gestao-de-memoria/premio-cnj-memoria-do-poder-judiciario/> Acesso em: dez. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, 12 de dezembro de 2012**. Pesquisas e testes em seres humanos. Brasília: CNS, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **História e missão**. Brasília, DF: CAPES, 2008. Disponível em: <https://uab.CAPES.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Portaria nº 080, de 16 de dezembro de 1998** Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/88>. Acesso em: 6 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Egressos da Pós-Graduação: áreas estratégicas**. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/19122018-cartilha-dav-egressos-pdf> /Acesso em: 1 mar. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Plano nacional de pós-graduação: PNPG 2011-2020 (vol. 1)**. Brasília, DF: CAPES, 2010.

CESCO, Susana; MOREIRA, Roberto José; LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. Interdisciplinaridade, entre o conceito e a prática: um estudo de caso. **RBCS**, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 51-71, fev. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/Y8GQHrGWRcfmYLjmXp8rrFF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 jan. 2021.

CURI, Edda *et al.* Doutorado profissional – desafios da implantação dos quatro primeiros cursos da área de ensino. **Revista Ciências & Ideias**, Nilópolis, v. 12, n. 1, p. 217-227, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/revista/index.php/reci/article/view/1702/1134>. Acesso em: 20 maio 2022.

DOCUMENTOS: acordos de cooperação nacional e outras parcerias. **UFT**. Palmas, 31 mar. 2022. Disponível em: https://ww2.uft.edu.br/index.php/component/jalfresco/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&Itemid=208&id=f68a2059-f560-435f-b5f7-d9d33f84ca29&folder_name=Acordos%20de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20e%20Outras%20Parcerias. Acesso em: 21 jul. 2022.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005>

EGRESSOS conectad@s vamos responder? **Portal do Egresso**. Palmas, TO, [202-]. Disponível em: <http://sites.uft.edu.br/egressos/site/a/MaisConectados1/>. Acesso em: 7 jul. 2022.

ENTREVISTA com Robert Verhine (UFBA): novo coordenador da área de Educação na Capes 2018-2022. **Boletim Anped**. Rio de Janeiro, 16 maio 2018. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/entrevista-com-robert-verhine-ufba-novo-coordenador-da-area-de-educacao-na-CAPES-2018-2022>. Acesso em: 8 ago. 2022.

ESCRIVÃO do Tribunal de Justiça vai a óbito por complicações do Covid-19. **Blog do Luiz Armando Costa**. Palmas, TO, 31 maio 2021. Disponível em: <https://www.luizarmandocosta.com.br/noticia/escrivao-do-tribunal-de-justica-vai-a-obito-por-complicacoes-do-covid-19/33358>. Acesso em: 21 jul. 2022.

ESMAT e Ministério Público celebram convênio para realização de mestrado pela UFT. **ESMAT**. Palmas, TO, 8 fev. 2019. Disponível em: <http://esmat.tjto.jus.br/portal/index.php/noticias/116-institucional/2900-esmat-e-minist%C3%A9rio-p%C3%BAblico-celebram-conv%C3%AAnio-para-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-mestrado-pela-uft.html>. Acesso em: 18 jun. 2022.

HISTÓRIA e missão. **Ministério da Educação [MEC]**. Brasília, DF, 1 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 9 jul. 2022.

HISTÓRICO. **Escola Superior da Magistratura Tocantinense [ESMAT]**. Palmas, TO, [2007]. Disponível em: <http://esmat.tjto.jus.br/portal/index.php/a-escola/historico.html>. Acesso em: 7 jul. 2022.

FERES JÚNIOR, João *et al.* História da ação afirmativa no mundo. *In*: FERES JÚNIOR, João *et al.* **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, p. 51-63. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786599036477.0005>. Acesso em: 8 ago. 2022.

FENSTERSEIFER, Jaime Evaldo. Comentários sobre em busca do conceito de linha de pesquisa e outras reflexões sobre o tema. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 171-176, jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/bfWHv7vPPRKDjCVX8ycW3sy/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2022.

GALAN, Débora Regina Honório. **Cinedebate como instrumento de educação em direitos humanos**. 2017. Dissertação (Mestrado) – ESMAT, Universidade Federal do Tocantins, Palmas-TO, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/863>. Acesso em: 6 ago. 2022.

GATTI, Bernadete; ANDRE, Marli; FAVERO, Osmar; CANDAU, Vera Maria F. O modelo de avaliação da CAPES. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 137-144, abr. 2003.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Km6HGmQ8wxqGmh4x8BxMwDF/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). **Métodos de pesquisa**. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 29 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HISTÓRICO. **Curso de Graduação em Letras Câmpus de Araguaína**. Araguaína, [20--]. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/letras-araguaina/historico>. Acesso em: 28 jul. 2022.

HISTÓRICO da pandemia de COVID-19. **Folha informativa sobre COVID-19**. [São Paulo, 2020]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 28 jul. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Denise; VERHINE, Robert; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; BERTOLIN, Júlio Cesar Godoy. A autoavaliação na Pós-Graduação (PG) como componente do processo avaliativo CAPES. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 25, n. 2, p. 339-353. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/whfJzmNx7Vgpcr7c6Zj5kXz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2022.

LEITE, Denise. **A autoavaliação na pós-graduação**. Alternativa, sistemática e componentes do processo avaliativo da Capes. 3º Seminário: Repensando a avaliação. Brasília: Capes, 2018.

LEITE, Denise. A autoavaliação Institucional. Verbete. *In*: MOROSINI, Marília. **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**. Glossário. v. 2. Brasília: INEP, 2006. p. 461-506.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; MARTINS, Gilberto de Andrade. Relação orientador-orientando e suas influências na elaboração de teses e dissertações. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial, p. 99-109, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/vwg6Yv6dm8fySXSZYWjkCfqd/?lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2022.

LÚCIO, Magda de Lima; DAROIT, Dorian; BESSA, Fernando Macedo; MADURO-ABREU, Alexandre. Sentidos e Significados de se Planejar Estrategicamente nas Organizações Públicas- Planejamento Estratégico Sociotécnico (PLANES): análise de uma experiência. **Rev. Nau Social.**, Salvador, v. 5, n. 9, p. 151-160, 2014. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31314/18661>. Acesso em: 1 out. 2020.

MAIA, Maria Zoreide Britto. Os bastidores da transição UNITINS/UFT. *In*: [SIMPÓSIO DE

ESTUDOS E PESQUISAS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 28.], 2009. [**Documentos CERCOMP/UFG**]. Goiânia: UFG, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/248/o/1.3.__22_.pdf. Acesso em: 7 jul. 2022. Paginação irregular.

MANZATO, Antônio José; SANTOS, Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. Florianópolis: INF/UFSC, [2012]. Disponível em: http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MELO, Marcela Santa Cruz; MEDINA, Patrícia. **Relatório técnico conclusivo - ferramenta de gestão elaborada**. Palmas, TO: [S. n.], 2020.

MELO, M. S. C.; MEDINA, P.; ARRUDA, L. E. S.; OLIVEIRA, G. P. T. de C. Práticas circulares como dispositivo de *empowerment* sociocultural de alunos indígenas na Universidade Federal do Tocantins. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, p. 415-430, 2021.

MENDES JÚNIOR, José Ribamar; OLIVEIRA, Tarsis Barreto. A relação entre cidadania, direitos humanos e desenvolvimento regional. **Revista Esmat.**, Palmas, TO, v. 12, n. 19, p. 13-28, jan./jun. 2020. Disponível em: http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista_esmat/article/view/344/271. Acesso em: 9 nov. 2021.

MESTRADO Profissional: o que é? **CAPES**. Brasília, DF, 1 abr. 2014. Disponível em: <http://www.CAPES.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>. Acesso em: 2 jan. 2019.

MESTRADO profissional, mestrado acadêmico e doutorado. [Brasília: CAPES, 2007]. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Artigo_30_08_07.pdf. Acesso em: 4 ago. 2022.

MESQUITA, Marcus. DPE-TO firma parceria com a Esmat e UFT para a oferta de mestrado para defensores públicos. **Defensoria TO**. Palmas, TO, 4 fev. 2019. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/31628-dpe-to-firma-parceria-com-a-esmat-e-uft-para-a-oferta-de-mestrado-para-defensores-publicos>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Introdução: conceito de (autoavali)ação por triangulação de métodos. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (org.). **(autoavali)ação por triangulação de método: abordagem de programas sociais**. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 19-52.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12 ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORETZ-SOHN, Maria Cristina D'almeida. **A estrutura da educação superior no Tocantins: caminhos e descaminhos da UNITINS**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

MORITZ, Gilberto de Oliveira; MORITZ, Mariana Oliveira; PEREIRA, Maurício Fernandes; MACCARI, Emerson Antônio. A pós-graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. **Future Studies Research Journal**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 3-34, 2013. Disponível em: <https://www.revistafuture.org/FSRJ/issue/view/%5BFSRJ%5D%20-%20V.5%2C%20N2>. Acesso em: 29 jun. 2022.

OLIVEIRA, Jadir Alves. **Formação para atuar na educação a distância (EaD): proposta para letramento digital dos professores em atuação na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT)**. Dissertação (Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, UFT, Palmas, TO, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/2749>. Acesso em 16: jul. 2021.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teóricoprática**. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PARREIRA, Daianni. Repositório institucional e biblioteca digital da UFT estão disponíveis para consulta. **UFT**. Palmas, TO, 13 set. 2016. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/ultimas-noticias/15091-repositorio-institucional-e-biblioteca-digital-da-uft-estao-disponiveis-para-consulta#:~:text=Reposit%C3%B3rio%20Institucional%20e%20Biblioteca%20Digital%20da%20UFT%20est%C3%A3o%20dispon%C3%ADveis%20para%20consulta,-Por%20Daianni%20Parreira&text=O%20Reposit%C3%B3rio%20Institucional%20e%20Biblioteca,uft.edu.br%2F>. Acesso em: 28 jul. 2022.

PERES JÚNIOR, João *et al.* **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/2mvbb>. Acesso em: 6 ago. 2022.

PINTO, Álvaro Vieira. Conceito de educação: forma e conteúdo da educação e as concepções ingênua e crítica da educação. *In*: PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 29-57.

PINTO JUNIOR, Mario Engler. Pesquisa jurídica no mestrado profissional. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 27-48, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/RgpvfGLXDF4sLgqwptPJH6Q/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2022.

PLANEJAMENTO estratégico. **CAPES**. Brasília, DF, 10 jun. 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/planejamento-estrategico#:~:text=O%20Planejamento%20Estrat%C3%A9gico%20da%20CAPES,estrat%C3%A9gico%20\(com%20a%20miss%C3%A3o%2C%20a](https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/planejamento-estrategico#:~:text=O%20Planejamento%20Estrat%C3%A9gico%20da%20CAPES,estrat%C3%A9gico%20(com%20a%20miss%C3%A3o%2C%20a). Acesso em: 2 jul. 2022.

PRODANOV, Cléber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REPOSITÓRIO Institucional da UFT. **RIUFT**. Palmas, TO, SISBIB, [2016]. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/?locale=pt_BR. Acesso em: 7 jul. 2022.

RIZZATTI, Ivanise Maria *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: Docência em Ciências**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://edubase.sbu.unicamp.br:8080/jspui/handle/EDBASE/3062>. Acesso em: 16 jul 2021

RÔÇAS, Giselle; MOREIRA, Maria Cristina do Amaral; PEREIRA, Marcus Vinicius. “Esquece tudo o que te disse”: os mestrados profissionais da área de ensino e o que esperar de um doutorado profissional. **Revista ENCITEC**, Santo Ângelo, v. 8, n. 1, p. 59-74, 2018. Disponível em: <http://srvapp2s.urisan.tche.br/seer/index.php/encitec/article/view/2624>. Acesso em: 4 jun. 2020.

SEN, Aamartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SOBRE a CAPES. **Ministério da Educação**. Brasília, DF, 5 jan. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SOUZA, Clarilza Prado de; GATTI, Bernardete A. Avaliação de instituição de ensino superior e autoavaliação educacional. *In*: GRIBOSKI, Cláudia Maffini; MENEGHEL, Stela Maria (org.). Anais dos seminários regionais sobre autoavaliação institucional e comissões próprias de avaliação (CPA) 2013. Brasília, DF: INEP, 2015. p. 30-37. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/anais_dos_seminarios_regionais_sobre_autoavaliacao_institucional_e_comissoes_proprias_da_avaliacao_cpa_2013.pdf. Acesso em: 8 jul. 2022.

STAHNKE, H. A.; MEDINA, P.; MELO, M. S. C. Reconfigurando a aprendizagem na Pós-graduação *stricto sensu* sob a lente de metodologias de ensino em situação contingencial. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 61, n. 2, p. 328–351, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22351/et.v61i2.835>. Acesso em: 8 ago. 2022.

TANAJURA, Laudelino Luiz Castro. BEZERRA, Ada Augusta Celestino. A Pesquisa-ação sob a ótica de René Barbier e Michel Thiollent: aproximações e especificidades metodológicas. **Rev. Eletrônica Pesquis. Educa.**, Santos, v. 7, n. 13, p.10-23, jan./jun.. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/issue/view/57>. Acesso em: 7 jul. 2022.

TEIXEIRA, Maria Luisa Mendes; MASETTO, Marcos Tarcísio. Teoria na prática: autoavaliação na pós-graduação da UPM- Projeto elaborado e implantado por docentes. *In*: MASETTO, Marcos Tarcísio. **Autoavaliação em cursos de pós-graduação**: teoria e prática. Campinas, SP: Papiros, 2004. p. 39-72.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

TIMÓTEO, Marcelo Eduardo. **Acompanhamento de egressos e avaliação de cursos de pós-graduação *stricto sensu***: uma proposta para mestrados profissionais. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/12481>. Acesso em: 7 jul. 2022.

TOCANTINS. Tribunal de Justiça. Escola Superior De Magistratura Tocantinense [ESMAT]. Tribunal de Justiça do Tocantins. **Manual do aluno**: mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos. Palmas, TO: ESMAT, 2019.

TOCANTINS. Tribunal de Justiça. Escola Superior De Magistratura Tocantinense [ESMAT]. Tribunal de Justiça do Tocantins. **Manual do aluno**: mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos. Palmas, TO: ESMAT, 2020.

TOCANTINS. Tribunal de Justiça do Tocantins. **Elaboração de planejamento estratégico 2021-2026**: Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Palmas, TO: TJTO, 2021. Disponível em: <http://www.tjto.jus.br/images/Elabora%C3%A7%C3%A3o%20do%20Planejamento%20Estrat%C3%A9gico%202021-2026.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2021.

TOCANTINS. Tribunal de Justiça do Tocantins. **Gestão estratégica**. Palmas, TO: TJTO, 2021. Disponível em: <https://www.tjto.jus.br/coges/index.php/noticias/102-pleno-do-tribunal-de-justica-aprova-planejamento-estrategico-2021-2026-com-a-missao-de-garantir-a-cidadania-atraves-de-uma-justica-celere-segura-e-efetiva>. Acesso em: 1 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS [UFT]. Bem-vindo à Propesq! **Propesq UFT**. Palmas, TO, [202-]. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/propesq/sobre-a-propesq>. Acesso em: 7 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS [UFT]. Conselho Universitário - CONSUNI. **Resolução nº 38, de 23 de abril de 2021 – CONSUNI/UFT**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2021-2025. Palmas, TO: UFT, 2021. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/16G29vJbQ1ikIp_eqtOvgw. Acesso em: 30 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS [UFT]. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE. **Resolução nº 09, de 14 de março de 2018**. Dispõe sobre o Regimento dos Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, TO: UFT, 2018. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/dbhKcKlhRci_UIOFhqwsRQ. Acesso em: 7 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS [UFT]. Instrumento de pesquisa do egresso. Palmas, TO, PROPEQ/UFT, 2021c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS [UFT]. **Manual da Pós-graduação**. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/-zFGKgHcT1yRQ7hPoOVTrA>. Acesso em 2 jul. 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS [UFT]. Sistema de Bibliotecas da UFT. **Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos da Universidade Federal do Tocantins**. Palmas-TO: UFT/Sisbib, 2017. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/tWtsvJD7TweKkuaA1ENIIA>. Acesso em: 19 dez. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS [UFT]. **Sobre a universidade**. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/sobre-a-uft>. Acesso em: 2 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS [UFT]. **Pesquisa do perfil dos alunos egressos da UFT – Dados 2018**. Disponível em: <http://download.uft.edu.br/?d=0e96fe98-b0be-46d3-a738-1f3d947736c7;1.0:Pesquisa%20do%20Perfil%20dos%20Alunos%20Egressos%20da%20UFT%20-%202018.pdf>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS [UFT]. **Programa de Pós-graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos**. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/ppgpjdh> Acesso em 30 out 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS [UFT]. **Resolução nº 001, de 05 de novembro de 2021**. Altera o regulamento e o funcionamento do programa de pós-graduação stricto-sensu em prestação jurisdicional e direitos humanos. Palmas, TO: UFT, 2021b. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ppgpjdh/regimento>. Acesso em: 7 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS [UFT]. Institucional. **UFT**. 2021. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/acessoainformacao/institucional>. Acesso em: 28 nov. 2021.

VALADARES, Rayka Oliveira Soares. **Educação interdisciplinar em direitos humanos de conciliadores e de mediadores judiciais cíveis em 24 países: um caminho transformativo para a cultura de paz transnacional**. 2018. 229 f. Dissertação (Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Escola Superior da Magistratura Tocantinense, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

VOLPONI, Talita Ferreira Móll. **Proposta de acompanhamento, avaliação e melhoria dos programas de Pós-graduação de uma Universidade Federal**. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/11366>. Acesso em: 25 jun. 2022.

ZIHLMANN, Karina Franco; MAZZAIA, Maria Cristina. Aprimoramento da Ficha de Validação de Produtos Educacionais na pós-graduação profissional. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, DF, n. 75, v. 2, p. 1-7, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/CYMd4RFRKKDvMhWrWTdnqvB/?lang=en>. Acesso em: 7 jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0063>.

APÊNDICE I - PROJETO DO PRÊMIO CNJ MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO

Registro Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário 15/12/2021 12:29:06

ID da Entrada: 199221 1 / 4

Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário

1. Selecione a Categoria do Prêmio para a qual deseja inscrever-se. Para a categoria Especial, é

necessário selecionar, também, a subcategoria:

II – Difusão cultural e direitos humanos

2. Órgão do Poder Judiciário a que o projeto está vinculado. Pergunta não obrigatória aos inscritos na

Categoria III – Trabalho acadêmico ou científico.

Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO)

3.a) Nome do(s) proponente(s)

MARCELA SANTA CRUZ MELO E PATRÍCIA MEDINA

3.b) CPF ou CNPJ

88999955168 E 387.442.440-53

3.c) E-mail

marcelascm@gmail.com

3.d) Telefone para contato

(63)8133-6621

4.a) Espaço(s) de Memória.

O Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos organizou um banco de dados/repositório com os trabalhos e dissertações produzidos, resultando em acervo disponível para consulta de operadores do Direito de todo Brasil e do mundo, contribuindo para a Ciência Social Humana Aplicada. Está disponível no Repositório Institucional da UFT (SISBIB) e Biblioteca da Esmat (Pergamum).

4.b) Servidor(es) responsável(is).

Edson Oliveira (UFT) e Cynthia Aires (ESMAT)

5.a) Link

<http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/56>

<http://esmat.tjto.jus.br/pergamum/biblioteca/index.php>

5.b) Resumo da ação, atividade, experiência, projeto, programa, produção científica ou trabalho

acadêmico

RESUMO DA AÇÃO: Atividade autorreflexiva com vistas a instaurar a cultura da autoavaliação e disseminação dos direitos humanos; envolveu análise de 148 trabalhos técnicos e científicos do programa de pós-graduação stricto sensu em prestação jurisdicional e direitos humanos (PPGPJDH). A análise quantiquantitativa dos trabalhos deu origem a atividade de extensão com expressiva repercussão nacional (em um total de 419 inscritos e 279 presentes). Ocorreu a instauração de comissão de autoavaliação e produção de subsídios para o planejamento estratégico do mencionado programa. A atividade assume como premissa que a avaliação como estratégia de desenvolvimento e instauração da cultura dos direitos humanos e acesso à justiça, sendo uma das atividades mais relevantes do programa.

ATIVIDADE: Foi realizado o levantamento, leitura e tabulação de dados quantificáveis utilizando planilha Excel e análise de conteúdos (Bardin, 2008) dos trabalhos publicados no sítio eletrônico do Repositório da UFT, das turmas de ingresso 1 a 6, classificando: nomes dos autores, títulos dos trabalhos, palavras-chave, orientadores, proposta, produto, execução, linhas de pesquisa, coorientadores; analisando-se a aderência das linhas de pesquisas/atuação

e Registro de produtos, com posterior descrição analítica tendo em vista mapear produtos, processos e impactos sociais (gerados e potenciais) de cada um dos 148 diferentes trabalhos.

EXPERIÊNCIA: A pesquisadora responsável é discente do PPGPJDH e servidora do TJTO. Desempenhou durante cinco anos de sua atividade profissional, na secretaria acadêmica do programa e como observadora privilegiada do processo, vislumbrou as inquietações iniciais e as proposições finais dos alunos discentes, membros do sistema de justiça, na resolução de demandas profissionais. Assim, ingressou também no âmbito acadêmico para, diretamente, e buscou compilar os resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito da prestação jurisdicional e dos direitos humanos, na região norte do Brasil.

PROJETO: Acesso à justiça, gestão e tecnologia.

PROGRAMA: Prestação jurisdicional e direitos humanos.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA: Relatório técnico conclusivo do processo de gestão de autoavaliação do PPGPJDH.

TRABALHO ACADÊMICO: interseções da formação, produção intelectual e impacto acadêmico-social do programa de pós-graduação stricto sensu mestrado profissional e interdisciplinar em prestação jurisdicional e direitos humanos (PPGPJDH): construindo o processo autorreflexivo.

6. Justificativa, objetivos e prazo de vigência

Justificativa: O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, nível mestrado profissional, promovido por demanda do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, e realizado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). A (autoavali)ação dos discentes é uma fonte de informação para melhoria da gestão do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pois, dentre suas finalidades estará o alcance do impacto social promovido pelo curso quanto ao desenvolvimento e melhoria do curso. Na perspectiva da pesquisadora, o egresso do PPGPJDH, como sujeito de direito é um cidadão empoderado, privilegiado social e culturalmente pelo conhecimento científico, possui capacidade de desempenhar um papel ativo, possuindo estado consciente de detentor dos direitos e deveres em uma sociedade que busca ser regida por princípios democráticos e humanos e tendo recebido uma formação gratuita de qualidade.

Com a instauração de uma cultura de desenvolvimento, da avaliação como cultura de autodesenvolvimento, esta atividade tem como justificativa gerar: benefícios aos participantes, quanto:

> Formar grupos de trabalho sobre os temas de seu interesse, de forma voluntária, no formato de roda de conversa on-line para a promoção de diálogo colaborativo entre alunos do curso, sociedade e setores beneficiados com os trabalhos e produção técnica, ao qual o(a) senhor(a) terá acesso, caso tenha interesse.

> Fomentar as atividades do PPGPJDH com atividades de extensão que possam trazer benefícios aos egressos, em suas áreas de interesse quanto à abordagem de temas correlacionados as suas atividades profissionais e acadêmicas.

> Estruturar um programa com reais efeitos de impacto à sociedade no âmbito da prestação jurisdicional e dos direitos humanos.

Objetivos:

1) Analisar o potencial de transferência dos resultados da produção intelectual dos trabalhos-produtos produzidos nas turmas 1 a 6, com vistas a gerar mudanças para a sociedade quanto aos objetivos específicos do PPGPJDH via participação de todos os egressos; 2) Implantar processo de gestão de autorreflexão via autoavaliação no PPGPJDH; 3) Identificar potenciais desdobramentos das pesquisas (cursos, novas tecnologias sociais, atividades de extensão, novos projetos, formação de grupos de pesquisa e intervenções), com vistas a aumentar o

impacto valorizando o investimento de tempo e financeiro e instauração de uma cultura de desenvolvimento decorrente da autorreflexão. Prazo de vigência: indeterminado

7. Indicação de demais parceiros/participantes, se for o caso.

O Programa em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, oriundo de demanda do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, realizado pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, objetiva qualificar seus magistrados e servidores, como também, profissionais integrantes do sistema de Justiça, promovendo-se o intercâmbio entre as áreas técnico-jurídica e acadêmica, de tal sorte a engendrar uma formação continuada, a partir e para o enfrentamento dos problemas oriundos da realidade jurídica. Então foram parcerias com as entidades: Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Ministério Público do Estado do Tocantins, Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, Poder Executivo do Tocantins.

8.a) Artigo 12 (I – Qualidade e metodologia; II - Alcance social e/ou institucional; III - Inovação e criatividade; IV – Resultados).

I – Qualidade e metodologia

RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS ENVOLVIDOS

Pesquisa social para coleta de dados em fontes documentais secundárias, obtidas em banco de dados, sendo então, repositórios das bibliotecas da Esmat e UFT, aonde foram publicizados os trabalhos finais de curso. No cine fórum, participaram discentes do grupo de pesquisa do PPGPJDH, EducaDH, sendo eles: Liz Marina Regis Ribeiro (DPE-TO), Célia Regina Regis (TJ-TO) e Laudyone Edmailtom dos Santos Arruda (TRE-TO). Contou com a colaboração da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, representada pelo servidor Paulo André de Sousa Gratão (DPE-TO/UFT) e colaboração da Esmat, pelos servidores Débora Regina Honório Galan (TJ-TO), também egressa do PPGPJDH, ainda Francisco Erasmo Batista (TJ-TO) e Jadir Alves Oliveira (TJ-TO), egresso do PPGPJDH. Ainda, no cine fórum I, houve a divulgação do filme nacional Pureza, produzido por Renato Barbieri e contou com a participação da atriz brasileira, Dira Paes.

MODO DE CONSTRUÇÃO: O modelo metodológico que orientou a construção da pesquisa e o desenvolvimento das ações foi o da pesquisa participante pois esta procura o envolvimento dos partícipes na análise de sua própria realidade e se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas.

Inicialmente A pesquisadora utilizou o regimento interno do PPGPJDH, o planejamento estratégico do TJTO e o plano de desenvolvimento institucional da UFT e trouxe como elementos; nomes dos autores, títulos dos trabalhos, palavras-chave, orientadores, proposta, produto, execução, linhas de pesquisa, coorientadores; analisando-se a aderência das linhas de pesquisas/atuação e produtos. Os dados foram coletados e organizados para estudar a situação deste alcance do impacto acadêmico-social das pesquisas e a trajetória acadêmica do egresso (ingresso até 5 anos após a saída), e então descritas as etapas da análise e interpretação dos dados por triangulação.

FOMENTO AO TRABALHO COLABORATIVO: O trabalho colaborativo e conjunto da UFT e Esmat proporcionam a melhoria da prestação jurisdicional e dos direitos humanos no estado do Tocantins e região norte do Brasil, uma vez que os trabalhos de final de curso devem ter caráter de intervenção e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e dos DH. Na sequência da análise dos 148 trabalhos como fonte de dados primária, foram realizadas ponderações com os membros do grupo de pesquisa EducaDH visando identificar ações que pudessem envolver os egressos novamente e foi considerado satisfatório o índice alcançado, tendo participado no total, como facilitadores, 10 egressos (8 do TJTO, 1 do TRF1 – Seção Tocantins, 1 da OAB-TO) e ouvintes, 24 egressos, também lhes sendo oportunizado momento de fala.

INTERDISCIPLINARIDADE: O PPGPJDH é um programa interdisciplinar em suas linhas de pesquisa e corpo docente. A pesquisa visou proporcionar o diálogo entre as demandas do TJTO e os resultados auferidos nos trabalhos publicados relativamente aos seus impactos sobre o acesso à justiça e aos direitos humanos. A interdisciplinaridade se constituiu a partir da abordagem metodologia uma vez que triangulação de dados, teve como referencial o trabalho desenvolvido pela egressa e facilitadora do cine II, Rayka Oliveira Soares Valadares (TRF1), assim como a combinação de saberes necessários à concretização das diferentes ações para as quais foram demandados conhecimentos de gestão (Acesso à Justiça, Gestão e Tecnologia) educação (Educação em Direitos Humanos).
(continuação do Upload de arquivo complementar 1).

8.b) Artigo 13 (De acordo com a categoria selecionada).

Quanto ao alcance da divulgação do projeto e existência de difusão digital do Projeto Cine Fórum Olhar Direitos, registrou-se o alcance geográfico do projeto, onde pode-se observar a disseminação da tecnologia social desenvolvidas para além do estado do Tocantins, uma vez que outros 11 (onze) estados da federação também foram contemplados, quais sejam: Bahia; Distrito Federal; Maranhão; Mato Grosso; Minas Gerais; Pará; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; Santa Catarina; São Paulo e Sergipe.

Dentre as cidades tocantinenses contempladas, cita-se: Alvorada/TO; Aragoimas/TO; Araguaína/TO; Carrasco Bonito/TO; Fátima/TO; Gurupi/TO; Mateiros/TO; Miracema/TO; Muricilândia/TO; Nova Rosalândia/TO; Palmas/TO; Palmeirópolis/TO; Paraíso/TO e Porto Nacional/TO.

Quanto à promoção de cidadania, cultura, educação, acessibilidade, inclusão, diversidade, sustentabilidade e outros direitos humanos; buscou-se consolidar a participação dos egressos em projetos, como Cine Fórum Olhar Direitos, rodas de conversa online, entre outros, em ações de um processo negociado de construção e uso de parâmetros, que comparam objetivo e meta a seu atingimento, para que os resultados sejam dialogados e utilizados para ações, abordagens e estratégias voltadas ao ppgpjdh e demandas sociais.

Ainda, a extensionista e mestranda PPGPJDH, magistrada do TJTO, Célia Regina Régis, em coautoria com a Professora Dra. Patrícia Medida (coordenadora geral do Projeto de Extensão) e o Professor Dr. Carlos Mendes Rosa, ambos professores do PPGPJDH, elaboraram o artigo “Educação em Direitos Humanos – Cine fórum como instrumento social de diálogo”, submetido à revista técnica interdisciplinar, qual seja: Revista Olhares – Revista do Departamento de Educação UNIFESP.

9.a) Link

<https://www.youtube.com/channel/UCBLH3AnskiD8Xf8tDtghcmA>

9.b) Link

<https://www.instagram.com/olhardireitos/>

9.c) Link

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/45047-cine-forum-olhar-direitos-projeto-com-parceria-da-dpe-to-abordara-a-crianca-e-o-sistema-de-justica>

9.d) Link

<http://esmat.tjto.jus.br/portal/index.php/noticias/182-pos-graduacoes/strictu-senso/3236-cine-f%C3%B3rum-%E2%80%9D-dialoga-sobre-educa%C3%A7%C3%A3o-em-direitos-humanos-com-o-filme-escretores-daliberdade.html>

9.e) Link

<http://esmat.tjto.jus.br/portal/index.php/noticias/220-eventos/3213-esmat-participa-de-webin%C3%A1rio-%E2%80%9Ccolhar-direito%E2%80%9D-com-a-atriz-dira-paes.html>

9.f) Upload de arquivo complementar 1
8.a-completo.pdf

APÊNDICE J – APRESENTAÇÃO DE TRABALHO



APRESENTAÇÃO DE TRABALHO

1 - DADOS GERAIS – Dados comuns de qualquer natureza e tipo de produção intelectual		
Título: Cine Fórum Olhar Direitos		
Ano de publicação: 2020		
Autor: RIBEIRO, Liz Marina Regis; MELO, Marcela Santa Cruz; REGIS, Célia Regina; ARRUDA, Laudyone Edmaltom dos Santos; MEDINA, Patrícia		
Docente: MEDINA, Patrícia		
Discente: RIBEIRO, Liz Marina Regis; MELO, Marcela Santa Cruz; REGIS, Célia Regina; ARRUDA, Laudyone Edmaltom dos Santos.		
Participante externo: GRATÃO, Paulo André de Sousa Gratão; GALAN, Débora Regina Honório		
Tipo de produção:		
<input type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <u>Apresentação de trabalho</u>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído?		
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Natureza:		
<input type="checkbox"/> Comunicação <input type="checkbox"/> Conferência <input type="checkbox"/> Outra <input checked="" type="checkbox"/> Seminário <input type="checkbox"/> Simpósio <input type="checkbox"/> Congresso		
Evento: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>		
IX Seminário de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários - UFT sem Muros: Existe uma Universidade para Além da Sala de Aula.		
Instituição promotora: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>		
Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários.		
Idioma:		
Português		
Local: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>		
Meio digital		
Cidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>		

Palmas - TO	
País: Brasil	
Divulgação: <input checked="" type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input type="checkbox"/> Impresso <input checked="" type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input checked="" type="checkbox"/> Outros	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input checked="" type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada

<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Trata-se de apresentação de trabalho sobre o Projeto de Extensão Cine Fórum Olhar Direitos, cujo principal objetivo é sensibilizar sobre Direitos Humanos, por meio de diálogo qualificado relativo a temas e práticas cotidianas da sociedade, estimulado pela linguagem cinematográfica.	
Impacto – nível: <input type="checkbox"/> alto <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	
Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input checked="" type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input checked="" type="checkbox"/> Ensino <input checked="" type="checkbox"/> Científico <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Cultural <input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Aprendizagem	
Impacto – tipo: <input type="checkbox"/> Potencial <input checked="" type="checkbox"/> Real	

Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Os encontros proveram o acesso à cultura e ao diálogo científico e qualificado sobre temas correlacionados às obras audiovisuais indicadas e se desenvolveram virtualmente, de forma paritária e horizontal, com vistas à construção compartilhada de saberes para a promoção dos princípios da democracia, cidadania e justiça social, também orientadores do PNEDH. Já sob a perspectiva da formação profissional de multiplicadores, na execução das atividades, os(as) integrantes do projeto organizaram atividades e desenvolveram competências para realização de atividades de educação em direitos humanos, desempenhando todas as etapas necessárias à realização de um evento acadêmico de extensão.	
Replicabilidade: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial: <input type="checkbox"/> Internacional <input checked="" type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Local	
Complexidade: <input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> baixa	
Inovação: <input type="checkbox"/> Alto Teor inovativo <input checked="" type="checkbox"/> Médio teor inovativo <input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo <input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input checked="" type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input checked="" type="checkbox"/>	Educação
<input type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços

<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input type="checkbox"/> Cooperação <input checked="" type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input checked="" type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
URL (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/255</i>) https://docs.uft.edu.br/share/s/aZQ9QJluQqqD_E4N5yAL_Q	
Observação: (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/1000</i>) https://www.youtube.com/channel/UCBLH3AnskiD8Xf8tDtghcmA https://www.youtube.com/watch?v=NBLT2eLvdd0&t=846s	
Anexos:	
3 - Contexto	
[Área de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos	
Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos	
Projeto de pesquisa: <input checked="" type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.	
4 – Relevância	
Descreva de que forma seu produto impactou na/para defesa dos DH ou para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e qual benefício proporcionou para a sociedade, descrevendo qual público da sociedade foi beneficiado. De 5 a 10 linhas por produto. A educação é um dos caminhos para consolidar uma cultura universal dos direitos humanos, da paz e da universalidade, mediante o desenvolvimento de atividades acadêmico-científicas que promovam a educação em direitos humanos, a atividade visou atingir este objetivo. Assim, o Projeto de Extensão Cine Fórum Olhar Direitos, ao utilizar metodologias participantes para compreensão do princípio da dignidade sensibilização quanto a efetivação do previsto nos tratados de direitos humanos, de forma transversal e interdisciplinar, estimula a compreensão e sensibilização acerca desses direitos por meio do círculo do diálogo sobre	

temas de relevo que foram: trabalho escravo, diálogo sobre a educação em direitos humanos, tecnologia e justiça, criança e sistema de justiça, povos indígenas e comunidades tradicionais, idosos e desafios geracionais; proporcionando o partilhar de conhecimentos produzidos na academia com a sociedade.

Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio?

Sim

Não

APÊNDICE K – ORGANIZAÇÃO DE EVENTO



ORGANIZAÇÃO DE EVENTO

1 - DADOS GERAIS – <i>Dados comuns de qualquer natureza e tipo de produção intelectual</i>		
Título: Cine Fórum Olhar Direitos: Um Diálogo sobre a Educação em Direitos Humanos		
Ano de publicação: 2020		
Autor: MELO, Marcela Santa Cruz; MEDINA, Patrícia		
Docente: Patrícia Medina		
Discente: MELO, Marcela Santa Cruz; RIBEIRO, Liz Marina Regis; REGIS, Célia Regina; ARRUDA, Laudyone Edmaitom dos Santos		
Participante externo: GRATÃO, Paulo André de Sousa; GALAN, Débora Regina Honório		
Tipo de produção:		
<input type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <i>Organização de evento</i>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído?		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Tipo:		
<input type="checkbox"/> Concerto <input type="checkbox"/> Concurso <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Exposição <input type="checkbox"/> Festival <input type="checkbox"/> Congresso		
Natureza:		
<input type="checkbox"/> Curadoria <input type="checkbox"/> Montagem <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Museografia <input checked="" type="checkbox"/> Organização		
Instituição Promotora: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>		
Universidade Federal do Tocantins e Escola Superior da Magistratura Tocantinense		
Duração:		
2h		
Itinerante:		
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		

Catálogo () Sim (x) Não	
Local: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Meio virtual	
Cidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Palmas - TO	
País: Brasil	
Divulgação: (x) Filme () Hipertexto () Impresso (x) Meio digital () Meio magnético () Vários () Outros	
Idioma: Português	
Título em Inglês: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input checked="" type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de

	modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
<p>Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Promoção da educação em direitos humanos, pela interconexão do diálogo virtual sobre a história do filme ESCRITORES DA LIBERDADE. Compartilhou conhecimento, vivências e buscou demonstrar a importância da construção do entendimento e da confiança pelos círculos de construção de paz. Assim como, preocupações e esperanças para a cultura da paz e não violência nas escolas, alcançando entre os participantes, pertencimento e conexão.</p>	
Impacto – nível: <input type="checkbox"/> alto <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	
Objetivo da Pesquisa: <input checked="" type="checkbox"/> Experimental <input type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado	

<input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção	
<input type="checkbox"/> Econômico	<input checked="" type="checkbox"/> Social
<input type="checkbox"/> Saúde	<input type="checkbox"/> Cultural
<input checked="" type="checkbox"/> Ensino	<input type="checkbox"/> Ambiental
<input checked="" type="checkbox"/> Científico	<input checked="" type="checkbox"/> Aprendizagem
Impacto – tipo:	
<input type="checkbox"/> Potencial	
<input checked="" type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Impacto acadêmico-social.	
Replicabilidade:	
<input checked="" type="checkbox"/> Sim	
<input type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial:	
<input type="checkbox"/> Internacional	
<input checked="" type="checkbox"/> Nacional	
<input type="checkbox"/> Regional	
<input type="checkbox"/> Local	
Complexidade:	
<input checked="" type="checkbox"/> Alta	
<input type="checkbox"/> Média	
<input type="checkbox"/> baixa	
Inovação:	
<input checked="" type="checkbox"/> Alto Teor inovativo	
<input type="checkbox"/> Médio teor inovativo	
<input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo	
<input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input checked="" type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input checked="" type="checkbox"/>	Educação
<input type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação

<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input checked="" type="checkbox"/> Sim PDI 2016/20 – 4.3. Política de Extensão <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input type="checkbox"/> Cooperação <input checked="" type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input checked="" type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
URL <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> https://www.youtube.com/watch?v=a4g0tk5mrXI&t=204s	
Observação: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> Obra indicada: Escritores da Liberdade - <i>Fredo Writers</i> (Original). 1.2. Plataforma: Netflix. 1.3. Temática: Um diálogo sobre a educação em direitos humanos 1.4. Facilitadoras: Msc. Débora Regina Honório Galan; Msc. Julianne Freire Marques; Prof. Espec. Katiane Boshetti Silveira; Msc. Rayka Oliveira Soares Valares; Prof. Espec. Taynã Nunes Quixabeira; 1.5. Coordenação: Marcela Santa Cruz Melo 1.6. Classificação indicativa: 12 anos. 1.7. Sinopse: Uma jovem e idealista professora chega a uma escola de um bairro pobre, que está corrompida pela agressividade e violência. Os alunos se mostram rebeldes e sem vontade de aprender, e há entre eles uma constante tensão racial. Assim, para fazer com que os alunos aprendam e também falem mais de suas complicadas vidas, a professora Gruwell aposta em métodos diferentes de ensino. Aos poucos, os alunos vão retomando a confiança em si mesmos, aceitando mais o conhecimento e reconhecendo valores. 1.8. Disponível em: https://www.netflix.com/title/70053462?s=a&trkid=13747225&t=wha 1.9. Trailer disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pfwzLDj0yzM 1.10. Ficha Técnica: Desde 2007, duração de 122min / Gênero: Biografia/Drama, com a direção de Richard LaGravenese. Nacionalidade: Estados Unidos da América. 1.11. Parceiros para exibição: Parceiros do Projeto.	
Anexos: Nuvem de palavras	


3 - Contexto
<p>Área de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos</p>
<p>Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos</p>
<p>Projeto de pesquisa: <input checked="" type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.</p>
4 – Relevância
<p>Descreva de que forma seu produto impactou na/para defesa dos DH ou para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e qual benefício proporcionou para a sociedade, descrevendo qual público da sociedade foi beneficiado. De 5 a 10 linhas por produto.</p> <p>Impacto social, com a disseminação da metodologia das práticas dos círculos de construção de paz para o engajamento de pais, professores e comunidade escolar na resolução de conflitos. Interconexão da comunidade escolar e facilitadores restaurativos para um melhor direcionamento social das ações científicas aplicadas na sociedade aliado à orientação multi e interdisciplinar da proposta do Programa.</p> <p>Impacto acadêmico, com a participação de alunas egressas como facilitadoras de aprendizagem, oportunizando a divulgação de seus trabalhos finais de curso e difusão de suas pesquisas.</p> <p>Público da sociedade beneficiada: Facilitadores restaurativos, Mestrados egressos e vinculados ao programa, Alunos e professores do curso de Pedagogia, Representantes da Educação na Comunidade Escolar, nos Sindicatos, Comitês, Conselhos, Secretaria, Fórum Estadual e Sistema Socioeducativo.</p>
<p>Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>

APÊNDICE L – DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO



DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO

1 - DADOS GERAIS		
Título: Cine Fórum Olhar Direitos – Projeto de Extensão		
Ano de publicação: 2021		
Autor: MEDINA, Patrícia; RIBEIRO, Liz Marina Regis; MELO, Marcela Santa Cruz		
Docente: MEDINA, Patrícia		
Discente: RIBEIRO, Liz Marina Regis; MELO, Marcela Santa Cruz		
Participante externo:		
Tipo de produção:		
<input type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <i>Desenvolvimento de produto</i>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído?		
(x) Sim		
() Não		
Projetos de Pesquisa vinculados à Tecnologia Social (ambos orientados pela Profa. Dra. Patrícia Medina:		
a) INDICADORES DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS EM ATENDIMENTOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO TOCANTINS: ELEMENTOS PARA CONSTRUÇÃO E MONITORAMENTO, de Liz Marina Regis Ribeiro; e		
b) INTERSEÇÕES DA FORMAÇÃO, PRODUÇÃO INTELLECTUAL E IMPACTO ACADÊMICO-SOCIAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU MESTRADO PROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS, de Marcela Santa Cruz Melo.		
2 - DETALHAMENTO		
Tipo:		
(x) Piloto		
() Outro		
() Protótipo		
() projeto		
Natureza:		

<input type="checkbox"/> Aparelho <input type="checkbox"/> Instrumento <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Fármaco e similares <input type="checkbox"/> Equipamento	
Registro de Patente: (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/255</i>)	
Disponibilidade: <input checked="" type="checkbox"/> Restrita <input type="checkbox"/> Irrestrita	
Instituição financiadora: (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/255</i>)	
Cidade: (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/255</i>) Palmas - TO	
País Brasil	
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input type="checkbox"/> Impresso <input checked="" type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outros	
Idioma: Português	
Título em Inglês: (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/1000</i>)	
Número do DOI: (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/1000</i>)	
URL do DOI: (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/1000</i>)	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input checked="" type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)

<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesauros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/255</i>) O Cine Fórum Olhar Direitos é um projeto desenvolvido no PPGPJDH, cuja finalidade é a sensibilização dos direitos humanos, por meio de diálogo científico qualificado e horizontal de temas retratados pela linguagem cinematográfica em um espaço interdisciplinar, livre e plural, de interação e difusão por meio de obras audiovisuais.	
Impacto – nível: <input checked="" type="checkbox"/> alto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	

Objetivo da Pesquisa: <input checked="" type="checkbox"/> Experimental <input type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção <input checked="" type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input checked="" type="checkbox"/> Ensino <input checked="" type="checkbox"/> Científico <input checked="" type="checkbox"/> Social <input checked="" type="checkbox"/> Cultural <input checked="" type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Aprendizagem	
Impacto – tipo: <input type="checkbox"/> Potencial <input checked="" type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/255</i>) Participação, interação e aproximação da comunidade acadêmica de pesquisadores(as), lideranças sociais, comunidade externa e profissionais com atuação na rede de defesa dos direitos humanos, por meio de reunião, visando o debate virtual, permeando a reconstrução de histórias para o alcance da reflexão, facilitando a comunicação pela narrativa e escuta ativas.	
Replicabilidade: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial: <input type="checkbox"/> Internacional <input checked="" type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Local	
Complexidade: <input checked="" type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> baixa	
Inovação: <input checked="" type="checkbox"/> Alto Teor inovativo <input type="checkbox"/> Médio teor inovativo <input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo <input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input checked="" type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados

<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input checked="" type="checkbox"/>	Educação
<input checked="" type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input checked="" type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input checked="" type="checkbox"/> Cooperação <input type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input checked="" type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
URL (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/255</i>) https://www.youtube.com/channel/UCBLH3AnskiD8Xf8tDtghcmA (YouTube) https://www.instagram.com/olhardireitos/ (Instagram)	
Observação: (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/1000</i>) Atividades de Extensão da UFT – Cadastro no Sigro sob o nº 358697.1952.81030.24082020.	
Anexos:	
3 - Contexto	
Área de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos	
Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos	
Projeto de pesquisa: <input checked="" type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos	

Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.

4 – Relevância

Descreva de que forma seu produto impactou na/para defesa dos DH ou para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e qual benefício proporcionou para a sociedade, descrevendo qual público da sociedade foi beneficiado. De 5 a 10 linhas por produto.

Alcance de impacto social da atividade em diversas esferas sociais, ao tratar problemas reais, de forma ativa e consciente, contando com participações em 12 estados federativos e 618 participantes do projeto, em atividades avaliadas e classificadas integralmente como “ótimas”, vinculando também alunos egressos e da graduação da UFT.

Sensibilizou os participantes sobre os direitos humanos, por meio de diálogo científico qualificado e horizontal de temas retratados pela linguagem cinematográfica em um espaço interdisciplinar, livre e plural, de interação e difusão por meio de obras audiovisuais; gerando impacto social.

Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio?

Sim

Não

APÊNDICE M – FERRAMENTA GERENCIAL ELABORADA



RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

1 - DADOS GERAIS		
Título: Relatório Técnico conclusivo – Demonstrativo analítico dos produtos de conclusão de curso do PPGPJDH (Turmas 1 a 6)		
Ano de publicação: 2020		
Autor: MELO, Marcela Santa Cruz; MEDINA, Patrícia Medina		
Docente: MEDINA, Patrícia		
Discente: MELO, Marcela Santa Cruz		
Participante externo:		
Tipo de produção:		
<input type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <u>Desenvolvimento de produto</u>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído?		
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não – O trabalho de conclusão está em andamento, porém, a produção é vinculada		
2 - DETALHAMENTO		
Tipo:		
<input type="checkbox"/> Piloto <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Protótipo <input type="checkbox"/> projeto		
Natureza:		
<input type="checkbox"/> Aparelho <input checked="" type="checkbox"/> Instrumento <input type="checkbox"/> Outro		

<input type="checkbox"/> Fármaco e similares	
<input type="checkbox"/> Equipamento	
Registro de Patente: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Disponibilidade: <input checked="" type="checkbox"/> Restrita <input type="checkbox"/> Irrestrita	
Instituição financiadora: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Cidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Palmas - TO	
País Brasil	
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input type="checkbox"/> Impresso <input checked="" type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outros	
Idioma: Português	
Título em Inglês: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional

<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Relatório Técnico na forma de demonstrativo analítico de todos os produtos de conclusão de curso do PPGPJDH (Turmas 1 a 6), ou seja, dos anos de 2013 a 2020, perfazendo um total de 148 produtos analisados. Inicialmente tabulado em planilha de formato excel, com as seguintes variáveis nome do autor, link de acesso ao lattes, título do tcc, link do trabalho depositado no repositório, palavras-chave, orientador, proposta, produto, execução. Os dados organizados foram fundamentais como primeiro movimento de autoavaliação do programa e mensuração do impacto social da produção. O instrumento busca informar de forma eficiente para a pesquisa realizada, podendo ser convertida em banco de dados. A função diagnóstica é potencialmente relevante para implementar melhorias internas da gestão e aumentar a efetividade do programa.	
Impacto – nível: <input checked="" type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Médio	

<input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	
Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input checked="" type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Ensino <input checked="" type="checkbox"/> Científico <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Cultural <input type="checkbox"/> Ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Aprendizagem	
Impacto – tipo: <input type="checkbox"/> Potencial <input checked="" type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/255</i>) Impacto acadêmico-social das pesquisas, com o alinhamento destas ao atendimento das necessidades socioeconômicas, culturais, regionais e locais de projetos voltados ao efetivo cumprimento da produção científica, com aplicabilidade em suas diferentes orientações epistemológicas interdisciplinares, no desenvolvimento profissional na prestação jurisdicional e nos direitos humanos.	
Replicabilidade: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial: <input type="checkbox"/> Internacional <input checked="" type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Local	
Complexidade: <input type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> baixa	
Inovação: <input type="checkbox"/> Alto Teor inovativo <input checked="" type="checkbox"/> Médio teor inovativo <input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo <input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input checked="" type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas

<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input checked="" type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias
<input type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input checked="" type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input checked="" type="checkbox"/>	Educação
<input checked="" type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input checked="" type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input type="checkbox"/> Cooperação <input checked="" type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input checked="" type="checkbox"/> Em teste <input type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
URL (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/255</i>)	
Observação: (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/1000</i>)	
Anexos:	
3 - Contexto	
Area de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos	
Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos	
Projeto de pesquisa: <input checked="" type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social	

- Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida
- Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas
- Educação em Direitos Humanos
- Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.

4 – Relevância

Descreva de que forma seu produto impactou na/para defesa dos DH ou para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e qual benefício proporcionou para a sociedade, descrevendo qual público da sociedade foi beneficiado. De 5 a 10 linhas por produto.

O foco para a construção de parâmetros que visem a eficiência de um Programa de Pós-Graduação, quando criados pela própria comunidade acadêmica, permite-se que se atinja o objetivo/meta do programa e os resultados podem vir a trazer melhoramento para ações/abordagens/estratégias do objeto avaliado. Os próprios agentes, autores dos trabalhos, podem refletir sobre o contexto e as políticas adotadas e sistematizar os dados que levaram à tomada de decisão na entrega do produto e trazer melhoramentos ou execuções que implicarão mudanças.

Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio?

- Sim
- Não

APÊNDICE N – ORGANIZAÇÃO DE EVENTO



ORGANIZAÇÃO DE EVENTO

1 - DADOS GERAIS – Dados comuns de qualquer natureza e tipo de produção intelectual		
Título: Cine Fórum Olhar Direitos: Trabalho Escravo – Exibição Especial do Filme Pureza		
Ano de publicação: 2020		
Autor: BARBIERI, Renato		
Docente: MEDINA, Patrícia		
Discente: RIBEIRO, Liz Marina Regis; MELO, Marcela Santa Cruz; REGIS, Célia Regina; ARRUDA, Laudyone Edmaitom dos Santos		
Participante externo: OLIVEIRA, Jadir Alves de; GRATÃO, Paulo André de Sousa		
Tipo de produção:		
<input type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input checked="" type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <u>Organização de evento</u>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído?		
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Tipo:		
<input type="checkbox"/> Concerto <input type="checkbox"/> Concurso <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Exposição <input type="checkbox"/> Festival <input type="checkbox"/> Congresso		
Natureza:		
<input type="checkbox"/> Curadoria <input type="checkbox"/> Montagem <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Museografia <input checked="" type="checkbox"/> Organização		
Instituição Promotora: (quantidade de caracteres digitados: 0/255)		
Escola Superior da Magistratura Tocantinense, Universidade Federal do Tocantins, Ministério Público do Trabalho, Comissão Pastoral da Terra, Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo, Produtora Gaya Filmes.		

Duração: 2h30	
Itinerante: <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Catálogo <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Local: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Meio virtual	
Cidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Palmas - TO	
País: Brasil	
Divulgação: <input checked="" type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input type="checkbox"/> Impresso <input checked="" type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outros	
Idioma: Português	
Título em Inglês: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Número do DOI: : <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
URL do DOI: : <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input checked="" type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)

<input checked="" type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesauros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
Evento de âmbito internacional desenvolvido como atividade “piloto” para teste da metodologia de tecnologia social que seria desenvolvida no Projeto de Extensão Cine Fórum Olhar Direitos/PROEX/UFT. Teve por objetivo promover diálogo qualificado sobre trabalho escravo e promover o filme inédito Pureza (2019).	
Impacto – nível: <input checked="" type="checkbox"/> alto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	

Objetivo da Pesquisa:	
<input checked="" type="checkbox"/> Experimental	
<input type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado	
<input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção	
<input type="checkbox"/> Econômico	<input checked="" type="checkbox"/> Social
<input type="checkbox"/> Saúde	<input type="checkbox"/> Cultural
<input checked="" type="checkbox"/> Ensino	<input type="checkbox"/> Ambiental
<input checked="" type="checkbox"/> Científico	<input type="checkbox"/> Aprendizagem
Impacto – tipo:	
<input type="checkbox"/> Potencial	
<input checked="" type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i>	
O projeto cinematográfico debateu direitos humanos e o trabalho escravo. Projeto “Cine Fórum: Exibição Especial do Filme Pureza” aconteceu, via webconferência, na segunda-feira, 20. Publicado em 21/07/2020 15:05, acesso: https://www.defensoria.to.def.br/nddh/noticia/44264 . A Esmat participou de Webinário “Olhar Direito” com a atriz Dira Paes. Publicado em 21 de julho de 2020, acesso: http://esmat.tjto.jus.br/portal/index.php/noticias/220-eventos/3213-esmat-participa-de-webin%C3%A1rio-%E2%80%9Colhar-direito%E2%80%9D-com-a-atriz-dira-paes.html	
Replicabilidade:	
<input checked="" type="checkbox"/> sim	
<input type="checkbox"/> Não	
Abrangência Territorial:	
<input checked="" type="checkbox"/> Internacional	
<input type="checkbox"/> Nacional	
<input type="checkbox"/> Regional	
<input type="checkbox"/> Local	
Complexidade:	
<input checked="" type="checkbox"/> Alta	
<input type="checkbox"/> Média	
<input type="checkbox"/> baixa	
Inovação:	
<input type="checkbox"/> Alto Teor inovativo	
<input checked="" type="checkbox"/> Médio teor inovativo	
<input type="checkbox"/> Baixo teor inovativo	
<input type="checkbox"/> Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
<input type="checkbox"/>	Indústria de transformação
<input type="checkbox"/>	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
<input type="checkbox"/>	Construção
<input type="checkbox"/>	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
<input type="checkbox"/>	Transporte, armazenagem e correio
<input type="checkbox"/>	Alojamento e alimentação
<input checked="" type="checkbox"/>	Informação e comunicação
<input type="checkbox"/>	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
<input type="checkbox"/>	Atividades imobiliárias

<input type="checkbox"/>	Atividades administrativas e serviços complementares
<input type="checkbox"/>	Administração pública, defesa e seguridade social
<input checked="" type="checkbox"/>	Educação
<input checked="" type="checkbox"/>	Saúde humana e serviços sociais
<input type="checkbox"/>	Artes, cultura, esporte e recreação
<input type="checkbox"/>	Outras atividades de serviços
<input type="checkbox"/>	Serviço doméstico
<input type="checkbox"/>	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
<input type="checkbox"/>	Indústrias Extrativas
<input type="checkbox"/>	Eletricidade e Gás
Declarção de vínculo do produto com PDI da Instituição: <input checked="" type="checkbox"/> Sim PDI 2016/2020 – 4.3 Política de Extensão <input type="checkbox"/> Não	
Houve Fomento? <input type="checkbox"/> Financiamento <input checked="" type="checkbox"/> Cooperação <input type="checkbox"/> Não houve	
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input checked="" type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado	
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
URL <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> https://www.youtube.com/watch?v=1uyObs331IU	
Observação: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Anexos:	
3 - Contexto	
[Área de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos	
Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos	
Projeto de pesquisa: <input checked="" type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.	
4 – Relevância	
Descreva de que forma seu produto impactou na/para defesa dos DH ou para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e qual benefício proporcionou para a sociedade,	

descrevendo qual público da sociedade foi beneficiado. De 5 a 10 linhas por produto.

O filme Pureza é uma produção brasileira, com premiação internacional, lançado de forma inédita no Cine Fórum Olhar Direitos. Reuniu representantes de entidades que lutam contra o trabalho escravo e a comunidade científica. Trouxe a participação de aluna egressa do PPGPJDH, que defendeu seu trabalho final sobre a temática, promovendo a atividade de extensão no programa.

Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio?

Sim

Não

APÊNDICE O – ARTIGO PUBLICADO EM 2022



PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

1 - DADOS GERAIS – <i>Dados comuns de qualquer natureza e tipo de produção intelectual</i>		
Título: RECONFIGURANDO A APRENDIZAGEM NA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> SOB ALENTE DE METODOLOGIAS DE ENSINO EM SITUAÇÃO CONTINGENCIAL		
Ano de publicação: 2022		
Autor: MELO, Marcela Santa Cruz; MEDINA, Patrícia		
Docente: MEDINA, Patrícia		
Discente: STAHNKE, Heitor Alberto		
Participante externo:		
Tipo de produção:		
<input checked="" type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <u>Artigos em periódicos</u>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Natureza: Artigo científico		
Instituição promotora: Estudos Teológicos (online)		
Local Meio virtual		
Cidade São Leopoldo - RS		
País Brasil		
Divulgação: <input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input type="checkbox"/> Impresso <input checked="" type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outros		
Idioma		

Português-inglês	
Título em inglês: (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/1000</i>) Reconfiguring learning in postgraduate studies from the perspective of teaching methodologies in a contingent situation	
Número do DOI: (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/1000</i>) 10.22351/et.v6i12.835	
URL do DOI: (<i>quantidade de caracteres digitados: 0/1000</i>) https://doi.org/10.22351/et.v6i12.835	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados

<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Abordar as percepções e aprendizados sobre as metodologias utilizadas no ensino remoto, em situação contingencial de pandemia, tendo como referência um programa de mestrado profissional em direitos humanos, de Palmas, Tocantins, Brasil.	
Impacto – nível: <input checked="" type="checkbox"/> alto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	
Objetivo da Pesquisa: <input checked="" type="checkbox"/> Experimental <input type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input checked="" type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Científico <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Cultural <input type="checkbox"/> Ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Aprendizagem	
Impacto – tipo: <input type="checkbox"/> Potencial <input checked="" type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Impacto direto, pois, sou mestranda da turma tratada na pesquisa e vivenciei a experiência do estudo de caso.	
Replicabilidade:	

(x) Sim () Não	
Abrangência Territorial: () Internacional (x) Nacional () Regional () Local	
Complexidade: () Alta (x) Média () baixa	
Inovação: () Alto Teor inovativo (x) Médio teor inovativo () Baixo teor inovativo () Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
()	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
()	Indústria de transformação
()	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
()	Construção
()	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
()	Transporte, armazenagem e correio
()	Alojamento e alimentação
()	Informação e comunicação
()	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
()	Atividades imobiliárias
()	Atividades administrativas e serviços complementares
()	Administração pública, defesa e seguridade social
(x)	Educação
()	Saúde humana e serviços sociais
()	Artes, cultura, esporte e recreação
()	Outras atividades de serviços
()	Serviço doméstico
()	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
()	Indústrias Extrativas
()	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: (x) Sim () Não	
Houve Fomento? () Financiamento	

<input type="checkbox"/> Cooperação <input checked="" type="checkbox"/> Não houve
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Estágio da tecnologia: <input type="checkbox"/> Piloto/protótipo <input checked="" type="checkbox"/> Em teste <input type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
URL <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> http://revistas.est.edu.br/index.php/ET/article/view/835
Observação: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> QUALIS A2
Anexos:
3 - Contexto
[Área de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos
Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos
Projeto de pesquisa: <input type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.
4 – Relevância
Descreva de que forma seu produto impactou na/para defesa dos DH ou para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e qual benefício proporcionou para a sociedade, descrevendo qual público da sociedade foi beneficiado. <u>De 5 a 10 linhas por produto.</u> Tratou-se de um estudo de caso, com enfoque fenomenológico, que visa revelar as percepções de professores e estudantes diante da experiência vivenciada na pandemia. O estudo traz uma breve descrição histórica da pós-graduação no Brasil até a atualidade e do cenário educacional durante a pandemia, descreve as percepções sobre as metodologias de ensino utilizadas neste contexto e analisa as possibilidades metodológicas mais adequadas para a educação a distância na pós-graduação stricto sensu. Dentre os resultados estão a identificação da necessidade do uso de metodologias ativas, que privilegiem o engajamento de estudantes no processo de aprendizagem, e do planejamento para o uso estratégico de cada ferramenta tecnológica disponível.
Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

APÊNDICE P – ARTIGO PUBLICADO EM 2021



PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

1 - DADOS GERAIS – Dados comuns de qualquer natureza e tipo de produção intelectual		
Título: PRÁTICAS CIRCULARES COMO DISPOSITIVO DE <i>EMPOWERMENT</i> SOCIOCULTURAL DE ALUNOS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS		
Ano de publicação: 2021		
Autor: MELO, Marcela Santa Cruz; MEDINA, Patrícia		
Docente: MEDINA, Patrícia; OLIVEIRA, Gustavo Paschoal Teixeira de Castro		
Discente: ARRUDA, Laudyone Edmailtom dos Santos		
Participante externo:		
Tipo de produção:		
<input checked="" type="checkbox"/> Bibliográfica Artigos em periódicos Livros Trabalhos em Anais Tradução Partitura Musical Artigo em Jornal ou Revista Outro	<input type="checkbox"/> Técnica Serviços técnicos Cartas, mapas ou similares Curso de curta duração Desenvolvimento de material didático e instrucional Desenvolvimento de produto Desenvolvimento de técnica Editora Manutenção de obra artística Maquete Organização de evento Programa de rádio ou TV Relatório de pesquisa Outro Apresentação de trabalho	<input type="checkbox"/> Artística Outra produção cultural Música Arte Cênicas Artes Visuais
Subtipo de produção: <i>Artigos em periódicos</i>		
A produção é vinculada a trabalho de conclusão concluído?		
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
2 - DETALHAMENTO		
Natureza: Artigo científico		
Instituição promotora: Revista Humanidades e Inovação v.8, n.46		
Local Meio virtual		
Cidade Palmas - TO		
País Brasil		
Divulgação:		
<input type="checkbox"/> Filme <input type="checkbox"/> Hipertexto <input type="checkbox"/> Impresso <input checked="" type="checkbox"/> Meio digital <input type="checkbox"/> Meio magnético <input type="checkbox"/> Vários <input type="checkbox"/> Outros		

Idioma Português-inglês	
Título em inglês: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> Circular practices as a sociocultural empowerment device for indigenous students at the Federal University of Tocantins	
Número do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> A revista não possui DOI	
URL do DOI: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i>	
Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnologias:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Artigo publicado em revista técnica
<input type="checkbox"/>	Processo/Tecnologia e Produto/material não patenteável
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Resenha ou crítica artística
<input type="checkbox"/>	Produto Técnico bibliográfico – Texto em catálogo de exposição ou de programa de espetáculo
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Patente depositada, concedida ou licenciada
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Desenho industrial
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Indicação geográfica
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Marca
<input type="checkbox"/>	Ativos de Propriedade intelectual – Topografia de circuito integrado
<input type="checkbox"/>	Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade docente de capacitação, em diferentes níveis realizada
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação criada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Curso de formação profissional – Atividade de capacitação organizada, em diferentes níveis
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Revista, Anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – Livro, catálogo, coletânea e enciclopédia organizada
<input type="checkbox"/>	Produto de editoração – catálogo de produção artística organizado
<input type="checkbox"/>	Material Didático
<input type="checkbox"/>	Software/aplicativo (programa de computador)
<input type="checkbox"/>	Evento organizado – Internacional e Nacional
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Norma ou marco regulatório elaborado
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos de regulamentação
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Estudos apresentados em audiência pública
<input type="checkbox"/>	Norma ou Marco regulatório – Sentenças arbitrais, estudos de caso, estudos de jurisprudência e peças processuais
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – relatório técnico conclusivo per se
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência,

	aplicação ou interpretação de normas elaborados
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
<input type="checkbox"/>	Manual/Protocolo – manual de operação técnica elaborado.
<input type="checkbox"/>	Tradução
<input type="checkbox"/>	Acervo – curadoria de mostras e exposições realizadas
<input type="checkbox"/>	Acervo – acervos produzidos
<input type="checkbox"/>	Acervo – Curadoria de coleções biológicas realizada
<input type="checkbox"/>	Base de dados técnico-científica
<input type="checkbox"/>	Cultivar
<input type="checkbox"/>	Produto de comunicação – Programa de mídia realizado
<input type="checkbox"/>	Carta, mapa ou similar
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Impacto declaração de produção técnica ou tecnológica
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo
<input type="checkbox"/>	Produto/Processos em sigilo – Instrumentos de transferência tecnológica (contratos) elaborados
<input type="checkbox"/>	Taxonomia, ontologias e tesouros
<input type="checkbox"/>	Empresa ou Organização social inovadora
<input type="checkbox"/>	Produto técnico bibliográfico – artigo em jornal ou revista de divulgação.
Finalidade: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Definir, caracterizar metodologicamente e contextualizar os paradigmas holonômicos, restaurando a totalidade do indígena enquanto sujeito de direito na valorização de sua cultura no ambiente universitário.	
Impacto – nível: <input type="checkbox"/> alto <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo	
Impacto – demanda: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Por concorrência <input type="checkbox"/> Contratadas	
Objetivo da Pesquisa: <input type="checkbox"/> Experimental <input type="checkbox"/> Solução de um problema previamente identificado <input checked="" type="checkbox"/> Sem um foco de aplicação inicialmente definido	
Impacto – área impactada pela produção <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input checked="" type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Científico <input type="checkbox"/> Social <input checked="" type="checkbox"/> Cultural <input type="checkbox"/> Ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Aprendizagem	
Impacto – tipo: <input checked="" type="checkbox"/> Potencial <input type="checkbox"/> Real	
Descrição do tipo de impacto: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> Impacto Potencial, pois, não foi implementado com a pesquisa.	
Replicabilidade:	

(x) Sim () Não	
Abrangência Territorial: () Internacional (x) Nacional () Regional () Local	
Complexidade: () Alta (x) Média () baixa	
Inovação: () Alto Teor inovativo (x) Médio teor inovativo () Baixo teor inovativo () Sem inovação aparente	
Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:	
()	Agricultura, Pecuária, Produção florestal, pesca e agricultura
()	Indústria de transformação
()	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Descontaminação
()	Construção
()	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
()	Transporte, armazenagem e correio
()	Alojamento e alimentação
()	Informação e comunicação
()	Atividades financeiras, se seguros e serviços relacionados
()	Atividades imobiliárias
()	Atividades administrativas e serviços complementares
()	Administração pública, defesa e seguridade social
(x)	Educação
()	Saúde humana e serviços sociais
(x)	Artes, cultura, esporte e recreação
()	Outras atividades de serviços
()	Serviço doméstico
()	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.
()	Indústrias Extrativas
()	Eletricidade e Gás
Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição: (x) Sim () Não	
Houve Fomento? () Financiamento	

<input type="checkbox"/> Cooperação <input checked="" type="checkbox"/> Não houve
Não registro/depósito de propriedade intelectual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Estágio da tecnologia: <input checked="" type="checkbox"/> Piloto/ protótipo <input type="checkbox"/> Em teste <input type="checkbox"/> Finalizado/ Implantado
Há transferência de tecnologia/conhecimento? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
URL <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/255)</i> https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeinovacao/article/view/5973
Observação: <i>(quantidade de caracteres digitados: 0/1000)</i> QUALIS B2 interdisciplinar
Anexos:
3 - Contexto
[Área de concentração: <input checked="" type="checkbox"/> Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos
Linha de pesquisa: <input type="checkbox"/> I – Efetividade Das Decisões Judiciais E Direitos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> II – Instrumentos da jurisdição, acesso à justiça e Direitos Humanos
Projeto de pesquisa: <input checked="" type="checkbox"/> Acesso à justiça, gestão e tecnologias <input type="checkbox"/> Diálogos interdisciplinares, diversidade, cidadania e justiça social <input type="checkbox"/> Direitos Humanos: do controle da natureza à mercantilização e judicialização da vida <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e práticas discursivas contemporâneas <input checked="" type="checkbox"/> Educação em Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Sistema Penal, violência e Direitos Humanos.
4 – Relevância
Descreva de que forma seu produto impactou na/para defesa dos DH ou para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e qual benefício proporcionou para a sociedade, descrevendo qual público da sociedade foi beneficiado. <u>De 5 a 10 linhas por produto.</u> Tratou-se de um estudo de natureza interdisciplinar, no qual foram verificadas as implicações de práticas circulares como um modelo metodológico para formação de vínculos, pois podem vir a trazer impacto positivo na autoconscientização das relações e interconexões de povos indígenas, culturas e meio ambiente no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), sob o enfoque da comunicação não violenta. Metodologicamente orientado pelos procedimentos de revisão sistemática integrativa, buscando a compreensão e o conhecimento das práticas circulares de diálogo e do reencontro do homem consigo e com a natureza. Recomenda-se um novo olhar sobre a comunicação com os indígenas no ambiente da educação superior, ao escutar verdadeiramente as necessidades da comunidade e tornar a vulnerabilidade em conexão. Concluiu-se que as práticas circulares são estratégias capazes de (re)significar conexões que demonstrem o verdadeiro sentido de igualdade no ambiente de violência estrutural existente no sistema educativo.
Este produto deve concorrer aos 10 melhores produtos do programa no quadriênio? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não

ANEXO 1 – DECLARAÇÃO DE REPRESENTANTE DISCENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS

Quadra AANE 40, QI 01, Avenida Theotônio Segurado, Plano Diretor Norte, Lote 03, Palmas-TO
(63) 3218-4247 | www.uft.edu.br/ppgpjdh | ppgjpdh@uft.edu.br



DECLARAÇÃO Nº 007, DE 2022 - PPGPJDH

Declaramos, para os devidos fins, que a aluna **MARCELA SANTA CRUZ MELO**, inscrita no CPF sob nº. **889.999.551-68**, matrícula UFT: **2019235775**, está regularmente matriculada na 8ª turma do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, promovido pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Declaramos ainda, que a aluna foi eleita para a representação de classe com mandato de um ano, de acordo com o artº 55 do Regimento *Stricto Sensu* da UFT, com vigência entre 13 de abril de 2020 a 13 de abril de 2021, sendo reeleita pela turma por mais um ano, permanecendo até o dia 03 de dezembro de 2021 data em que solicitou o seu desvinculo.

Palmas, 24 de janeiro de 2022.

Sônia Cláudia Bezerra Sales

Chefe da Divisão Pedagógica do Mestrado

ANEXO 2 – DECLARAÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO

Abrir com ▾

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS

Quadra AANE 40, QI 01, Avenida Theotônio Segurado, Plano Diretor Norte, Lote 03, Palmas-TO
(63) 3218-4247 | www.uft.edu.br/ppgpjdh | ppgjdh@uft.edu.br



DECLARAÇÃO N° 093, DE 2021 - PPGPJDH

Declaramos para os devidos fins, que **MARCELA SANTA CRUZ MELO**, participou da 1ª Reunião Ordinária de Colegiado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, realizada no dia 12 (doze) de março de 2021, onde foram indicados e eleitos os **membros da Comissão de Autoavaliação (CAA)**, constituída por Patrícia Medina (membro docente), Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira (membro docente), Marcela Santa Cruz Melo (membro discente vinculada), Rayka Oliveira Soares Valadares (membro discente egressa), Eugênia Paula Meireles Machado (membro técnico-administrativo). Se busca pela autoavaliação, uma melhoria do programa por meio de um processo negociado de construção e uso de parâmetros para comparar um determinado objetivo e meta a seu atingimento, favorecendo para que os resultados sejam discutidos e utilizados para o melhoramento de ações, abordagens e estratégias do programa avaliado. O prazo de atividades na CAA e chamada para nova formação ou renovação dos membros é de 2 (dois) anos. Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Palmas, 22 de setembro de 2021.



Sônia Cláudia Bezerra Sales

Chefe da Divisão Pedagógica do Mestrado